

**Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós- Graduação em Sociologia**

**ENCONTROS E DESENCONTROS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA  
AGRÁRIA: ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE GERAÇÕES E IDENTIDADES**

Alexsandro Elias Arbarotti

São Carlos  
2014

**Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós- Graduação em Sociologia**

**ENCONTROS E DESENCONTROS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA  
AGRÁRIA: ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE GERAÇÕES E IDENTIDADES**

Alexsandro Elias Arbarotti

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

São Carlos  
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A664ed

Arbarotti, Alexsandro Elias.

Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária : estudo sociológico sobre gerações e identidades / Alexsandro Elias Arbarotti. -- São Carlos : UFSCar, 2014. 165 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Sociologia rural. 2. Questão agrária. 3. Assentamentos rurais. 4. Ruralidade. I. Título.

CDD: 307.72 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**  
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676  
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673  
[www.ppgs.ufscar.br](http://www.ppgs.ufscar.br) - Endereço eletrônico: [ppgs@ufscar.br](mailto:ppgs@ufscar.br)

## ALEXSANDRO ELIAS ARBAROTTI

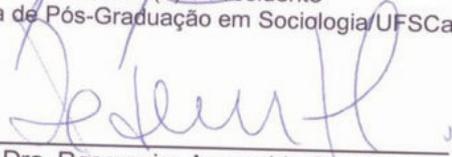
Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2014

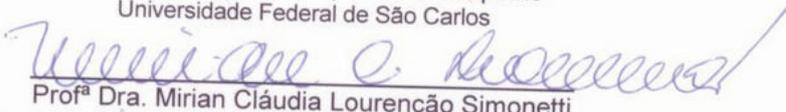
### BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins  
Orientador(a) e Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar



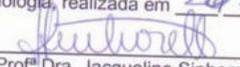
Profª Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho  
Universidade Federal de São Carlos



Profª Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Para uso da CPG

Homologado na 49ª Reunião da CPG-  
Sociologia, realizada em 29/2/14

  
Profª Dra. Jacqueline Sinhoretto  
Coordenadora do PPGS

*Mesmo sendo insuficiente, aos meus verdadeiros mestres: papai e mamãe.*

## Agradecimentos

Existe sempre aquela dificuldade de compor essas palavras que são as últimas a serem escritas pelo autor e as primeiras a serem lidas pelos leitores. Mas, assim como nos mutirões realizados no campo antes de se começar os trabalhos, quando se chega a casa de quem fez o convite, sempre se canta cantigas em saudação em sinal de demonstração pública do apreço entre os que vão participar do mutirão. Aqui, não haverá cantos, mas vou saudar os que participaram dessa lida comigo.

Ao sentar para escrever esse agradecimento me deparei com a postagem no Blog de meu amigo, o *Gabriel*, que é uma das pessoas a quem eu devo agradecer, que falava sobre o fim de uma etapa da sua vida. Todo o texto é muito delicado, intenso e poético do qual destaco a seguinte frase: "*sempre tem mais estrada depois, mas esse trecho da minha estrada vai chegando ao fim; ou será que é só uma curva sinuosa, e depois tem mais estrada pela frente?*".

Não sei se é o fim da estrada! Não sei se pegarei um entroncamento! Quem sabe entrarei em uma estrada de terra? Pode ser, também, apenas uma curva perigosa! Só sei que é momento de parar, olhar para trás e ver quem caminhou comigo pela estrada até aqui. E fico feliz ao olhar e ver muitas pessoas. Nesse momento é impossível não sorrir e se emocionar. Enfim, é hora de na minha solidão visitar com um beijo e um abraço cada uma dessas pessoas.

Primeiramente gostaria de me dirigir aos *sujeitos do Assentamento Reunidas* e, em especial, aos da *Agrovila Campinas*, por terem me deixado fazer parte de suas histórias e por fazerem parte da minha, por partilharem suas experiências e me deixar partilhar a minha. Em todos esses anos pude perceber a importância de se lutar pela vida

com gana e coragem. Aprendi que muitas vezes a vida pode se revelar trágica e dura, mas, a despeito de todos os revezes, é possível elaborar estratégias para superar. De verdade, depois de saber de tantas trajetórias aprendi a ter menos medo da vida. Nesse sentido um agradecimento especial aos que me concederam entrevistas e autorizaram o uso dessas nessa pesquisa. Com certeza vocês foram os principais responsáveis e coautores do trabalho *Gilson, Adriano, Selma, Édson, Claudinei e Cássia*. E aqui cabem algumas desculpas caso eu tenha cometido alguma injustiça ao usar as palavras ditas contra eles próprios.

Também, um agradecimento pela acolhida de *Alice e Benê* em sua casa durante o trabalho de campo. E gostaria de pedir licença a burocracia acadêmica e elevá-los ao status de coorientadores, pois a estadia foi um momento de aprofundamento e entendimento de vários elementos da sociabilidade e funcionamento da agrovila. Os papos sob a árvore no final da tarde, a prosa durante as refeições e as falas durante as festas me esclareceram muito.

E, em falar em orientação, a minha gratidão ao *Rodrigo Martins* que aceitou me orientar e deu novos e ótimos rumos ao projeto inicial. Posso afirmar, sem medo de errar, que mais que me indicar caminhos ele me ajudou a abrir as trilhas e fez com que a pesquisa tivesse uma reflexão teórica coerente e bem estruturada. E mais que isso, pude experimentar uma orientação cuidadosa, rigorosa, mas sem deixar de ser leve. E desde já agradeço a confiança de continuar a me ajudar no meu processo formativo no doutorado. Aqui também, aproveito para agradecer aos companheiros do grupo de pesquisa (RURAS) que colaboraram com questões para o projeto e na qualificação.

Aproveito a agradecer a todos os *professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia*, aos que tive oportunidade de ter aulas e me ajudaram no aprofundamento teórico, e aos que não tive aula, mas que foram companheiros de trabalho e contribuíram no processo de formação profissional. Foi muito bom participar desse programa e será muito bom continuar. Um destaque especial aos professores *Fábio, Valter e André* que estiveram envolvidos com o projeto do IV Seminário e que representou um momento intenso de formação para saber lidar com questões burocráticas, acadêmicas e as que fogem de todos esses âmbitos.

Aqui também um agradecimento a todos os *funcionários da Universidade Federal de São Carlos*, que mesmo sem eu conhecer proporcionaram ambiente

adequado para o desenvolvimento de minha formação e da pesquisa. Dos funcionários destaco a *Silmara*, secretária do programa. Também agradeço aos *funcionários da limpeza*, que nessa universidade são terceirizados. Muitos deles, vindos de lugares distantes da cidade, estavam limpando desde muito cedo para que quando chegássemos estivesse tudo preparado e limpo. Infelizmente, às vezes, essas pessoas passam despercebidas. Desses funcionários destaco *Dona Cleuza*, que é responsável pela limpeza do departamento e pela preparação do café, que em muitos casos ajuda nas muitas maratonas de estudos e trabalho.

Um agradecimento *ao povo brasileiro*, que muitas vezes não se senta nos bancos da universidade, mas são seus reais patrocinadores. Graças a essas pessoas eu tive a oportunidade de começar o mestrado com uma bolsa da CAPES. E ao *povo paulista* que viabilizou a bolsa que tive da FAPESP.

Aos colegas discentes do departamento que proporcionaram momentos ótimos de discussões acadêmicas e não acadêmicas. Mas, como normalmente acontece, desses colegas fiz alguns amigos, que foram os pilares de sustentação para o desafio desses últimos dois anos. Amigos que foram os ouvidos para as angústias que surgem durante o processo de desenvolvimento de uma pesquisa. Amigos que foram os braços que abraçaram e confortaram nos momentos de aperto na vida além da academia (afinal de contas a nossa vida vai para além dos livros, teses, dissertações, reuniões, pesquisas. Somos pessoas que sofremos por amor, que brigamos com nossos pais, que fazem coisas erradas e se arrepende dentre tantas outras coisas mais). Amigos que se divertiram, dançaram, festaram e tornaram a vida um pouco mais leve diante de tantas cobranças e prazos. Assim, um beijo no ombro da *Lara* (com quem partilho as desventuras de sermos aprendizes), um abraço ao companheiro *David* (praticamente um irmão que escolhi para falar sobre tudo) e *Keith* (uma das pessoas “*mais boas*” que conheço). Essas palavras são para vocês e são também para o excelentíssimo *Pina* (que partilho as angústias dos prazos e projetos), *Paulo* (a primeira pessoa que conversei quando cheguei no departamento) e *Carol* (que me aproximei durante o projeto do seminário e que se revelou uma pessoa muito especial e incrivelmente igual a mim).

Amigos são realmente importantes. Por isso, ao me mudar para São Carlos, que é mais próximo de Sertãozinho, a cidade em que cresci, pude voltar a conviver com meus grandes amigos. Posso dizer que eles foram um alento durante esses anos. Com

eles pude respirar outros ares, conversar sobre muitas outras coisas e me divertir bastante. Reconheço, meus amigos, *Elviro, João, Rafael (peixe), Rafael (besouro) e João Paulo*, que realmente a vida não se encerra em teorias sociológicas: “*Somos muitíssimo mais do que nos dizem que somos*”.

Aos amigos que dividiram um teto comigo esses anos: *Thiago, André, Henrique e Natália*. Agradeço pelas conversas, por me ensinarem várias coisas e por fazerem do ambiente da república uma casa tranquila.

Aos meus amigos que na ocasião da monografia eu agradei e que tive a oportunidade de continuar a ter como pessoas importantes, mesmo longe, com encontros esporádicos, muitas conversas pelas mídias digitais e telefonemas: *Gabriel, Pedrinho, Joãozinho, Alcides e Bruno*. Com vocês é bom descobrir que algumas coisas não precisam ter fim.

A minha amiga de longa data, *Regiane*, que colaborou com a revisão do trabalho. Como é bom contar com alguém que cresceu junto comigo afetivamente e profissionalmente.

E falando em passado queria agradecer os professores que tive durante a graduação na Unesp de Marília e que foram imprescindíveis para eu chegar até aqui. *José Geraldo Poker*, que me indicou a possibilidade de se estudar a continuidade dos projetos de assentamentos rurais; *Célia Tolentino*, por ser a primeira a me apresentar o universo rural como possibilidade de estudo; *Fábio Ocada* que me ajudou no projeto de mestrado. E um agradecimento todo especial a *Mirian Simonetti*: na ocasião da monografia eu escrevi que ela era, além de professora, uma companheira e que ela sabia o que isso significava. Hoje, creio que podemos nos chamar de compadres e mais uma vez não preciso me alongar, pois ela sabe muito bem o que isso significa. Agradeço por colaborar na qualificação que me permitiu refinar mais as minhas pretensões. No mesmo sentido, agradeço à *Rosemeire Scopinho*, por ter feito parte da banca de qualificação e que me indicou caminhos que deixaram o trabalho com mais profundidade. E, contar com a presença de ambas na banca de defesa com certeza é motivo de grande alegria.

Por fim a minha família. Primeiramente a minha irmã *Leda* que, agora por eu morar mais perto, posso conviver mais e conversar mais. E aproveito por agradecer o

presente que ela me deu logo que comecei o mestrado, a nossa querida e amada *Nicolle*. Ela, que vai fazer dois anos uma semana antes da minha defesa, de verdade foi o que de melhor nos aconteceu nos últimos tempos. E, agora sim, para encerrar, aos meus *pais*. Agradeço por serem pessoas maravilhosas e boas de conviverem. Pessoas com quem gosto de conversar. Pessoas que gosto de estar junto e pude estar mais nesses últimos tempos. Obrigado, de verdade, por me apoiarem em tudo que me disponho a fazer: desde o Karatê quando era garoto, passando por sete anos de seminário, a ida para Unesp, o mestrado na UFSCar e agora no doutorado. Orgulho-me muito em saber no que vocês se tornaram sem nem mesmo ter passado pelos bancos de uma universidade. Saibam que ao fazer esse trabalho eu me lembrava muito sobre o que vocês me contam sobre os tempos difíceis que passaram e de como superaram. Agradecido pelo amor e por me ensinarem o que eu nunca iria aprender em uma universidade: ética, caráter, responsabilidade e força para superar as dificuldades da vida.

*As treta territorial se restringe as biqueira, mas  
eu te pergunto: Quem que tornou as rua  
trincheira?*

Emicida – Soldado sem bandeira

## **RESUMO**

Passadas algumas décadas desde o estabelecimento dos primeiros assentamentos surge a questão sobre sua continuidade enquanto política pública. Deste modo, a pesquisa buscou investigar como se dão os encontros e desencontros geracionais nos assentamentos de reforma agrária. Buscaram-se elementos que possibilitassem compreender o processo histórico vivenciado por esses sujeitos considerando suas trajetórias e experiências. Para tanto, o instrumento metodológico privilegiado utilizado foi a história oral, por meio de entrevistas, material que é enriquecido com dados secundários e bibliografia. A pesquisa de campo se deu no “Assentamento Reunidas” no município de Promissão, SP, e possibilitou perceber que a motivação dos sujeitos para a permanência passou primeiramente pela identificação com a localidade como lugar de “sossego” e tranquilidade. Todavia, essa identidade não pode ser pensada como fixa, mas sim em trânsito e constantemente reformulada em relação ao lugar que está, esteve e se busca estar, ou seja, uma identidade fantasiosa, plural, contraditória e temporária. Em decorrência dessa reformulação, as estratégias de permanência indicam novas formas de trabalho e geração de renda que não passam necessariamente pela atividade agrícola. E por fim, esse momento histórico de transição e coexistência geracional revelou significativas transformações e ressignificações no que tange a projetos de vida e visão da terra e do trabalho quando a segunda geração foi comparada a primeira.

**Palavras chaves:** Assentamentos Rurais, Geração, Questão Agrária, Ruralidades, Identidades.

## **ABSTRACT**

After some decades since the establishment of the first settlements the question on its continuity as a public policy arises. Thereby, the research sought to investigate how the generational encounters and disagreements in the settlements of agrarian reform took place. Elements that enabled to understand the historic process experienced by these subjects were sought considering their trajectories and experiences. For this purpose the privileged methodological instrument used was oral history through interviews, material that is enriched with secondary data and bibliography. The field research occurred at "Reunidas gathered" in the municipality of Promissão, SP, and enabled to realize that the subjects' motivation to permanence primarily involved the identification with the locality as a place of "sossego" and tranquility. However, this identity cannot be thought as something fixed, but in transit and constantly reformulated in relation to the place that is, was and tries to be, i.e., a fanciful, plural, contradictory and temporary identity. In consequence of this reformulation, strategies of permanence indicate new forms of work and income that does not necessarily involve agriculture. And finally, this historic moment of transition and generational coexistence revealed significant changes and ressignifications with regard to projects of life and a vision of land and labor when compared to second generation was the first.

**Keywords:** Rural Settlements, Generation, Agrarian Question, Rurality, Identities.

## **Lista de abreviaturas e siglas**

I PNRA – Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária

CEASA – Centrais de Abastecimento

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CESP – Companhia Energética de São Paulo

CRARA – Comitê Regional de Apoio a Reforma Agrária

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

GLEP – Grupo Linense de Educação Popular

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP – Fundação Instituto de Terras de São Paulo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PT – Partido dos Trabalhadores

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SCA – Sistema cooperativista dos Assentados

## **Lista de Quadros**

Quadro 1- Índice de Gini da configuração fundiária brasileira, 1950 - 2006 ..... 21

Quadro 2 - População Urbana por ano. Promissão/SP, 1970 – 2010..... 70

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Mapa do estado de São Paulo com divisões em municípios.....	47
Figura 2 – Província do estado de São Paulo .....	48
Figura 3 - Mapa do Assentamento Reunidas dividido por Agrovilas .....	68

## **Lista de Gráfico**

Gráfico 1- Porcentagem da produção de alimentos da agricultura familiar em relação ao total produzido no Brasil .....	22
Gráfico 2 – Porcentagem da produção de Animal/Leiteira da agricultura familiar em relação ao total .....	23
Gráfico 3 – Distribuição da utilização das terras no Assentamento.....	72

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO I: DEFINIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS .....	19
1.1 Construção do objeto.....	19
1.2 Objetivos .....	31
1.3 Procedimentos metodológicos.....	32
1.4 Percursos metodológicos.....	32
1.5 As técnicas e os procedimentos.....	39
CAPÍTULO II: AS TERRAS DE PROMISSÃO: O CONTEXTO DA LOCALIDADE...	46
2.1 Histórico da formação fundiária da região Noroeste do estado de São Paulo .....	46
2.2 “Recuperar os bens que sempre foram usurpados, equivale a recuperar o destino”: a luta pela reforma agrária na fazenda Reunidas .....	59
2.3 O reflorescimento da localidade: a trajetória do Assentamento Reunidas.....	66
CAPÍTULO III: EM BUSCA DA PERMANÊNCIA: TRAJETÓRIAS, SENTIMENTOS E TRABALHO .....	74
3.1 Justificativa da escolha dos sujeitos e dos lotes .....	74
3.1.1 Lote A: o empreendedorismo na localidade.....	74
3.1.2 Lote B: as trajetórias de idas e vindas .....	75

3.1.3 Lote C: o “boiadeiro” e a economista .....	76
3.1.4 Lote D: a responsabilidade afetiva, ética e moral pelo lote .....	77
3.2 Motivações para permanência e identificação com a localidade. ....	78
3.3 Estratégias e arranjos de permanência: trabalho e geração de renda. ....	97
<b>CAPÍTULO IV: OS DESENCONTROS: AS NOVAS TRILHAS DA SEGUNDA</b>	
<b>GERAÇÃO.....</b>	<b>110</b>
4.1 Terra como trabalho versus terra como capital .....	114
4.2 Autonomia e liberdade versus as garantias do dinheiro .....	125
4.3 Cooperativa versus sociedade e assalariamento .....	140
Considerações Finais.....	150
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>158</b>

## INTRODUÇÃO

*Essa história se passa nos tempos em que Jesus e Pedro andavam pelas estradas das fazendas do interior paulista. Certo dia, em uma dessas andanças, Pedro virou para Jesus e lhe disse: “Mestre, estou com fome!”. Jesus lhe disse: “Tudo bem Pedro, mais à frente podemos tentar encontrar um lugar para pedirmos algo para comer”. E assim andaram pelas estradas de terra, abrindo porteiras e pulando “mata burros”.*

*A frente do estradão por onde seguiam enxergaram do lado esquerdo, em uma baixada, um grande curral, com muitas vacas, onde vários homens retiravam leite. Do outro lado, um pouco antes, viram uma casa simples, onde se via um galinheiro e uma cabrita amarrada. Chegando próximo da casa simples Jesus disse a Pedro: “Vá até aquela casa e pergunte se eles podem dar algo para a gente comer!”. Pedro olhou para a casa simples, olhou para Jesus e disse: “Mas mestre, esse lugar parece ser muito pobre. Eles não devem ter nem mesmo o que comer para eles. Veja mais adiante, aquele curral cheio de vacas, vamos pedir lá”. Jesus virou para Pedro e disse: “Tudo bem Pedro, se você quiser ir lá pode ir, eu vou pedir nessa casa”. E assim foi feito. Pedro seguiu para o curral e Jesus foi para a casa simples.*

*Ao chegar ao curral Pedro foi dizendo: “Bom dia para todos! Será que vocês poderiam arrumar um pouco de leite?”. Os homens que retiravam o leite se entreolharam e nada falaram. Outro homem, montado em um cavalo, foi logo lhe dizendo: “Mas é um vagabundo mesmo. Pedir trabalho não pede, mas vir aqui pedir leite vem né!” E Pedro retrucou: “Mas é que estou em missão pelo mundo com o Senhor”. O homem de cima do cavalo soltou uma risada e foi dizendo: “Mas que Senhor o que rapaz, você tem que*

*trabalhar”. Falando isso pulou do cavalo pegou um xicara, foi até a uma vaca e apertou um pouco de leite. Não deu quase nada de leite, o que mais havia era espuma. Entregou a xícara para Pedro e disparou: “Toma isso seu vagabundo e volta para o seu Senhor. Se ele quer que você o siga que ele lhe pague”.*

*Enquanto isso Jesus havia chegado a casa simples. Ao chamar a porta da casa viu sair de lá de dentro uma senhora idosa com lenço amarrado na cabeça. Eles se cumprimentaram e Jesus disse: “Será que a senhora não poderia arrumar algo para eu comer”. A senhora já foi logo dizendo: “Mas é claro que posso, se achegue para cá. É coisa simples que posso te oferecer, mas é de todo coração”. Falando isso a senhora já foi até um tambor de leite que havia sobre uma bancada e retirou uma grande caneca de leite e colocou um bom tanto de farinha a esse leite. Entregou para Jesus que estava sentado a uma mesa que ficava aos fundos da casa em um simples puxado que lá havia. Enquanto Jesus tomava seu leite com farinha a senhora lhe disse que havia ficado viúva há alguns meses e, como todos os seus filhos moravam na cidade, ela estava sozinha no sítio. Jesus ouviu todas as histórias daquela senhora. Em um momento da prosa a senhora foi até a cozinha para cuidar do fogão à lenha. Nesse momento Jesus jogou o que restava de leite com farinha no chão e com o barro que se formou fez um grande cachorro. Quando a senhora voltou e viu o cachorro se espantou: “Meu Deus, saia de perto senhor, esse cachorro não é meu, pode ser perigoso”. Jesus foi logo tranquilizando a velha senhora: “Calma minha senhora, esse cachorro é meu! E como a senhora me recebeu bem em sua casa e agora sei que mora aqui só, vou deixar esse cachorro com a senhora. Ele se chama Guardiã e vai ajudar a cuidar do sítio e da senhora”. A senhora ficou toda emocionada e lhe agradeceu ternamente. Antes de Jesus sair ela lhe deu alguns pães feitos em casa e frutas. Jesus se despediu e seguiu pela estrada.*

*Mais à frente, Jesus encontrou Pedro sentado à beira da estrada, debaixo de uma árvore. Jesus lhe perguntou: “Então Pedro, como foi lá?” – “Bom mestre, não deu muito certo, me deram uma xícara de leite que só tinha espuma. Mas se foi assim comigo imagino que com o Senhor foi pior. Não deve ter ganhado nada!”. E Jesus olhando bem para Pedro exortou: “Pedro, Pedro! É aí que você se engana! Nos lares mais humildes é que mora a generosidade. Não consegui tomar todo leite que a velha senhora que mora naquela casa me*

*deu e ainda ganhei pães e frutas”. Ao escutar isso de Jesus, Pedro deu um salto e disse: “Que santa essa senhora! Cadê os pães mestre!”<sup>1</sup>.*

Desde pequeno escuto essas histórias, das andanças de Jesus e Pedro pelas fazendas do interior paulista. Elas eram contadas pelo meu avô. Sempre as escutava e achava tudo muito interessante e divertido, principalmente quando Pedro se dava mal. Depois de um tempo foi percebendo que essas histórias falavam de coisas que iam além das desventuras de Pedro, mas chamava atenção para ensinamentos e de como deveríamos agir. Hoje percebo que essas histórias vão mais além, e é a expressão, por meio de contos populares, da realidade social que essas pessoas estavam experimentando.

Meu avô foi colono, posseiro, meeiro e expropriado. Terminou os seus últimos dias sem terra para plantar, morando na periferia de uma pequena cidade. Este não foi um destino isolado, foi o destino forçado de muitas famílias no Brasil e no estado de São Paulo. O avanço do capital exterminou os ocupantes originais e expropriou e explorou de forma violenta trabalhadores migrantes e imigrantes. As pequenas propriedades deram lugar à fazenda e ao latifúndio. Onde havia vida, sociabilidade, cultura, surgiu o pasto, o gado e o silêncio. É a expropriação do homem e da mulher de sua terra e do local de sua sociabilidade e da sua cultura.

O fazendeiro, sobre seu cavalo, diz para Pedro trabalhar, mas ele mesmo vive à custa do trabalho dos sujeitos expropriados. Os homens que retiravam o leite não podiam oferecer um pouco para o visitante, pois estão sobre a opressão do patrão e o leite que ele retira não é dele, é do mercado. É a alienação do homem e da mulher dos seus meios de produção. Por outro lado a velha senhora pode despender o quanto quiser de leite para seu visitante, pois do pouco que tem é tudo seu. Todavia, Jesus sabe do perigo que essa senhora idosa, viúva e com os filhos longe está correndo sendo vizinha de um fazendeiro. Por isso lhe dá um guardião, um cachorro. O Guardião, porém, não será capaz de deter a ofensiva do “desenvolvimento”. A história assim, sutilmente diz do perigo e da vulnerabilidade que viviam esses homens e mulheres do campo diante do avanço do capital.

É neste sentido que a presente pesquisa se constrói, buscando compreender o processo de resistência por meio de lutas pela terra diante do avanço do capital. Lutas que tiveram como resposta a implementação de políticas de reforma agrária por meio de assentamentos.

---

<sup>1</sup> Essa história foi reproduzida por mim a partir das lembranças que tenho das que meu avô me contava.

Como as primeiras políticas concretizaram-se há algumas décadas, o objetivo desta dissertação é compreender o modo como se dá a sucessão e coexistência geracional nos assentamentos de reforma agrária, buscando entender, nesse processo, quais são os elementos trazidos por esse encontro de gerações. Para tanto, toma como base o estudo de caso da Agrovila Campinas no Assentamento Reunidas no município de Promissão, SP. A escolha da agrovila justifica-se pela concentração de famílias que foram organizadas pelo MST na região e pelo fato de a maioria das famílias terem passado pela experiência de viver na cidade depois de longos processos migratórios e de expropriação. Esses fatos permitem perceber uma gama maior de experiências sociais e políticas dos sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra. Já o assentamento como um todo justifica-se por ser um dos primeiros dentro do I Plano Nacional de Reforma Agrária e ter mais de 25 anos, o que representa um elemento essencial para o estudo de gerações.

Deste modo, a presente dissertação está organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, **Definição do Objeto de Pesquisa e Procedimentos** elaboro as premissas que balizam o trabalho, realizando a construção do objeto de pesquisa por meio da bibliografia sobre assentamento e questão fundiária do Brasil e da região estudada. Em seguida, trato dos objetivos que a pesquisa visa compreender e os procedimentos que utilizo para buscar a compreensão dessa realidade social. Como método privilegiado utilizo a história oral por meio da técnica de entrevistas, com isso, penso ser possível aproximar-me das experiências, trajetórias e sentimentos desses sujeitos.

O segundo capítulo, **As Terras de Promissão: O Contexto da Localidade** está organizado de modo a aprofundar a discussão sobre a questão fundiária ao tratar do histórico fundiário da região noroeste do estado de São Paulo, local onde se encontra o assentamento. Começo pelo processo de ocupação da região que resultou na violência sofrida pelos moradores originais da região, os índios Caingang, e a posterior expropriação e violência sofrida pelos migrantes e imigrantes. Esse resgate histórico desemboca na formação de uma fazenda de mais de 17 mil hectares no município de Promissão, chamada Reunidas. Fazenda que chegou a tomar a proporção de 20% do município graças às estratégias da família proprietária de assediar e violentar os pequenos proprietários. E por fim, o capítulo mostra que em alguns casos as violências podem ser transformadas em resistência. Assim, mostro a organização popular que reivindicou, lutou e conquistou o direito de transformar as terras da fazenda Reunidas em terras destinadas à reforma agrária.

Já no terceiro capítulo, **Em Busca da Permanência: Trajetórias, Sentimentos e Trabalho**, trago as discussões do trabalho de campo e as análises teóricas realizadas a partir das falas dos sujeitos. Para tanto, apresento uma breve **Justificativa da escolha dos sujeitos e dos lotes**, onde explano sobre a escolha dos casos estudados e suas particularidades. As falas dos sujeitos recolhidas no trabalho de campo são trabalhadas na perspectiva de dois temas principais a) **Motivações para permanência e identificação com a localidade**; e b) **Estratégias e arranjos de permanência: trabalho e geração de renda**.

Para finalizar a discussão trago no quarto capítulo, **Os desencontros: As novas trilhas da segunda geração**, o quanto o projeto e objetivos da segunda geração da agrovila Campinas, do Assentamento Reunidas, difere-se em certos aspectos dos da primeira geração que chegou ao Assentamento. Elegi três pontos que me possibilitaram confrontar os projetos e objetivos de ambas as gerações. O primeiro ponto é a **terra** vista pela primeira geração como **local de trabalho** em contraponto com a segunda geração que a vê como meio de viabilizar renda, ou seja, vista como **capital**. No segundo ponto trago o sentimento de **autonomia e liberdade**, tão valorizado pela primeira geração e que é abandonado, de certa forma pela segunda geração que valoriza a **inserção no mercado** em busca de adquirir bens de consumo. E, por fim, no terceiro ponto trago o embate da visão das soluções dos problemas de infraestrutura e investimento encampados pela primeira geração por meio do **cooperativismo** e viabilizado pela segunda geração com o **assalariamento**.

# **CAPÍTULO I: DEFINIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS**

## **1.1 Construção do objeto**

A questão fundiária brasileira pode ser remetida à época da colônia e as tentativas de regulação do uso da terra podem se remeter à Lei de terras de 1850<sup>2</sup>. Os elementos históricos que tiveram início na colônia provêm em linha reta até o latifúndio atual. Esses latifúndios, que outrora dependiam da mão de obra indígena e da importação de escravos africanos, hoje esbanja crescimento à custa de pagamento de baixos salários e péssimas condições de trabalho (GALEANO, 1983; MARTINS, 2003; SILVA; MARTINS, 2010). A proposta que coloco nessa investigação insere-se na busca de superação desta lógica exploratória com a luta pela terra e pela reforma agrária que acabaram por desembocar na elaboração de políticas públicas de Projetos de Assentamentos Rurais. Neste sentido, o recorte de investigação é o momento em que a questão fundiária passa a ser pauta das políticas públicas com a implementação desses Projetos de Assentamentos Rurais em vistas de realizar reforma agrária, principalmente a partir do Primeiro Plano de Reforma Agrária (I PNRA) de 1985.

---

<sup>2</sup> Essa lei estabelece a compra como única forma de acesso à terra e cria um sistema cartorial de registro que dificultava e tornava quase impraticável que um lavrador posseiro pudesse legalizar sua posse. Essa lei antevem e prepara o ambiente para a abolição da escravatura em 1888 e a mudança do modelo de emprego de trabalho nas propriedades, pois não era mais permitido se ocupar terras e aqueles que quisessem ter um pedaço de terra teria que trabalhar para possivelmente conseguir adquirir por meio da compra (GALEANO, 1983; MARTINS, 2003).

O termo Assentamentos nas políticas públicas de reforma agrária no Brasil remete-se ao final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960<sup>3</sup>. Antes disso, eram estabelecidos núcleos coloniais que o governo instituía com o objetivo de apaziguar conflitos no campo ou, eventualmente, para ocupação de áreas de fronteiras rurais (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

As políticas de Assentamentos, por sua vez, não tiveram uma configuração diferente da dos núcleos coloniais e continuaram a serem políticas de resposta às pressões dos movimentos sociais e conflitos agrários que se formavam em todo país. No primeiro momento por meio das demandas das chamadas Ligas Camponesas entre o período de 1955 até 1964<sup>4</sup>, e posteriormente em resposta à violência no campo e as ações dos movimentos sociais de reforma agrária que começaram a se formar a partir do início da década de 1980. Esses movimentos sociais transfiguraram os embates de cunho verdadeiramente popular e quase espontâneo em movimentos políticos com bandeiras, estratégias e cronogramas de luta. Nesse cenário destaca-se a formação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1975, e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em 1984, ambos responsáveis por protagonizar a reinserção do debate sobre reforma agrária na agenda dos debates políticos no Brasil dos anos 1990 (NORDER, 2004; MARTINS, 1986).

É importante elencar que a característica de políticas pontuais dos projetos de assentamentos se deve em grande medida às classes dirigentes do Brasil, pois, historicamente, seus interesses estiveram ligados ao desenvolvimento de uma agricultura vinculada ao grande capital, não possibilitando a efetivação de políticas que tocassem a fundo na questão fundiária. Oliveira (2007) aponta que as primeiras propostas efetivas de lei sobre reforma agrária surgiram após a Constituição Federal de 1946, porém, nenhum projeto foi aprovado diante da configuração conservadora e atrelada aos latifundiários do parlamento. Desse modo, as políticas agrárias seguiram a tendência de não tocar a fundo na questão fundiária e se firmaram como políticas pontuais até os dias atuais. É nesse sentido que o referido autor afirma que “os conflitos agrários existentes no Brasil são consequência de uma situação

---

<sup>3</sup> O aparecimento do termo assentamento aparece pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana em 1960 (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

<sup>4</sup> Existiram alguns movimentos que precederam essas ligas, mas que em virtude de seu isolamento, não tiveram a mesma repercussão social e política. As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. O movimento que marca o surgimento e a notoriedade das ligas iniciou-se no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. Para saber mais sobre as Ligas acesse o site: [www.ligascamponesas.org.br](http://www.ligascamponesas.org.br)

histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter” (OLIVEIRA, 2007) <sup>5</sup>. No “Quadro 1”, os dados da configuração fundiária brasileira, segundo dados do IBGE, demonstram essa afirmação:

**Quadro 1:**  
**Índice de Gini<sup>6</sup> da configuração fundiária brasileira,**  
**1950 - 2006**

<b>Ano</b>	<b>Índice</b>
1950	0,840
1960	0,839
1970	0,843
1995	0,856
2006	0,854

**Elaborado pelo autor/Fonte: IBGE**

O “Quadro 1” demonstra que o Brasil é um país com grande concentração fundiária e essa concentração se mantém na casa de 8 (oito) décimos a mais de cinquenta anos, entretanto, as duas últimas casas decimais deixam claro uma tendência a maior concentração na atualidade. Essa situação fica mais evidente com os dados de 2010 sobre a “Distribuição de Terras” do INCRA, que indica a existência de 50.996 imóveis rurais com mais de 1.000 ha. que são improdutivos, ocupando uma área de 136.830.956,62 ha.

Outro fator que pode ser trazido à baila para demonstrar esse nível de concentração são os dados que revelam que no Brasil 84,4 % dos estabelecimentos rurais são de agricultura

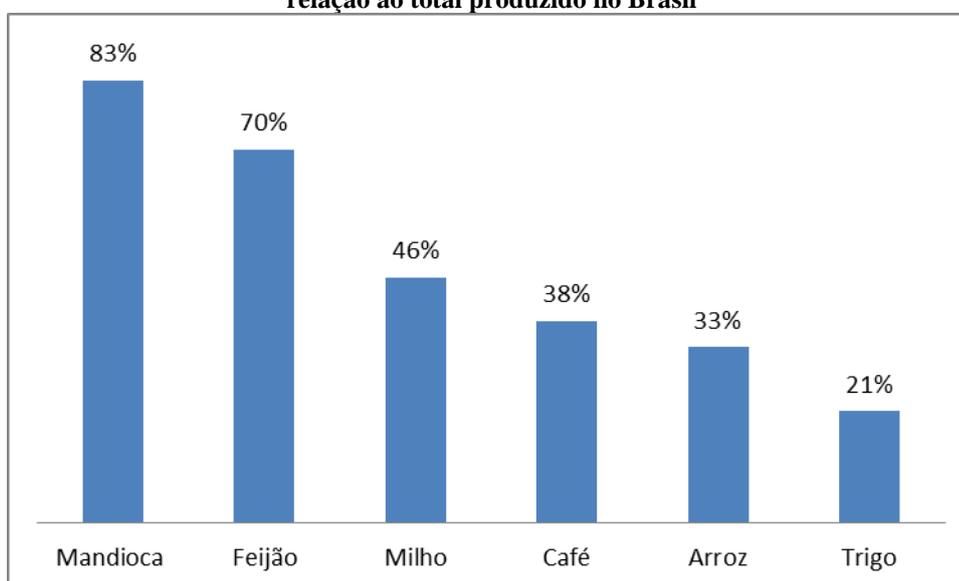
---

<sup>5</sup> No livro: “O modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária” de OLIVEIRA, Ariovaldo U., principalmente no capítulo 8 “Reforma Agrária no Brasil” o autor traz dados que demonstram como essa configuração política não possibilitou a mudança da estrutura fundiária no Brasil. Mais números sobre a situação fundiária brasileira podem ser acessados no site do INCRA: <http://www.incra.gov.br/> e no site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>

<sup>6</sup> O índice de GINI consiste em uma medição estatística entre os números 0 e 1 onde o mais perto de 0 significa a menos concentração e o mais perto de 1 a maior concentração.

familiar, ou seja, são propriedades com área menor ou igual a 4 módulos fiscais<sup>7</sup> e com mão de obra predominantemente familiar, mas que ocupam somente 24,3% da área total de estabelecimentos rurais. Dentro dessa conjuntura é importante destacar a grande capacidade de resistência e dinâmica de produção da agricultura familiar camponesa, pois mesmo ocupando apenas um quarto da área total de produção ela é responsável por 7 a cada 10 empregos no campo e produz 70% dos alimentos produzidos no Brasil. O “Gráfico 1” demonstra em porcentagens os principais produtos agrícolas produzidos pela agricultura familiar em relação a produção total do país; e o “Gráfico 2” evidencia, em porcentagens, a participação da agricultura familiar na produção Animal/Leiteira.

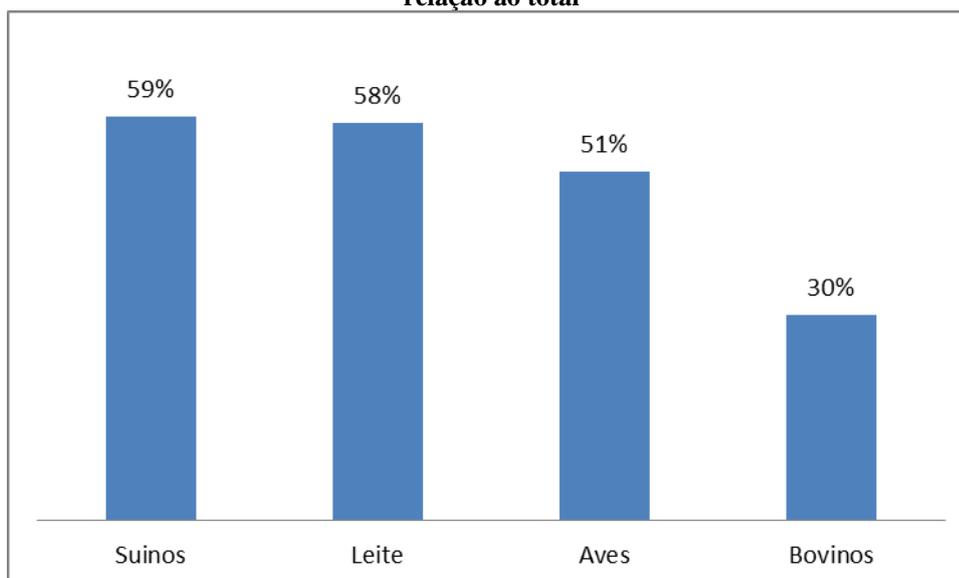
**Gráfico 1. Porcentagem da produção de alimentos da agricultura familiar em relação ao total produzido no Brasil**



Fonte: MDA/Secretária da agricultura familiar

<sup>7</sup> **Módulo fiscal** é um conceito introduzida pela Lei nº 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), a norma que regula os direitos e obrigações relativos à imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola nacional. Trata-se de uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, uma vez que leva em conta as particularidades locais como (art. 50, Lei 4.504/64): o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); a renda obtida com esta exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar (art 4º, II, Lei 4.504/64). O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. O tamanho do módulo fiscal para cada município está fixado através de Instruções Especiais (IE) expedidas pelo INCRA. (Fonte: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27421-o-que-sao-modulos-fiscais>)

**Gráfico 2. Porcentagem da produção de Animal/Leiteira da agricultura familiar em relação ao total**



Fonte: MDA/Secretária da agricultura familiar

No “Gráfico 1” cabe destacar a produção de feijão da agricultura familiar de 70% do total produzido. Esse número é significativo uma vez que esse alimento faz parte das refeições diárias dos brasileiros. E no “Gráfico 2” o destaque é a participação em mais de 50% da agricultura familiar em três dos quatro setores da produção Animal/Leiteira. Esses dados são importantes para demonstrar a importância das pequenas propriedades no que tange a diversificação da produção, a preservação do patrimônio genético, a menor dependência dos insumos agroquímicos e, principalmente, por contribuir sobremaneira com a segurança alimentar do País.

Aqui cabe destacar que um número considerável desses estabelecimentos de agricultura familiar é resultado de lutas políticas, ou seja, são Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, que apesar das dificuldades e embates políticos, se firmaram como uma realidade principalmente a partir da década de 1980. E é para buscar compreender essas localidades de agricultura familiar dentro dos projetos de assentamento que foi construída a presente pesquisa. A preocupação central é compreender como esses projetos estão prosseguindo, ou seja, como acontece na atualidade o processo de reprodução social dentro destes espaços. Reprodução social, no sentido do surgimento de uma nova geração dentro dos assentamentos, que nesta pesquisa é chamada de *segunda geração*, e sua coexistência com a geração que lutou, conquistou um lote e a partir daí reordenou sua vida e passou a viver da terra, aqui chamada de *primeira geração*.

O recorte geracional mostrou-se mais interessante para os objetivos estabelecidos, pois não faz delimitações por critérios de idade, mas sim pela vivência dos sujeitos a determinados eventos. Como diz Debert (1998, p. 60): “(...) geração não se refere às pessoas que compartilham a mesma idade, mas às que vivenciam determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras”.

O evento pensado como vivenciado por todos os sujeitos entrevistados, nesse sentido, foi o processo político de luta pela terra. Todos estavam presentes e vivenciaram o período de acampamento e luta política para serem assentados. E, além disso, todos tiveram a mesma experiência cultural de viver no assentamento desde a sua demarcação, as primeiras experiências produtivas, a falta de infraestrutura, falta de crédito, as diferentes políticas públicas e progressivamente as mudanças ocorridas durante os últimos quase vinte e seis anos. Essa proposta vai a esteia do que Mannheim (1992) define como geração, ou seja, na perspectiva de um fenômeno essencialmente cultural de partilha da mesma experiência cultural.

Segundo Mannheim (1992) o estudo de gerações têm dimensões analíticas proveitosas para o estudo das dinâmicas sociais, pois é resultado de descontinuidades históricas e de mudanças. Sendo assim, o que forma uma geração não é a data de nascimento comum, mas a parte do processo histórico que sujeitos da mesma idade-classe de fato compartilham como geração atual (FEIXA, 2010). Por isso os sujeitos que entrevistei estão dentro de uma variação de nascimento que vai de 1970, para o mais velho, até 1985, para o mais novo, levando em conta o seu vivido no processo histórico do assentamento.

Seguindo este viés assumi o posicionamento teórico de que não há uma superação factual de uma geração para outra, mas sim uma coexistência entre gerações, pois as fronteiras que separam as gerações não podem ser claramente definidas. Por sua vez, essa concepção pensa o tempo que separa as gerações não de forma cronológica, mas sim como um tempo qualitativo, o tempo do vivido e que constitui cada indivíduo. Dessa forma é possível pensar a convivência de diferentes gerações em um mesmo espaço de tempo, mas vivendo em eras subjetivas diferentes e que vão além dos limites das relações familiares o que permite constatar conflitos, tensões, mudanças e permanências entre uma geração e outra. O processo geracional configura-se de forma dinâmica e contínua, por isso não se interrompe, pois sempre há preservação de uma memória cultural e esquecimento por um lado e por consequência, inovação cultural (MANNHEIM, 1982; FEIXA, 2010; BORGES, 2011).

Na experiência geracional existem elementos como posicionamento social, localização geográfica, distinções como raça e gênero e trajetórias de vida que levam a construções de visões de mundo específicas e formação de subjetividades. Deste modo, para se pensar o conceito de geração as experiências de vida devem ser levadas em consideração, bem como os vividos e as diferentes maneiras que os indivíduos inserem-se no corpo social. Com isso é possível pensar em “unidades geracionais”, ou seja, dentro de qualquer geração existem unidades de geração diferenciadas e antagônicas (BORGES, 2011).

Essa discussão pode ser ampliada com a contribuição de Abrams (1982) que aprofundou e expandiu a noção histórico social de geração ao relacioná-la à identidade. A intenção com essa aproximação foi demonstrar a relação entre tempo individual e tempo social e que ambas, sociedade e subjetividade, são construções históricas e por isso são necessárias análises de suas interconexões e suas mudanças ao longo do tempo. A identidade, para o referido autor, é o entrelaçamento da história individual com a história social realizada por meio da referência histórico social. E é da articulação dessas duas dimensões históricas com o tempo social que a sociedade e a identidade geram-se reciprocamente. Neste sentido Abrams faz a seguinte ligação entre identidade e geração:

(...) uma geração no sentido sociológico, é o período de tempo durante o qual a identidade é construída a partir de recursos e significados que estão socialmente e historicamente disponíveis. Assim, novas gerações criam novas identidades e novas possibilidades para a ação (ABRAMS In: FEIXA, 2010, 190-191).

As gerações, sendo assim, não estão ligadas a cadência temporal estabelecida ou por sucessão de gerações biológicas. Do ponto de vista sociológico, colocado pelo autor, a geração pode ter dez anos ou vários séculos, incluir uma pluralidade de gerações biográficas ou apenas uma, pois o que marca a geração são as mudanças das experiências sociais que possibilitam a formulação de novas formas identitárias (No decorrer do texto será explanada a ideia que se adota de experiência para a pesquisa).

Este uso, da categoria geração, nos estudos rurais pode ser identificado de forma indireta ou implícita desde os estudos de Chayanov, e que se tornaram base das pesquisas nas décadas de 1960 e 1970. No ano de 1981 o debate começou a ser enriquecido, teórica e etnograficamente com a defesa da tese de Parry Scot, “Between captivity and the middle of

the world: migration and household organization among rural workers in Brazil”, e as teses que surgiram sob sua orientação. Porém, a despeito dessas investigações os estudos de geração em contextos rurais ainda não se encontram totalmente consolidados (WOORTMANN, 2010). Segundo Scott (2010), esses estudos desempenham papel fundamental na compreensão das configurações históricas em que os grupos geracionais operam no que tange as noções de tempo, conflitos e continuidades, promovendo, assim, a complexificação das relações entre jovens, adultos e idosos.

Todavia, por serem os assentamentos uma realidade que data de meados da década de 1980, os estudos que usam a categoria geração são muito raros, pois as problemáticas geracionais nestes espaços começaram a se delinear nos últimos anos. As preocupações com a sucessão e convivência geracional em contextos de projetos de assentamentos surgem naqueles que foram estabelecidos há algumas décadas. Diante disso, o que se encontra ao se buscar estudos de geração em assentamentos são estudos voltados à juventude e raros estudos sobre idosos. Geralmente, esses estudos de jovens ficam muito presos à categoria *ficar e sair* como uma categoria concreta ou um movimento definitivo dos jovens. “Contudo, *‘ficar’* ou *‘sair’* do meio rural envolve múltiplas questões mediante as quais a categoria *jovem* é construída, e seus significados, disputados” (CASTRO, 2009, p.23).

Ficar e sair são opções que escondem, de um lado, valores que se formam na mente dos jovens a partir das condições que dispõem suas respectivas famílias, ao mesmo tempo que representam alternativas do exercício de trabalho nos espaços rurais e fora deles. São, portanto, as condições objetivas e subjetivas que formam as concepções dos jovens assentados e dão a eles os elementos para elaborarem seu plano de ações, que orientam suas trajetórias e seus projetos de vida. Constata-se assim que as estruturas objetivas não provocam os mesmos efeitos sobre todos, pois é preciso considerar, além das condições objetivas, as condições subjetivas, como, por exemplo, as representações que cada um faz sobre a saída para a cidade próxima ou distante e, sobretudo, o significado que isso tem para a família. E estas representações variam de acordo com as diferenças de sexo, de idade, escolaridade etc. A análise das trajetórias permite visualizar situações concretas bem diferentes, tais como: há os que partem e os que ficam, há os que voltam e os que não voltam (MALAGODI e MARQUES, 2007, p.199).

A decisão entre *ficar* e *sair*, para esses sujeitos, portanto, são estratégias complementares dirigidas conforme as condições objetivas e os projetos de vida subjetivos elaborados por eles. É exatamente para isso que Castro (2008; 2009) chama atenção, pois segundo a autora os estudos sobre juventude rural em assentamentos, se prendem muito a essa categoria sem levar em consideração as diversidades de estratégias de reprodução social de cada realidade de assentamentos e disparidades em relação aos contextos econômicos, sociais, geográficos e políticos específicos de cada região (CASTRO, 2009; WANDERLEY, 2003; MENEZES, 2008).

Há os que ficam nos espaços rurais inseridos no trabalho familiar; os que migram para trabalhos temporários em safras de cana-de-açúcar ou outras atividades agrícolas; os que se engajam em trabalhos urbanos nas capitais de seus estados ou metrópoles de outras regiões e, ainda, os que buscam através da educação formal a capacitação pra outras profissões (MALAGODI; MARQUES, 2007, p.196).

Ao se ir para além dessa categoria, *ficar e sair*, é possível trazer à cena outros temas como pluriatividade, administração do trabalho, divisão de tarefas, mudança na estrutura familiar, migração cotidiana, gênero e, principalmente, geração. E a articulação desses temas com observações que levem em consideração elementos simbólicos e subjetivos dos sujeitos possibilitam trazer a tona outras interpretações da realidade social (SCOTT, 2010).

Quando se diz das condições objetivas, o que se trata são as dificuldades encontradas por esses sujeitos da segunda geração na localidade rural e no seu lote. Dificuldades como a transmissão da herança de uma pequena propriedade para muitos filhos, ausência de investimentos do Estado em infraestrutura (saúde, educação, lazer, estradas), endividamento dos pais, falta de assistência técnica (da mais elementar), dificuldade de comercialização dos produtos (dependência dos atravessadores e queda do preço dos produtos), dificuldades de acesso a trabalho e geração de renda. Essa gama de elementos acaba por influenciar esses sujeitos na construção de projetos de vida e na reprodução social dos lotes, pois muitos estabelecimentos ficam sem sucessores, o que leva ao envelhecimento no campo, com alto número de idosos aposentados em seus lotes sem condições de prosseguir o processo

produtivo<sup>8</sup>. Em alguns casos as dificuldades encontram-se dentro da própria família, que não dão aos filhos oportunidade de assumir a responsabilidade de parte da produção ou trazer as inovações e anseios que têm para dentro do lote. Existe, assim, a barreira do tradicionalismo e do conservadorismo das famílias e as restrições no plano da sociedade local. Esses fatores acabam fazendo com que muitos dos que poderiam e gostariam de continuar o projeto de assentamento migrem para a cidade em busca da realização de outros projetos de vida. Entretanto, essa saída, na maioria dos casos, não representa ruptura com a família e com a localidade (WANDERLEY, 2007).

Sair não apenas não significa o rompimento dos laços de família, nem com o lugar de origem, como representa apenas uma fase de uma trajetória, que pode até ser marcada por múltiplos movimentos, mas o assentamento representa um ancoradouro seguro (MALAGODI; MARQUES, 2007, p.207).

Essas peijas são marcadoras das experiências desses sujeitos da segunda geração e é muitas vezes a partir delas que surge a construção de novas estratégias de vida. Como os que se “aventuram” na vida nas cidades em busca de bens que julgavam não ser possível conquistar no lote, como motos, celulares, determinadas roupas, etc., e em alguns casos acabam tendo um grande estranhamento e decepção com essa localidade urbana, que se revela em muitos casos monetarizada (“*para tudo que se quer tem que ter dinheiro*”) e com jornadas de trabalhos extremamente pesadas e por isso acabam retornando a localidade rural (No terceiro capítulo esse elemento aparecerá na fala dos entrevistados).

As trajetórias de idas e vindas são as mais variadas, como será visto na pesquisa empírica, mas o fato é que toda essa movimentação proporciona aos sujeitos uma grande bagagem de experiências vividas e provoca, em alguns casos, a revalorização da agricultura e da localidade rural. E as experiências adquiridas de trabalho na cidade, muitas vezes como pintor, pedreiro, ajudante, cabelereiro, manicure, são agenciadas em prol de se tornarem estratégias e alternativas de trabalho e renda no lote. Dependendo da distância do lote em relação à cidade e se essa cidade oferece alternativas viáveis de trabalho e renda, os sujeitos buscam realizar essas atividades na cidade e continuam morando em seus lotes, tornam-se

---

<sup>8</sup> Esse fator de envelhecimento no campo é importante de ser investigado, pois está mudando as relações de produção e reprodução social dentro dessas localidades. Nota-se com isso grande número de arrendamentos e terras ociosas.

migrantes cotidianos, ou, em outros casos, desempenham essas atividades alternativas dentro do próprio assentamento. É importante pontuar que em alguns casos a renda vinda fora da atividade agrícola é a maior fonte de renda, o que deixa claro a necessidade de investimentos e qualificação desses espaços. Há também a falta de identificação com o trabalho de agricultor por parte de alguns sujeitos, que enxergam o trabalho na terra como algo de menor valor simbólico e que não lhes permite uma vida social integrada ao tempo da cidade e a participação em festas e viagens, pois não se têm férias, fins de semana e horários regulares de trabalho (BRUMER, 2007; MALAGODI; MARQUES, 2007).

Entretanto, a despeito dos desencontros e dramas que se vive no lote, a cidade para muitos da segunda geração representa um local de estranhamento e inquietação. O lote por outro lado representa “(...) lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)” (WANDELEY, 2007, p.21). É o “porto seguro” onde se tem a segurança da moradia e dos alimentos plantados, é o local onde o “Ser” na sua maior intimidade e profundidade pode descansar a despeito das pejejas que o cotidiano vai apresentar, é a verdadeira sensação de estar em casa.

É importante destacar que com essa colocação não pretendo ser determinista e afirmar que os sujeitos da segunda geração não se sentem realizados nas localidades urbanas, e que a única forma de realização se dá pela permanência no lote, na localidade rural. Essa seria uma afirmação extremamente equivocada, pois há casos dos que se realizam em outras localidades. O que procuro destacar, portanto, é a experiência dos que foram e não conseguiram ter essa relação de identidade com outra localidade e por isso retornaram em busca de novas formas de permanência.

Esse cenário, muitas vezes avesso, possibilita frestas onde é possível sobreviver, ou seja, é possível encontrar arranjos de famílias que possibilitam múltiplas formas de permanência dentro da dinâmica social da localidade e novas formas de se relacionarem com a terra. Por isso, é necessário observar com mais critério os números sobre a sucessão geracional em assentamentos, e perceber os arranjos feitos e as formas de permanência que são possíveis de serem encontradas. Isso é importante, pois é possível observar um número significativo de sujeitos da segunda geração que vem afirmando que querem assumir o projeto de assentamento, mas em uma nova perspectiva, realizando um reordenamento da imagem e

do dito *ethos* do camponês tradicional. (PAULO, 2010; CASTRO, 2008; 2009; WANDERLEY, 2007).

Em síntese, com base em estudos já realizados e com as experiências coletadas nessa pesquisa, é possível perceber que a segunda geração mostra-se perfeitamente integrada à cultura urbana e rural, participando de um universo cultural interligado principalmente pela flexibilidade das fronteiras das localidades, onde há facilidade de deslocamento físico com os veículos automotores e pelos meios virtuais, os permitindo estarem em várias localidades no mesmo dia, ou na mesma hora. Essas experiências, como será visto nos capítulos da pesquisa empírica, possibilitam novos processos e uma heterogeneidade social e cultural no interior da localidade. Com isso, as realidades sociais das localidades são vistas em um fluxo de desterritorialização da cultura onde é possível “(...) pensar a ruralidade como um espaço onde o urbano também se constitui em elemento definidor da identidade de atores coletivos” (CARNEIRO, 2012, p.43).

Neste caso é necessário pensar que decidir ficar não significa passividade, mas sim o ato de assumir um projeto de vida que contempla e que leva em consideração autonomia e independência dos pais. Este fato, por sua vez, não é livre de conflitos, tensões, negociações e disputas, ou seja, é uma vivência emaranhada por complexas teias de poder e significações (SCOTT, 2010; MENEZES, 2008). Assim, busco voltar à atenção nos assentamentos e nos lotes sobre o processo de formulação de estratégias para a permanência de alguns sujeitos e nas alterações dos objetivos e projetos de vida em relação aos sujeitos que primeiro chegaram ao assentamento. Isso porque o assentamento é visto, principalmente, por aqueles que participaram do processo de luta pela terra, como espaço de reconstrução e reordenamento da vida presente e redefinição das perspectivas de futuro. Assim, surgem diferentes modos de se relacionar com a terra e as experiências vividas socialmente refletem as diferentes estratégias, arranjos e negociações elaborados pela segunda e primeira geração, nesse processo de coexistência, para a sua permanência no campo (MARTINS, 2003; SIMONETTI, 2011; D’AQUINO, 2011).

Os assentamentos, assim, devem ser entendidos como um universo de vividos múltiplos em que as várias subjetividades estão diferenciadas em projetos que se cruzam e se conflitam dentro das famílias, no assentamento e na teia de relações que são estabelecidas em geral. Estes projetos podem ser aparentes ou ocultos na representação destes vividos e por isso essas subjetividades devem ser compreendidas como um processo de construção de

sentidos individuais, coletivos, culturais e históricos na criação e recriação cotidiana (MARTINS, J. S. 2010; FARIAS, 2008).

É nesse ambiente que estes sujeitos que permanecem no projeto de assentamento elaboram a sua identidade: com a relação com o urbano, com os moradores do assentamento, com a família e diante dos conflitos, dos estigmas e dos seus próprios projetos. Neste caso o outro desses sujeitos que permanecem não está nas fronteiras de seu lote e seu assentamento, mas sim em toda a teia de relações que estabelece em sua rede social (SCOTT, 2007).

Com isso, a hipótese que guia a construção dessa pesquisa é a de que a reprodução social no assentamento ocorre dentro de um processo de ressignificação. Assim, a segunda geração ao elaborar estratégias e arranjos de permanência provocam significativas mudanças no que se tinha como *ethos* camponês tradicional (ligado a terra em um sentido de veneração e reverência) e do sujeito da reforma agrária (ligado à luta política da transformação social da sociedade), para uma nova forma de identidade mais ligada a busca de renda e ao acesso a bens de consumo.

## 1.2 Objetivos

Isso posto, o objetivo central da pesquisa é compreender o modo como se dá a sucessão e coexistência geracional nos assentamentos de reforma agrária. Busco entender, nesse processo, quais são os elementos trazidos por esse encontro de gerações a partir dos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as razões pelas quais alguns sujeitos da segunda geração permanecem no projeto de assentamento, independente se tiveram ou não experiências de trabalho e moradia fora do assentamento;
- b) Interpretar as estratégias e arranjos de permanência, procurando compreender as motivações e o modo como as mesmas são efetivamente tecidas no cotidiano;
- c) Perceber as mudanças nos projetos e objetivos de vida da segunda geração quando comparadas ao da primeira: permanências e ressignificações.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

Como instrumentos metodológicos para a realização da pesquisa foram utilizados:

- a) Revisão bibliográfica sobre os principais temas que tratam a pesquisa;
- b) Pesquisa documental em base de dados, site e documentos de movimentos sociais e instituições públicas;
- c) Pesquisa qualitativa com o procedimento da história oral por meio do uso de questionário semiestruturado em uma localidade específica (estudo de caso). Esse instrumento metodológico tem grande destaque na elaboração da pesquisa como explicitarei nos tópicos que seguem.

### **1.4 Percursos metodológicos**

Thompson (1978) afirma que “ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da mente. Não se pode caminhar do lado de fora. É imobilizada pela cãibra teórica e a dor só é suportável se não movimentar seus membros” (p.185). Seguindo este viés tomei como opção metodológica privilegiada a investigação empírica por meio do estudo de caso.

O estudo de caso justifica-se, visto que este possibilita o aprofundamento da realidade social estudada e realça vários elementos sociais que permite generalizações com o contexto social geral. Assim, escolhi a Agrovila Campinas, no Assentamento Reunidas, do Município de Promissão para a investigação, pois é uma Agrovila com particularidades interessantes em sua história de formação, como mostrarei no próximo capítulo, e o Assentamento Reunidas justifica-se por ter mais de 26 anos de existência, o que é essencial para a proposta de investigação geracional.

A aproximação com a realidade social da agrovila deu-se por meio de sucessivas visitas, iniciadas no ano de 2009 com períodos de dois, três, até cinco dias. No ano de 2013 fiz uma incursão a campo maior, com permanência de quinze dias, participando das atividades cotidianas do assentamento. Nessa realidade particular procurei indícios que evidenciassem relações e características com o contexto social mais geral buscando compreender a sua

ligação particular com as complexas inter-relações das dinâmicas da sociedade local e regional.

Para o aprofundamento do estudo de caso optei por utilizar a metodologia da história oral. Esta opção justifica-se, pois, por meio dela é possível entrar em contato com um elemento essencial para a construção do conhecimento nas ciências sociais: “a experiência humana”. Assim, “homens e mulheres podem ser considerados como sujeitos ou agentes de sua própria história” (THOMPSON, 1978, p.99). É essencial, todavia, deixar claro que a lógica do processo histórico não pode ser confundida como a soma das experiências dos sujeitos em suas intenções e objetivos individuais, mas sim como elementos que agem “com”, “sobre” e “contra” outras “vontades” agrupadas como as famílias, as comunidades, os interesses, e principalmente, as classes. É nesse sentido que Thompson (1978) esclarece a ambivalência da posição de agentes e sujeitos dos homens e das mulheres em relação ao processo histórico (agência e processo), que hora exercem papel de sujeito e hora de objeto, ou seja, são agentes voluntários de determinações involuntárias. É na sincronia dos elementos estruturais (econômico, político, intelectual e cultural), com as “vontades individuais” (a agência dos sujeitos) que se podem construir análises mais elaboradas da realidade social, interrogar os silêncios reais e se chegar à ideia de “experiência histórica”. Com isso é possível trazer a definição de “*experiência*” pensado por Thompson (1978) onde a estrutura é vista como processo e o sujeito é reinserido na história,

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidade e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1978, p.182).

Essa ideia de experiência dos sujeitos, portanto, está inserida dentro de um emaranhado das relações das realidades sociais, pois em última instância foi gerada na “vida e nas relações materiais” e estruturada em termos de classe no que Thompson (1978) chama de *habitus de viver*. E esse *habitus de viver* são as regras e expectativas apreendidas pela

*experiência* e pelo *sentimento* na família, no trabalho e na comunidade imediata. Esse conceito busca romper com a ideia de que os valores são impostos pelo Estado e pela ideologia e que os sujeitos os assimilam totalmente. O que ocorre é que a experiência e o sentimento é o local da contradição, da luta entre valores e da visão de vida alternativos, por isso é possível afirmar que as “pessoas são tão determinadas (*e não mais*) em seus valores quanto o são em suas ideias e ações, são tão ‘sujeitos’ (*e não mais*) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral” (THOMPSON, 1978, p.194). Esses sujeitos, por sua vez, não são meros reprodutores das estruturas, mas a partir das experiências, da “consciência social” e dos “sentimentos” que adquirem nas relações culturais agem dentro de determinadas situações de forma propositiva, transformadora e utópica (THOMPSON, 1978).

É nesse sentido que Foucault (1979) propõe que os sujeitos resistem às estruturas de poder e saber dentro de um processo criativo. Para o autor, o sujeito tem capacidade, dentro de determinado repertório acumulado por sua experiência e seus sentimentos, de se contrapor as relações de poder que são exercidas sobre ele. Justamente por que a vida não pode ser capturada de forma absoluta pelos dispositivos de poder e

(...) a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1979, p.241).

Foucault busca com essa formulação determinar “o que na vida resiste e ao resistir cria novas formas de subjetivação e formas de vida que escapam aos biopoderes” (LAZZARATO, 2000, p.1). Nesse sentido o poder acaba funcionando como mecanismo de apelação que, por sua vez, acaba por produzir resistência e possibilidades criativas que estão por surgir, o que Foucault (1979) chamou de “estética da existência” e teria a função de estabilizar de forma deliberada a vida cotidiana (DELEUZE. Mimeo; HALL, 2011).

E é com essa ideia de sujeito que trabalho nessa pesquisa. Um sujeito que diante das experiências que têm dentro do campo das suas relações sociais possui a capacidade de resistir às estruturas de poder, conflitos e tensões e a partir daí acrescentam algo à realidade que vive. Este não é um mero reprodutor e vítima das situações postas, pois sabe caminhar por trilhas e atalhos em busca da realização de seus projetos, dos seus anseios e dos seus

sonhos como afirma Boltanski & Chiapello (2009, p.34): “Mas os homens não apenas padecem os efeitos da história, eles a fazem e nós queremos vê-los em ação”.

Este sujeito emerge, principalmente, quando a sua fala é ouvida e valorizada, por isso busquei as falas desses sujeitos por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado a partir da perspectiva da história oral. E o elemento fundamental da história oral é a “memória”, pois o sujeito ao ser interpelado pela sua história resignifica os fatos, enxerga o que poderia ter acontecido e não foi, olha para o futuro e busca a possibilidade da realização do que fora outrora impedido. Assim, através do relato dos sujeitos é possível trazer à tona os sonhos, as angústias e os anseios do grupo. E essa memória não é somente individual, mas parte da realidade social do qual esse sujeito está inserido como afirma Halbwachs (2006, p.39):

Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

Para que a memória do sujeito aproveite da memória do grupo não basta a apresentação da memória dos outros, pois é imprescindível que ocorra pontos de convergência e elementos de contato para que a memória seja reconstruída sobre uma base comum. Existe uma dupla condição para a lembrança ocorrer: primeiro que as impressões que o sujeito carrega em seu espírito<sup>9</sup> não estejam esquecidas em todos os seus aspectos; e segundo que as memórias dos grupos não deixem de estar relacionadas de alguma maneira às impressões do sujeito. A perda desse elo acarreta na impossibilidade de acesso e reconstrução da memória ou em uma memória pautada no vazio e em certa medida abstrata. Isso ocorre porque em Halbwachs o ato de lembrar não é algo realizado somente pela relação do sujeito com ele mesmo, e em certa medida isso é até descartado, pois para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a do sujeito é imperativo que as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem seu passado. Assim

---

<sup>9</sup> Por conteúdo do espírito Halbwachs entende como todos os elementos que marcam suas relações com os diversos ambientes e que ficam guardados na subjetividade dos sujeitos (HALBWACHS, 2006).

a memória se dá por meio dos fatos não esquecidos, pois não são todas as lembranças que ficam gravadas e registradas na memória, pois ela é seletiva. Esta seleção é resultado da organização do grupo e do que o sujeito pretende gravar, recalcar, excluir e relembrar (POLLAK, 1992).

Esta lembrança não fica guardada integralmente no sujeito, mas existem elementos no conteúdo da subjetividade do sujeito que o fazem, na relação com o grupo, relembrar a partir do lugar que está. E com as contribuições que vêm do grupo a memória é enriquecida, mudada e transformada. Neste caso a lembrança acontece no movimento do presente para o passado e não do passado para o presente, ou seja, “[...] a memória social do acontecido não é mais do que a imaginação coletiva do acontecendo” (BRANDÃO, s.d. p.64). A memória sempre remete-se ao presente, modificando e reinterpretando o passado em uma permanente interação entre o vivido e o apreendido e o vivido e o transmitido (POLLAK, 1989). Neste sentido, de uma memória movida pelo desejo e imersa na imaginação, Brandão (s.d. p.7) afirma que,

o ofício da memória não é lembrar, recompor o que houve e, sim, reconstruir, relembrar através de uma recriação, que, na arte ou fora dela, representa, isto é, traz como ficção o que em um tempo antes havia existido como um fato, um feixe real de acontecimentos e nunca mais pode reexistir como tal.

A ideia de memória alarga-se neste sentido e aproxima-se da concepção mitológica dos gregos. Mnemosyne, deusa da memória, é filha de Urano e de Gaia, irmã de Chonos e de Okeanos, ou seja, a memória é filha do céu e da terra, irmã do tempo e do oceano, todas metáforas de duração e infinitude. A sua sacralização revela a grande importância para os gregos que lhe atribuem a função de dizer: *o que é, o que será e o que foi*. O poeta grego lembra ao entoar um canto para seu grupo. Em meio a melodia as palavras do canto invocam as nove musas, filhas de Mnemosyne com Zeus, responsáveis pela inspiração. A memória é, neste caso, infinita e cheia de possibilidades. Ela está voltada para o presente e para o futuro mais do que ao passado e só pode vir à tona, por meio da inspiração, quando celebrada junto ao grupo (MENESES, s.d.).

A memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significado. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo. Esta, por sua vez, permite-nos compreender e combinar, de muitos modos, as fases em que dividimos o tempo, possibilitando-nos, por exemplo, perceber “o passado diante de nós” (AMADO, 1995, p.132).

Esse movimento, presente-passado, de reinterpretação e inspiração lança o sujeito e seu grupo para um devir, pois a memória à medida que reinterpreta e imagina o passado, movida pelo desejo de transformar o presente lança perspectivas para o futuro. A memória deste modo, “deixa de ter um caráter de *restauração* e passa a ser memória *geradora* do futuro. É bom lembrar com Merleau-Ponty que o tempo da lembrança não é o passado mas o futuro do passado” (BOSI, 2003, p.67).

Esse posicionamento traz à tona outra face da memória, não mais como simples lembrança de fatos há muito ocorridos e lembrados de forma idílica e despreziosa por um sujeito, mas demarca uma atitude libertadora e coletiva da memória, como transformadora da realidade social presente, uma vez que ela é reinterpretação, e por consequência com ânsia e ânimo de buscar um futuro, pois essa memória é base sólida da vontade para produção de projetos de vida que serão buscados com esforço e luta. Assim sendo, pode-se dizer que “de todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado”. (WEIL, apud. SILVA, 2004, p.123) Todavia, o acesso a esse passado não é algo fácil e simples, mas é fruto de grande esforço e de grande labor, como aponta Ecléa Bosi (1994, p. 55),

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de

valor. O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

A memória, deste modo, fica determinada como elemento de relação social do sujeito com o grupo e com o fato lembrado à medida que não pode recuperar o fato tal como foi vivido, mas sim ressignificá-lo a partir do lugar que está e com as transformações que ocorreram em sua subjetividade e na vida do grupo. Nesse movimento de ressignificação devem-se somar os silêncios, as amnésias, as sombras, os desejos, as imaginações e o esquecer de propósito que faz resultar em uma memória bem alterada onde é possível encontrar desvios, preconceitos e inautenticidade. A memória é o jogo de velar e desvelar ao mesmo tempo e nesse sentido é necessário saber identificar esses elementos.

Por fim, a memória, ao colocar os sujeitos e os seus grupos em movimento os possibilita adentrar em um processo de constituição identitária, por meio da ressignificação do sentido existencial. E como diz Elias (2000) a memória, a opinião e os valores do grupo, sob certos aspectos, têm a função e o caráter de consciência do próprio sujeito. Por isso ao lembrar o passado, a partir do presente, dentro do seu grupo, o sujeito ressignifica o passado e reelabora sua identidade, que uma vez formulada é mantida, modificada ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais (OLIVEIRA, 1976).

Podemos portanto dizer que a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992. p. 205).

Nesta perspectiva a identidade busca compreender,

[...] a estrutura e o processo das diferentes trocas de bens materiais, de serviços e de símbolos entre diversas categorias de sujeitos e o modo como acontecem aí ações e reações de atribuição de nomes, de títulos de determinação de semelhanças e diferenças que, afinal, tanto se manifestam na maneira como as pessoas vivem os códigos de seus contactos umas com as outras, quanto na forma pela qual representam os seus relacionamentos e o reconhecimento de quem são, a partir deles. A partir do que eles simbolicamente determinam (BRANDÃO, 1986. p.38).

Desse modo, a noção de identidade dos sujeitos não pode ser vista por uma via individual, ou como respostas biológicas e naturalizadas em que os indivíduos produzem sua identidade e se tornam únicos, mas sim como processos que resultam das interações sociais e culturais. A ideia de identidade não pode ser vista como inata ao sujeito, pois os sujeitos não pensam isoladamente, mas através de categorias engendradas pela vida social. Por isso, a identidade deve ser vista como uma celebração móvel, no sentido de ser aberta, contraditória, fragmentada, plural e descentrada (HALL, 2011).

A identidade, desse modo, deve ser vista como representação social dos grupos que operam suas relações em analogia e disputa com outros grupos. Assim a identidade depende da existência de outros grupos e na dinâmica que ocorre por meio das relações e das disputas entre eles. O *outro* é elemento decisivo nas construções das identidades como aponta Pollak, (1992, p.205),

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

Deste modo, caracteristicamente a identidade é marcada inevitavelmente pelo confronto com o outro, que pode estar dentro do grupo ou fora dele. Dentro do grupo, por meio dos mecanismos que controlam e codificam o cotidiano da vida de seus membros: visões de mundo, projetos de vida, sentimentos e emoções. Ou fora do grupo, por meio da interpelação dos valores e visões de mundo que se o sujeito leva a ser confrontado pelos sujeitos do outro grupo. Assim, a identidade se dá na disputa entre os sujeitos do grupo e entre os sujeitos de fora.

## **1.5 As técnicas e os procedimentos**

Existe uma gama variada de procedimentos para se realizar estudos na perspectiva da história oral. Desta gama, a opção escolhida foi realizar entrevistas por meio de roteiros

semiestruturados. Este procedimento tem como característica a provocação do pesquisador ao sujeito que concede a entrevista com temas que são de interesse da pesquisa. No caso dessa pesquisa o objetivo principal do roteiro foi buscar compreender quais foram as motivações que levaram os sujeitos a permanecerem no lote e as estratégias traçadas para viabilizar tal permanência. Para isso todos os sujeitos entrevistados faziam o resgate de sua história pessoal e, ao tentar reconstruir a sua trajetória e suas experiências, eles acabaram esboçando as relações com os membros do seu grupo de parentesco, de sua profissão e da sociedade como um todo. Assim, as falas ultrapassaram o caráter subjetivo e individual e demonstraram elementos representativos da realidade mais geral do assentamento.

É como se numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente – houvesse elementos irredutíveis em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala (POLLAK, 1992, p.201).

Como diz Queiroz (1991), as entrevistas têm a pretensão de captar o grupo, pois uma infinidade de influências exteriores perpassa a narrativa e o que é aparentemente individual é resultado da interação com o ambiente e com as coletividades em que o sujeito está inserido. Certamente não é possível esgotar todos os aspectos e fenômenos que se investiga, mas as entrevistas são capazes de levantar importantes questões e fornecer novas perspectivas.

Todo fenômeno social é total, dizia Marcel Mauss na década de 20; o indivíduo é também fenômeno social; aspectos importantes de sua sociedade e do seu grupo, comportamentos e técnicas, valores e ideologias podem ser apanhados através de sua história (QUEIROZ, 1991, p.14).

Essa história, porém, não se revela de forma total na verbalização dos sujeitos, pois como disse Pollak (1989) existe nas lembranças dos sujeitos zonas de sombra, silêncios e ‘não ditos’. Por isso é importante buscar compreender os momentos de silêncio, pois ele é

carregado de sentimentos, como esperanças e medos, que normalmente não ousam sair pelas gargantas,

O Silêncio é gravido  
pleno de gritos  
que não soam

Mar onde se agitam  
esperanças e medos  
que nunca passarão  
pelas gargantas,

explodindo suores e lágrimas,  
olhos parados,  
rostos marcados pela solidão.

A agonia dos gritos aprisionados  
enche os vazios  
e as almas torturadas  
bebem dos seus mudos  
desesperos.

O silêncio é a voz  
de nossas angústias,  
conturbado mar onde navega  
a velha estupefação  
do animal que pensa (Souza, 2000, p.45)<sup>10</sup>.

Nestes termos busquei ficar atento ao além do dito, ao indizível, pois esse elemento é essencial para captar as tensões implícitas, as angústias, os subentendidos e o que foi sugerido e pode ter sido encoberto pelo medo. As lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são cuidadosamente guardadas pelos sujeitos, mas podem aparecer em um gesto e em um silêncio e a partir daí sugerir novas cores ao passado.

---

<sup>10</sup> Poema extraído do livro o “Cavaleiro das Brumas” de Américo Rosário de Souza. Poeta nascido em Barretos/SP e radicado na cidade de Sertãozinho/SP.

As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989, p.8).

É por isso que Queiroz (1991) vai falar da importância da preparação do pesquisador antes do encontro com o depoente. Neste caso, diz a autora, o pesquisador deve ter clareza do problema que busca elucidar, conhecer os desafios da técnica de pesquisa que está utilizando, conhecer a história do grupo que se vai pesquisar e saber proporcionar no momento da entrevista um clima de conversa o mais natural possível, pois a partir disso pode acontecer que um silêncio se transforme em fala, em verbo, ou em poucas e esclarecedoras palavras.

Nesse caso a minha preparação foi realizar visitas ao Assentamento Reunidas, no município de Promissão, de forma sistemática para manter contato, estabelecer um elo com os sujeitos da localidade e ter maior proximidade com os moradores. Também realizei algumas pesquisas coletivas junto com Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias e Ambientais<sup>11</sup> que possibilitaram o aprofundamento no conhecimento dessa realidade social. É importante deixar pontuado que as minhas visitas e as pesquisas eram direcionadas na agrovila Campinas. Além dessa preparação empírica busquei ler monografias, dissertações, teses e livros que tiveram como objeto de estudo o assentamento Reunidas e/ou a agrovila Campinas.

Outro ponto destacado por Queiroz (1991) é a escolha dos sujeitos que serão entrevistados, para se ter contato com a maior diversidade e representatividade possível de sujeitos na realidade social estudada. Representativo no sentido dos que têm mais a contribuir e mais diretamente estiveram ligados aos eventos que se busca compreender. Essa ressalva é importante de ser feita, pois a representatividade na história oral não pode ser confundida com a representatividade no campo da estatística. Na estatística a representatividade está ligada a cálculos realizados para se chegar ao número de indivíduos que são necessários para se realizar um determinado estudo em uma população. Já na história oral os números de depoimentos são sempre menores dentro de uma população a ser estudada, assim a

---

<sup>11</sup> Centro vinculado a Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília no qual sou vinculado com pesquisador.

representatividade está ligada a questões que envolvem o conhecimento, o acesso e a disponibilidade do sujeito (THOMPSON, 2002; QUEIROZ, 1991).

Nesse sentido é importante situar o universo empírico da agrovila Campinas. A presente agrovila é composta por 74 lotes, entretanto, como esta pesquisa tem seu foco nos sujeitos da segunda geração que permanecem no projeto de assentamento, tendo para si a responsabilidade<sup>12</sup> do lote, esse universo acaba sendo bem menor. Não é possível precisar o número exato de lotes que tem essa característica, pois não empreendi uma pesquisa quantitativa previa. Por isso o procedimento para a escolha se deu a partir do contato com um casal, em que fiquei hospedado em todas as oportunidades que realizei o trabalho de campo. Assim como Doc, na “Sociedade de esquina”, foi fundamental para a entrada e entendimento de Whyte (2012) em campo, esse casal foi para a realização da minha pesquisa empírica<sup>13</sup>. Esse casal está no assentamento desde o processo de luta e têm em suas trajetórias a própria história do assentamento. Eu expus a eles do que se tratava a pesquisa e qual o recorte de sujeitos que necessitaria fazer as entrevistas. A partir do relato deles sobre a realidade social da agrovila, somados aos meus conhecimentos adquiridos nas visitas e pesquisas previas, avaliei as trajetórias dos sujeitos da segunda geração identificados e estabeleci a escolha que me pareceu a mais adequada para observação da maior diversidade de situações e estratégias distintas de permanência na agrovila. Assim, elegi quatro lotes e entrevistei seis sujeitos dos quais dois eram mulheres e quatro homens (A justificativa da escolha de cada caso se encontra no capítulo III).

Para realizar as coletas de depoimentos, fiz uso de gravador. Esse instrumento é importante, pois possibilita conservar a linguagem do narrador com maior precisão. Os silêncios, o tom da voz, as alterações na voz quando se trata de determinado assunto e o encadeamento das ideias. Aqui, porém, cabe uma observação importante. O uso do gravador pode em alguns casos exercer uma violência simbólica sobre o entrevistado, seja por ter medo ou por timidez diante do aparelho, justamente por isso, não é incomum que os relatos mais interessantes possam acontecer depois do gravador desligado ou em uma situação de conversa

---

<sup>12</sup> A responsabilidade aqui não é legal e jurídica, mas sim os casos em que os sujeitos da segunda geração estão com a responsabilidade de produção ou são responsáveis pelos sujeitos da primeira geração que já se encontram idosos e tem sobre si a responsabilidade simbólica de ser o herdeiro do lote mesmo não exercendo atividades no mesmo (há um caso com essas características que será melhor explicitado no capítulo III).

<sup>13</sup> Para saber mais sobre a importância de se ter um informante chave para a entrada no campo consultar WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Veja principalmente o Anexo A: sobre a evolução de sociedade de esquina.

informal. Neste sentido o caderno de campo foi imprescindível, pois além de possibilitar tomar nota dos pontos principais da fala que não fora captada pelo gravador, também pode auxiliar em dúvidas e ideias que ocorreram durante todo período da pesquisa. No caderno fiz anotações sistemáticas registrando em que condições foram feitas as entrevistas, assuntos de conversas em festas, bares e encontros pelas estradas e visitas informais.

Outro ponto metodológico importante é a sistematização dos depoimentos e seu uso nas pesquisas, pois para o uso dessas fontes é necessário primeiramente realizar as transcrições das mesmas. Este é um duro e árduo trabalho para o pesquisador que tem a tarefa de transformar em códigos linguísticos elementos como hesitações, alteração de voz e gestos. Com isso, o pesquisador também media o relato. É necessário levar em conta que o pesquisador também faz parte da produção da narrativa seja por estar presente no ato que ela é realizada, seja no ato de transcrever e realizar os recortes que julga necessário e são interessantes para a sua pesquisa (QUEIROZ, 1991).

De fato há empobrecimento e perdas no processo de passagem do relato para transcrição e posteriormente para o uso de fragmentos do relato na pesquisa. Por outro lado, os depoimentos são capazes de revelar informações que não seriam possíveis de outra forma. E, além disso, os depoimentos não devem ser tomados como fontes únicas e reveladores da verdade, eles não são produto final da pesquisa e por isso é imprescindível realizar rigorosa análise e minucioso cruzamento de fontes e dados, como aponta Queiroz (1991).

E análise, em seu sentido essencial, significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los, a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca. Assim, diante destas considerações, o escrúpulo em relação aos recortes das histórias orais e a sua utilização parcial se afigura nitidamente como um falso problema (QUEIROZ, 1991, p.5).

É justamente por esse motivo que não se deve preservar nenhum essencialismo metodológico e sim buscar cada vez mais a interdisciplinaridade e o uso variado de fontes, pois isso possibilita descrição densa e análise substancial da realidade estudada. Nesse caso, foram usadas várias fontes que versam sobre a bibliografia que trata dos eixos de análise proposto, bem como bibliografia sobre o tema e dados estatísticos de fontes documentais. Isso

é importante de ser ressaltado, uma vez que as narrativas orais não podem substituir um conceito ou uma teoria, pois por mais ricos que sejam não serão capazes de elucidar sozinhas as estruturas, as transformações econômicas, os processos sociais ou uma revolução política. O depoimento oral necessita de coordenadas interpretativas teóricas para ser esclarecida e contextualizada de maneira adequada. Assim, a relação não deve ser aquela

[...] da prima-dona e de sua substituta na ópera: quando a estrela não pode cantar, aparece a substituta: quando a escrita falha, a tradição sobe ao palco. Isso está errado. [As fontes orais] corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem (PRINS, 1992, p.166).

Estes são os pressupostos que busquei realizar nessa pesquisa. Trazer à tona, por meio das entrevistas, a memória dos sujeitos da segunda geração que permaneceram no projeto de assentamento e com isso perceber as motivações, as razões, os sonhos e principalmente seus projetos de vida. Elementos que não aparecem em livros, em notícias de jornais e em atas de reuniões, mas ao serem relacionados a elas podem ganhar novas dimensões, maior profundidade e maior envergadura. Enfim, a tentativa foi a de seguir a proposta de Walter Benjamin (1986) e escovar a história a contrapelo.

## **CAPÍTULO II: AS TERRAS DE PROMISSÃO: O CONTEXTO DA LOCALIDADE**

Com esse capítulo busco situar a localidade estudada dentro de seu contexto social, histórico e econômico, tendo como objetivo compreender como os sujeitos estão envolvidos nesses processos. A discussão do capítulo está estruturada da seguinte forma: no primeiro tópico trato do histórico da formação fundiária da região e a consolidação da Fazenda Reunidas. Em seguida, no segundo tópico, discuto em que contexto surge o processo de luta política de reivindicação da Fazenda Reunidas para o projeto de assentamento e seus desdobramentos. E para finalizar, apresento um panorama da localidade depois de sua definição como Assentamento.

### **2.1 Histórico da formação fundiária da região Noroeste do estado de São Paulo**

Primeiramente, é importante localizar espacialmente a localidade. A Agrovila Campinas faz parte do projeto de Assentamento Reunidas no município de Promissão/SP. Este município está situado nas imediações de um conjunto de *capitais regionais*. Em um raio de 120 km encontram-se os municípios de São José do Rio Preto, Marília, Bauru e Araçatuba. E está a 463 km de São Paulo – Capital. Na “Figura 1” é possível observar essa localização que demonstra o município de Promissão em destaque com a cor vermelha dentro do estado de São Paulo.

**Figura 1- Mapa do estado de São Paulo com divisões em municípios  
(Destaque do município de Promissão)**



Fonte: [wikimedia.org/](http://wikimedia.org/)

O histórico fundiário da região do município de Promissão/SP permite traçar paralelos com as questões ligadas às ocupações fundiárias brasileira. A área que se estende do município de Bauru até o Rio Paraná, divisa com o Mato Grosso, limitada à direita pelo Rio Tiête e à esquerda pelos Rios Tibiriça, Feio e Aguapeí, era considerada como região de Sertão até o começo do século XX. Na “Figura 2” é possível observar o mapa, de 1868 elaborado pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, que mostra uma mancha, em tom rosa, cobrindo mais de 25% do território paulista onde é possível ler: “*Terrenos ocupados pelos indígenas ferozes*”. Essa marcação no mapa deixa claro o modo como as elites econômicas e políticas viam os moradores nativos da região e, conseqüentemente, o modo como foram tratados os indígenas quando das expedições de “expansão” (MARCOLIN, 2007).

**Figura 2 - Província de São Paulo**



Candido Mendes de Almeida, *Província de São Paulo* (CAVENAGHI, 2006).

A partir de 1885 começaram a ser organizadas expedições às terras “selvagens”. O então presidente da província de São Paulo, João Alfredo Corrêa de Oliveira, nesse período convidou o geólogo norte-americano, Orville Derby, que trabalhava no Museu Nacional, para elaborar um plano de exploração da região. Para o empreendimento foi criada, em 1886, a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, com o objetivo de explorar os rios Feio e Aguapeí, abrir caminho para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, expandir a fronteira agrícola e levar a “modernização” e a “civilização” para essas áreas. Segundo Martins (1975) essa é a fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que tem como característica a interiorização das funções metropolitanas, isto é, está marcada pelo colonialismo interno. No mesmo sentido Foladori (1997) vai afirmar que a tendência e estratégia de expansão do capital para o aumento do lucro é exatamente o avanço sobre territórios e elementos da natureza ainda não mercantilizados. Assim sendo, essa frente de expansão segue a lógica histórica de expansão do sistema capitalista repetido em todo Brasil e América Latina de destruição e aniquilamento das estruturas sociais não capitalistas, etnocídio de nativos, uso indiscriminado dos recursos naturais e exploração e expropriação de trabalhadores migrantes e imigrantes. Em síntese é o que afirma Luxemburg (1970), o uso da violência, apropriação de importantes fontes produtivas como a terra (transformada em propriedade privada individual) e a transformação de camponeses em operários constitui o

cerne do método permanente da acumulação de capital no processo histórico, desde sua origem até os nossos dias. Seguindo esse viés Martins (1975) afirma que as frentes de expansão estavam ligadas a integração de economias de mercado de dois modos,

(...) pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. (...) A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta (MARTINS, 1975, p.46 – 47).

Se eram essas as preocupações, de expansão da economia de mercado, os índios Caingang, verdadeiros pioneiros, moradores originais da região, e que foram os primeiros a explorar e valer-se da área para a instalação do seu modo de vida, eram vistos como uma barreira a ser superada. Relatos sobre o período dizem que esses índios,

(...) viviam em clareira abertas junto dos riachos, onde dispersavam suas cabanas, distantes de vinte a cem metros uma das outras, ligadas por veredas bem conservadas... Suas cabanas eram construídas à margem dos pequenos cursos de água; de aldeia em aldeia serpenteavam caminhos; para facilitar a travessia de passagens pantanosas, tinham os índios lançado troncos de árvores no sentido da pista. Além da caça e da pesca, colhiam esses cainguangues o mel selvagem, cortavam palmitos cuja medula consumiam, utilizavam fibras vegetais para fabricar e tecer cestas; sabiam também preparar uma espécie de mate, com folhas de congonha. Eram feitas em reduzidos espaços – um hectare no máximo, nas aldeias mais importantes – suas culturas de feijão, abóbora e milho. Abatiam pequenas árvores, com machados e foices, roubados ao branco. A queimada completava a limpeza do terreno, deixando de pé os troncos mais grossos. Essa agricultura em terrenos incendiados era paralela ao nomadismo, mas não há informação sobre a duração dessas aldeias. Encontraram os exploradores choças abandonadas, vestígios de culturas e nada mais. Entretanto, a construção de agrupamentos de habitações relativamente importantes, o estabelecimento de caminhos em bom estado de conservação indicam certa estabilidade de habitat (MOMBEIG, In: SIMONETTI, 1999, p.18).

O relato deixa claro que havia um modo de sociabilidade instaurado e consolidado pelos índios, mas a despeito disso não houve a preocupação de se preparar um contato prévio

e por conta disso os encontros com a “frente pioneira” não se deram de forma pacífica, mas sim com embates violentos e de forma desrespeitosa por conta dos agentes estatais. Os índios da região ofereceram resistência considerável diante do avanço dos “pioneiros”, mas sucumbiram às matanças e as epidemias. Justamente por isso é praticamente impossível determinar o número de índios que viviam nos planaltos ocidentais no fim do século XIX e início do século XX. O relatório de exploração dos rios Feio e Aguapeí, elaborado pelo engenheiro Gentil Moura, deixa claro o cenário do período e a posição dos pioneiros em relação aos índios:

O índio coroadado tem sido o empecilho para o povoamento dessa zona. Cioso da sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua família, dos seus, defende-os com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vê com outro fito senão de matá-los e tomar-lhes as terras (MARCOLIN, 2007).

E foi justamente o que aconteceu. As matanças dos indígenas iniciadas com Colombo corriqueiramente são atualizadas. Estimativas afirmam que “os índios das Américas somavam entre 70 e 90 milhões de pessoas quando os conquistadores estrangeiros apareceram no horizonte; um século e meio depois tinham-se reduzido, no total, a apenas 3,5 milhões” (GALEANO, 1983).

E as estratégias usadas séculos atrás se repetiram na empreitada da frente “pioneira”: armas de fogo e micróbios. Os agentes “pioneiros” deixaram roupas contaminadas por varíola propositalmente à beira dos trilhos para que fossem recolhidas pelos índios e com a epidemia grande parte acabou morrendo. Quando não, matavam as mulheres e os filhos dos caingangues, decepavam as cabeças e colocavam fogo em suas casas. Relatos deixam claro a insensatez e desrespeito com que foi tratada a população indígena, pois em 1912 eles já estavam reduzidos a 700 indivíduos e em 1916 apenas 200 viviam naquela região (SIMONETTI, 1999). Atualmente, restam apenas duas reservas: Icatu, próximo a Braúna, com 300,96 hectares e cerca de 110 indivíduos; e Vanuire, próximo a Tupã, com 708,93 hectares e cerca de 220 indivíduos<sup>14</sup>.

Nesse momento de consolidação do processo de expansão da fronteira rumo ao Noroeste do estado surgem os que eram tidos pelos pioneiros como agentes da “civilização” e que passariam a fazer uso mercantil da terra. Esses agentes foram grandes fazendeiros em

---

<sup>14</sup> Fonte: [www.portalkaingang.org](http://www.portalkaingang.org) dados referentes a 2005.

busca de expansão de seus cafezais, pequenos e médios proprietários também em busca de oportunidades de ampliar suas propriedades, especuladores e companhias colonizadoras que lotearam terras para revender a pequenos proprietários.

Esses processos na região Noroeste estão inteiramente ligados aos processos fundiários da realidade brasileira de meados do século XIX. A transformação da terra em mercadoria, ou seja, em renda capitalizada, por meio das leis de Terras em 1850, possibilitou a proliferação de companhias de terras, negócios imobiliários e principalmente a limitação de acesso a terra. O cenário que isso se deu ainda contava com a demanda por mão de obra livre e o fim do escravismo como coloca Martins (1973),

Antevendo o fim da escravatura, que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido às pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na lei de terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850.

Com a promulgação da Lei de Terras (Lei n. 601, de 18/9/1850), a continuidade de formação de novas posses foi expressamente proibida. Assim, todos os interessados em novas terras deveriam adquiri-las de forma legal, isto é, por via de compra. A nova legislação tentou separar claramente os domínios privados dos outros ainda não apropriados, que passariam a formar os domínios pertencentes ao poder público (MOREIRA, 2002; MARTINS, 1986, 2003).

Essa lei colocava-se claramente contra os camponeses e trabalhadores livres, pois era de prática comum muitos desses deslocarem-se para áreas ainda não concedidas a fazendeiros para abrirem suas posses. Com essa nova regulamentação os trabalhadores livres e imigrantes só poderiam acessar a terra por meio de dinheiro. Entretanto, para se ter dinheiro eles deveriam trabalhar para os grandes fazendeiros. Dessa maneira foi possível assegurar a propriedade privada da terra e a sujeição do trabalhador. O fazendeiro passou a ser uma figura importante e central nas relações de trabalho com os homens livres que passaram a depender dele. Assim, se estabeleceram relações de colonato, parceria e arrendamento entre camponeses e proprietários, além de outras relações como agregados e posseiros. Todas essas relações sociais de trabalho ficam, nestes termos, claramente definidas pela dependência desses trabalhadores pelos fazendeiros (FRANCO, 1997).

Na região Nordeste a ocupação seguiu esse caminho, entre 1890 a 1900, a expansão foi caracterizada por grande especulação financeira e ocupação de terras virgens para venda posterior sobrevalorizadas. O aumento nos preços das terras, por sua vez, não desencorajavam os compradores, mas sim os motivavam a comprar essas terras na expectativa de que o patrimônio iria prosperar. E se a região mostrava uma aparente prosperidade muitos ficavam atraídos pela nova área do estado e para lá começaram a se dirigir em busca de trabalho, de abrir um comércio, de terra... Assim, começaram a aparecer os primeiros migrantes e imigrantes na região que vinham acompanhando a trajetória da construção da ferrovia.

Uma multidão variada de fazendeiros, de loteadores de terras e de aventureiros acompanhou os progressos da construção da ferrovia, em um verdadeiro “*rush*”, digno da tradição americana. Tanto nos lugares já habitados como nos acampamentos dos empregados da construção, abriam-se casas de **comércio** e nasciam pequenas aglomerações. (...) Essa pressa e confusão facilitaram todos os tipos de negócios imagináveis sobre as terras e os títulos de propriedade. Ao lado do fazendeiro que comprava para plantar, os grileiros, buscando ganhar o mais que podiam, atraíam habitantes das velhas zonas e lhes vendiam glebas mais ou menos contestáveis. A partir de Bauru e até Araçatuba viram-se pela primeira vez coexistiram grandes domínios e pequenas propriedades. Mas o movimento cessava na altura dessa última cidade, porque o paludismo (malária) acabava com o entusiasmo. Birigui, Penápolis, Lins e Pirajuí tornavam-se centros de zonas cafeeiras em pleno desenvolvimento (MOMBEIG, In: SIMONETTI, 1999, p. 23).

A ferrovia, assim, tornou-se o eixo em que foram aparecendo à maioria dos povoados e cidades. Várias cidades da região foram fundadas por meio de doação de glebas por fazendeiros, em uma clara estratégia de valorização de suas terras restantes, que depois poderiam ser melhores negociadas no mercado.

Isso deixa claro que a estrutura fundiária da região reproduzia uma dinâmica de conversão da terra em mercadoria, voltada para a apropriação da renda territorial pelos proprietários de terra por meio da especulação, pela atividade cafeeira e pelas relações sociais de trabalho, que eram expressão do limite do capitalismo no campo<sup>15</sup>. A terra, um bem natural que não tem valor por si mesma, mas somente como resultado do produto do trabalho e que

---

<sup>15</sup> Martins (1975) defende essa tese, pois para ele o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força de trabalho por dinheiro, mas sim a instauração da propriedade privada da terra, ou seja, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade (MARTINS, 1975).

não é passível de reprodução, torna-se um elemento chave da lógica capitalista e da implementação da frente pioneira. O proprietário da terra apodera-se da mais valia produzida por esse sujeito que trabalha em sua terra e com isso acessa mais terra e leva, por consequência, a concentração fundiária (MARX, 1983).

(...) Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. A alienação do produto do trabalho no mercado faz com que as expectativas reguladoras do relacionamento sejam construídas de conformidade com as objetivações da sociedade capitalista (MARTINS, 1975, p. 47).

É imersa nessa dinâmica que a região Noroeste desenvolveu-se, em torno da propriedade privada da terra, isto é, da renda capitalizada. Justamente por isso, o desenvolvimento na região deu-se de forma acelerada: quinze anos após a abertura da estrada de ferro em 1905, a produção de café já correspondia a 3,27% do total do estado de São Paulo. Já em 1935 passou a corresponder a 23,92%. A população da região acompanhava esse desenvolvimento. Em 1920 eram 13.454 indivíduos e correspondia a 3,74% da população do estado. Com o desenvolvimento econômico crescente os sujeitos foram atraídos para a região e em quinze anos a população chegou a 608.027 indivíduos, representando nesse momento 12,30% da população do estado. Promissão, em 1927, contava com mais de cinco milhões de pés de café e, em 1940, tinha uma população rural de cerca de 19,960 indivíduos, o que correspondia a 72,46% da população do município (SIMONETTI, 1999; NORDER, 2004).

Esse grande salto populacional deve-se a atração econômica que a região passou a representar e por conta disso o intenso fluxo de indivíduos que chegaram à região. Eram eles fazendeiros, grileiros, migrantes e imigrantes. Muitos desses imigrantes eram trazidos por fazendeiros para trabalhar nas lavouras de café no regime de colonato, que era a principal relação de trabalho do período. A característica desse trabalhador era o envolvimento de toda a sua família no trabalho na fazenda, um pagamento fixo pelo trato no cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e espaço para produção de alimentos para sustento da família ou para venda.

Essa forma de relação colono/fazendeiro possibilitou o aumento de capital e consequentemente o investimento em mais áreas de plantio de café, pois o proprietário não

pagava ao trabalhador a formação dos cafezais. Era o próprio trabalhador que pagava pelo direito de usar as terras para a produção de alimentos durante o período de produção. Para Martins (1973) esse era o segredo da acumulação do capital na economia do café,

A fazenda produzia, a partir de relações não capitalistas de produção, grande parcela do seu próprio capital. Nesse sentido é que a grande lavoura se transformou numa indústria de produção de fazendas de café, além de produzir o próprio café. Desse modo, é que na economia cafeeira a reprodução do capital assumiu a forma de reprodução extensiva de capital, pela incorporação contínua e progressiva de novas terras à produção do café (MARTINS, 1973, p.105).

Nesse contexto os imigrantes exerceram papel fundamental no desenvolvimento da região. Para a região Noroeste foram  $\frac{1}{4}$ , ou 26,6% da imigração ocorrida no estado paulista, ou seja, 32.205 indivíduos. Era possível identificar portugueses, espanhóis, alemães e japoneses. Destes o maior número era de japoneses, principalmente em Lins, Promissão e Araçatuba. Em Promissão, em 1940, dos 4.340 estrangeiros que lá residiam, 2.299 eram japoneses (SIMONETTI, 1999). Esses japoneses são importantes, pois conseguiram, depois de muito trabalho nas fazendas de café e muita economia, acessar pequenos lotes de terras como exemplifica o relato colhido por Borges (1997, p, 58):

Confiando nesses japoneses vendeu, vamos dizer 50, 100 alqueires que eram divididos. (...) o negócio era feito através de títulos e, depois de terminado esse compromisso de compra e de venda é que os brasileiros ou os proprietários outorgavam então a escritura definitiva. (...) Daí surgiram pequenos proprietários, só que todos eles com 10 alqueires, 15 alqueires, e quando muito com 50 alqueires e que hoje permanecem ainda explorando aquela área por mais 20 ou 30 anos, aplicando a tecnologia moderna... Os municípios de Lins, Guaiçara, Promissão, Cafelândia, esses municípios foram muito beneficiados com a formação de núcleos japoneses que eram pequenos proprietários... Aqui em Promissão, nós podemos encontrar a Vila Dinísia, que tinha um bairro formado de pequenos proprietários, mas onde hoje também não resta mais nada, através do poderio do latifúndio.

O acesso de imigrantes e migrantes a pequenos lotes de terras intensificou-se com a acentuação da crise cafeeira no início dos anos de 1930. Os fazendeiros neste período passaram a vender pequenas parcelas de suas propriedades, que eram impróprias para a produção de café e com esse recurso refaziam seus cafezais. Essas pequenas propriedades

eram agrupadas em áreas contíguas, formando os bairros chamados rurais, ou no caso dos japoneses as colônias japonesas.

No município de Promissão a configuração fundiária dos anos 1930 é revelada pelos dados de 1935 como local com predominância de grande quantidade de pequenas propriedades. Das 3.025 propriedades 2.953 não possuíam mais de 50 alqueires; destas 1.975 era de até 10 alqueires. Somente 9 propriedades possuíam 1.000 ou mais alqueires. A exceção foi a família Ribas, descendentes de portugueses, que ao longo de 40 anos adquiriram 22,000 hectares de terra em Promissão e outros municípios da região (SIMONETTI, 1999; SANTOS, 2007).

A partir dos anos 1940 começou um processo de transformação da região de forma mais intensa. Principalmente por conta das pequenas propriedades e após a desvalorização do café no mercado internacional começaram as produções de culturas alternativas como algodão e cereais. A cultura de café persistiu até a década de 1950 na região noroeste, quando a política nacional de erradicação do café intensificou a substituição das lavouras pela pecuária. Essas transformações mudaram os rumos das correntes migratórias para o norte do estado do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo – Capital e contou com expulsão de muitas famílias que já se encontravam instaladas em fazendas e pequenas propriedades.

Outro elemento que reforçou esse cenário de expulsão dos trabalhadores do campo foi a promulgação em dois de março de 1963, através da Lei Federal 4.214<sup>16</sup>, do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que tinha como objetivo regular as relações de trabalho no campo que até então se encontravam à margem das leis trabalhistas<sup>17</sup>. A partir dessa lei os trabalhadores rurais passaram a ter os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos: carteira de trabalho regulamentada, férias remuneradas, abono anual, indenização por demissão sem justa causa, estabilidade no trabalho e regulamentação do trabalho da mulher e da criança entre vários outros direitos. Essa lei provocou violenta reação dos fazendeiros que diante dos encargos estabelecidos pela legislação, de 27,1% sobre a remuneração dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais, optaram por expulsar os trabalhadores que residiam em suas terras. No estado de São Paulo entre 1960-1980 foram expulsos cerca de 2,5 milhões de colonos, meeiros, empreiteiros que tinham a informalidade e a abrangência familiar como um de seus mais sólidos pilares de sustentação. O colonato e outras relações de

---

<sup>16</sup> A lei pode ser vista na íntegra no link: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>

<sup>17</sup> É importante pontuar que a implementação dessa legislação está inserida no contexto de graves conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura brasileira sob a chancela do Estado, a chamada modernização conservadora (SILVA, 1999).

trabalho desempenhadas até então deixaram de ter uma relação viável, pois os trabalhadores permanentes se tornaram muito onerosos. Este é o ponto central dessa questão, como coloca Silva (1999), uma vez que diante disso os fazendeiros despediam os trabalhadores permanentes para em seguida contratá-los como volantes, isto é, a “lei dos pobres expulsa os pobres do campo”, já que ela representou não só a expulsão, mas a exploração da força de trabalho e a vulnerabilidade desses sujeitos. Essa lei deixou clara a relação da burguesia agrária em relação ao Estado, pois o Estatuto do Trabalhador Rural permitiu a polarização das lutas sociais que ocorriam em todo país nesse momento e garantiu os interesses políticos e econômicos da classe burguesa em detrimento das reivindicações dos trabalhadores rurais (SILVA, 1999).

As cidades e o campo nesse momento transformam-se. O campo passou a viver um imenso vazio. A usurpação das terras desses sujeitos fez com que se refugiassem nas bordas das cidades tendo somente sua força de trabalho para garantirem a sobrevivência. A alienação começou pela perda da terra, depois dos instrumentos de trabalho e, posteriormente, a perda de si mesmo com o desmantelamento da memória e da sociabilidade. Nesse momento, esses trabalhadores ficaram sem amparo das leis trabalhistas do campo ou da cidade e é assim que surgiu a figura do trabalhador volante, eventual e “boia fria”, banido da legislação. “Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador” (SILVA, 1999, p.66). “Convertido em assalariado, o camponês que antes cultivava sua pequena parcela não melhorou com a nova situação, pois não ganha o suficiente para comprar os alimentos que antes produzia. Como de costume, a expansão expandiu a fome” (GALEANO, 1983, p.77). É exatamente o que Marx (1964) diz ao tratar das formações econômicas pré-capitalistas e o processo de expulsão dos dependentes das grandes propriedades inglesas,

Quando os grandes proprietários territoriais ingleses expulsaram seus dependentes que consumiam uma parte da produção excedente de suas terras e, além disto, seus arrendatários livraram-se dos pequenos camponeses sem terra, etc., - grande massa de força de trabalho vivia duplamente livre foi lançada no *mercado de trabalho*: livre das velhas relações de dependência, servidão ou prestação de serviço e livre, também, de todos os bens e propriedades pessoais, de toda forma real e objetiva de existência, *livre de toda propriedade*. Uma tal massa ficou reduzida ou a vender sua

força de trabalho ou a mendigar, a vagabundear ou a assaltar (MARX, 1964, p.103-104).

E o próprio Marx (1983, p.123) complementa a afirmação acima ao fazer a seguinte observação,

Se o modo de produção capitalista pressupõe, de maneira geral, a expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, da mesma forma pressupõe, na agricultura, a expropriação dos trabalhadores rurais do solo e a subordinação destes a um capitalista, que exerce a agricultura para obter lucro.

E a expropriação dos trabalhadores por meio da agricultura capitalizada pode ser observada no Brasil por meio da chamada *modernização conservadora*, que faz parte do processo de mudança no modelo produtivo vinculado à industrialização iniciado pós-golpe de estado em 1964 e que ganhou força a partir da década de 1970. Esse processo de modernização da agricultura contribuiu, sobremaneira, para o fim das pequenas propriedades e as diversas relações de trabalho que havia até então no campo levando a grande maioria dos trabalhadores a se subordinarem a trabalhos assalariados. Para a implementação desse projeto, por um lado, o governo federal concedia crédito rural, subsídios, isenção de impostos e incentivos aos grandes proprietários e empresários e, por outro, o capital industrial dirigia suas ações para a maximização do controle dos processos naturais, superando as restrições ambientais, transformando o processo de produção agrícola. O objetivo era a modernização do campo com a utilização massiva de insumos modernos como adubos, agroquímicos, máquinas, implementos e outros. Esse processo está no bojo da chamada *Revolução Verde* de modelo euro-americano de modernização da agricultura, caracterizado pela adoção do chamado “novo pacote tecnológico” que vinculava o uso massivo de agroquímicos e implementos modernos a uma agricultura especulativa e com altos índices de rentabilidade.

Esse modelo de adoção de agroquímicos em larga escala, como resposta tecnológica ao esgotamento do solo e as constantes infestações de pragas geradas pelas monoculturas, provocou grandes impactos nos processos ecológicos. A capitalização da agricultura, sob estímulo Estatal, levou, e ainda leva, a degradação em grande escala do ambiente rural e os danos em algumas áreas podem ser irreversíveis, no caso da contaminação de aquíferos, ou reversíveis, mas com grandes danos a saúde da população e da sobrevivência da fauna e da

flora, no caso de eutrofização de rios e lagos e à acidificação dos solos<sup>18</sup> (SILVA; MARTINS, 2010; LAMBERT, 1990). Nestes termos é possível afirmar que o resultado dessas políticas de modernização da agricultura somadas às diretrizes do Estatuto do Trabalhador Rural, proporcionaram o cenário para o aumento da concentração fundiária, a expropriação de pequenos produtores e o aumento do trabalho temporário (boias frias), além de tornar a agricultura dependente de insumos industriais e aos interesses dos mercados de capitais nacionais e internacionais (SILVA, 1999; MARTINS, 2004; SAYAD, 1982). Galeano (1983), em meados da década de 1970, define esses elementos elencados posteriormente do seguinte modo,

A perpetuação do vigente regime de propriedade de terra (no Brasil) não só aguça o crônico problema da baixa produtividade rural, pelo desperdício de terra e capital nas grandes fazendas improdutivas e pelo desperdício de mão de obra na proliferação dos minifúndios, mas, além disso, implica uma drenagem caudalosa e crescente de trabalhadores desempregados em direção às cidades. O subemprego rural torna-se subemprego urbano (GALEANO, 1983, p.267).

A dinâmica produtiva no município de Promissão também reflete esse movimento de grandes transformações. Em 1940 a área com lavouras diversas representavam 41,39% enquanto as pastagens 28,12%. Já nos anos 1950 esse cenário é alterado de forma significativa tendo as áreas com lavouras decrescidas para 25,51% (SIMONETTI, 1999; NORDER, 2004). Isso mostra que a região passou neste período por uma mudança em seu foco de produção, da agricultura para a pecuária. Os motivos que caracterizam essa mudança são o declínio da cultura cafeeira, crise da mão de obra (principalmente depois do ETR), facilidade de acesso a crédito no Banco do Brasil pelos fazendeiros, fretes mais baratos, alto preço do gado e a construção de um grande frigorífico em Barretos/SP<sup>19</sup>. É nesse cenário que

---

<sup>18</sup> Os números sobre os defensivos deixam claro o uso de forma indiscriminada, pois se em 1992 se utilizava 69,44 Kg/ha, em 2007 esse número chegou à marca de 160 Kg/ha. Porém, se o número mais que dobrou no uso de agrotóxicos, a área plantada aumentou pouco mais de 20%. Nesse período as terras que sofrem processos erosivos além do limite aceitável no estado de São Paulo chegaram à marca de 80%. Essa situação se dá principalmente pela remoção da vegetação natural, movimentação de maquinário pesado e fertilização excessiva (SILVA, MARTINS, 2010).

<sup>19</sup> Essa tendência seguiu até meados da década de 1980 quando acontece uma significativa recuperação das áreas com lavouras, principalmente com a instalação de várias usinas de açúcar e álcool na região e a consequente produção de cana de açúcar. Esse tipo de cultura passa de 11,19% em 1970, para 25,51 nos anos de 1980. Nos anos de 1990 a agricultura se intensifica com a consolidação do assentamento.

surge a Fazenda Reunidas. *Onde haviam sujeitos, produção, festas e cultura passou a ter pasto, gado e silêncio.*

## **2.2 “Recuperar os bens que sempre foram usurpados, equivale a recuperar o destino”: a luta pela reforma agrária na fazenda Reunidas**

O histórico da formação da Fazenda Reunidas é também revelador dos processos de exploração, violência e subjugação de pequenos proprietários, colonos e arrendatários. O início da história da fazenda se dá com José Corrêa Ribas, imigrante de Portugal, que havia chegado à região em 1912 para trabalhar na colheita de café.

A sua trajetória inicial nessas terras confunde-se com a de muitos migrantes. Trabalhava puxando e comprando terras dos fazendeiros da região e vendia para a Estrada de Ferro Noroeste. Sua esposa, que veio junto com ele de Portugal, lavava roupa para fora e fazia sabão. Passado algum tempo, a família abriu um pequeno açougue no município de Promissão. Com a crise do café, iniciada nos anos de 1930, José Corrêa Ribas começou a comprar parte das propriedades de fazendeiros falidos. O pagamento dessas terras era parcelado em até cinco anos. Nas terras adquiridas, o plantio de café foi trocado pela pecuária de corte. No auge da fazenda José Ribas chegou a engordar cerca de cem mil bois que eram destinados para frigoríficos de São Paulo, Carapicuíba e Santos (SIMONETTI, 1999; NORDER, 2004).

Mas a estratégia para conseguir reunir 17.138,26 hectares, não foi somente o trabalho e a compra de lotes de fazendeiros falidos. A família Ribas usou de recursos de intimidação, assédios e ameaças. O relato de um colono da época deixa claro o procedimento de José Ribas:

... morei na Fazenda Palmeiras, que é vizinha dessa Fazenda Reunidas. Morei 6 anos lá. Ela era do finado Joaquim Carvalho. Os Ribas que compraram. Morei dois anos com a família (que comprou). Eu, com 14 anos de idade, era peão deles; trabalhava com eles no campo, mexendo com boi, né? E aí a gente conheceu eles bem (a família Ribas); sabe que o negócio deles é esse, é só puxar pra eles. A compra dos sítios aqui, até eu, se tivesse sítio, eu tinha que vender pra eles. Porque eles compravam um sítio de um lado, havia aquele no meio que não tava querendo vender, e ele só comprava em volta, comprando em volta. Depois que eles

compravam, cercavam o coitado aí no meio e soltavam o boi todo na roça daquele cara. O cara tinha que vender ou largar tudo para eles. (...) Não adiantava ir ao fórum, em lugar nenhum. Ia lá fazer queixa, tinha vez que meu pai nem entrava dentro do fórum, porque os homens não davam importância mesmo! E assim ele foi fazendo, foi comprando várias fazendas desse jeito aí, tudo na marra, espancando e soltando boi em todo canto... e agora, até nas igrejas que tinha nas fazendas eles soltavam boi, dentro das igrejas! Assim eles fizeram. O negócio deles é só acabar com tudo e se deixar eles fazem até hoje (BORGES, 1997 p.82).

Os procedimentos da família Ribas, porém não era somente soltar o gado nas terras do seu interesse, mas também colocavam fogo em plantações de café e nas matas dessas propriedades. O relato acima, no entanto, mostra que os procedimentos para conseguirem reunir tantas terras passaram por métodos truculentos e criminosos. Esses crimes, todavia, não eram denunciados e muito menos investigados, pois os que supostamente deveriam garantir o cumprimento da lei no município estavam mancomunados e aparelhados com a família. Além disso, muitos temiam retaliação e em muitos casos iam embora de suas propriedades e deixavam para trás todos os seus pertences, de porcos a tratores, quando da menor ameaça de qualquer membro da família Ribas. Esses fatos de intimidação eram mais frequentes com os proprietários japoneses, principalmente no período entre 1941 e 1945, durante a segunda guerra mundial quando os japoneses passaram a serem perseguidos e discriminados (NORDER, 2004).

Esse processo, de formação da Fazenda Reunidas, data no início dos anos de 1930 e vai até meados da década de 1960, ou seja, mais ou menos 35 anos. Esse espaço de tempo coincide com o desaparecimento de aproximadamente 500 pequenas propriedades no município de Promissão. A maior parte das escrituras de compra da fazenda Reunidas refere-se a essas pequenas propriedades. É importante dizer que a grande parte dessas escrituras são facilmente identificadas com nomes de japoneses e descendentes (SANTOS, 2007; SIMONETTI, 1999).

Mas a família Ribas não se limitava somente a expropriação de terras de pequenos proprietários, eles também estabeleciam relações sociais de trabalho extremamente exploratória. Quando o pasto para o gado acabava, havia o arrendamento dessas terras para trabalhadores sem terra ou com pouca terra para que plantassem uma safra de algodão, amendoim ou milho. O trabalhador além de pagar a parte do arrendamento da terra à família Ribas tinha que entregar a terra semeada com capim. Desse modo o pasto era reformado sem

que com isso fosse necessário ser gasto parte do capital da família. Essa relação estava inserida dentro da lógica de expansão das relações capitalistas de produção, que é resultado da expropriação do trabalhador e seus meios de produção.

Esse não era um ato exclusivo da família Ribas, mas sim uma constante que se repetia em muitas outras fazendas da região e em grande parte do território estadual e nacional. Os fazendeiros entregavam parte de suas propriedades com mata para camponeses sem ou com pouca terra, para que derrubassem e plantassem arroz, feijão, mandioca, milho, e outras culturas, mas depois, esses camponeses eram obrigados a devolverem essas áreas com capim plantado. Esse fato tem relação direta com o aumento da acumulação de capital por esses grandes proprietários segundo Simonetti (1999, p.41),

Com o processo de expropriação do trabalhador, principalmente das famílias que trabalhavam nas fazendas, eles (os trabalhadores com pouca e sem terra) tinham que vender sua força de trabalho ao capitalista (os fazendeiros), que detinha agora os instrumentos ou meios de produção dos camponeses. O trabalhador foi *(des)territorializado, desterrado*.

Existe também uma lenda sobre a formação do “império” da família Ribas. A lenda popular local relata um provável “milagre da multiplicação do gado”. Segundo várias narrativas os Ribas compravam certo número de cabeças de gado e, durante o trajeto do local de compra até a fazenda Reunidas, “misteriosamente” o número que chegava era bem maior (NORDER, 2004). Entretanto, essa “lenda” é facilmente explicada, pois a família Ribas comprava gado pantaneiro no estado do Mato Grosso e como o transporte na época não era feito por caminhões, mas sim “tocando” a boiada entre fazendas e estradões até Promissão, o que se fazia era a “incorporação” de gados de outras fazendas e sítios a sua boiada. Dessa forma quando chegavam ao seu destino o número do gado era muito maior do comprado inicialmente.

Mas todo esse processo de expropriação da terra, dos meios de produção e da cultura e modo de vida não aconteceram sem que houvesse revolta, levantes e resistência dos sujeitos. Por isso esses fatos, na região de Promissão e em todo o Brasil, são marcados por pressões por reformas sociais e políticas vindas de setores da esquerda e movimentos sociais urbanos e rurais. As frentes desses movimentos eram formadas por sujeitos da área progressista da Igreja católica, dos sindicatos e federações de trabalhadores e partidos políticos.

A luta desses sujeitos não era somente por ter direito a terras e a bens materiais, mas sim por ter direito a um modo de vida e sociabilidade que lhes foram retirados e que ainda persistia em sua memória. Luta pela memória de pertencimento a um modo de sociabilidade e de valores que é transformada em sonho, em projeto de vida, em futuro (HALBWACHS, 2006). E “o futuro precisa ser construído, e, para isso, deve-se empenhar tudo, inclusive a própria vida. Nenhuma construção do futuro se faz sem os tesouros herdados do passado” (SILVA, 2004, p.123). Por fim, lutavam, acima de tudo, porque as estruturas de sentimentos que marcam a experiências desses sujeitos foram agredidas (THOMPSON, 1978). Nesse sentido Galeano (1983) afirma que esses povos que foram expropriados e violentados em toda Latino América recuperam na luta o sentido da dignidade e de seu próprio destino: “Abrem-se tempos de rebelião e mudança. Recuperar os bens que sempre foram usurpados, equivale a recuperar o destino” (GALEANO, 1983, p.281; p.19).

Assim, diante de um cotidiano que se demonstrava insuportável nas cidades e nos trabalhos em fábricas e de boias frias, esses sujeitos viram na luta pela terra a transformação do impossível em possível, à volta ao modo de vida que sempre guardaram em sua memória. Como diz Heller (1989), só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida, pois é nas rupturas do cotidiano e na inviabilidade da reprodução que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento e da transgressão. É como se ouvissem o chamado de Túpac Amaru, nas terras Incas do Peru: “Camponês! O patrão já não comerá mais tua pobreza!”<sup>20</sup>, e se colocassem em marcha para uma nova configuração da realidade (GALENO, 1983).

A luta política e social pelas terras da Fazenda Reunidas teve início em meados de 1983 com algumas poucas dezenas de trabalhadores rurais organizados com apoio de setores progressistas da igreja católica por meio da CPT<sup>21</sup> e organizações locais como sindicatos

---

<sup>20</sup> Essa frase foi retirada de Galeano (1983, p. 57). Túpac Amaru foi um cacique mestiço Inca que encabeçou o maior movimento messiânico revolucionário anticolonial da América no século XVIII, chamada Grande Rebelião, em 1780. Embora a revolta não tenha tido sucesso, Túpac Amaru acabou por se tornar uma figura mítica, inspirando inúmeros movimentos pela independência do Peru, bem como a luta pelos direitos dos povos indígenas (GALEANO, 1983).

<sup>21</sup> Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral, de modo que os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista (Fonte: [www.cptnacional.org.br/](http://www.cptnacional.org.br/)).

rurais. Nesse momento o estado de São Paulo assistia a uma grande mobilização política dos trabalhadores rurais em busca de alternativas para a proletarização e as precárias condições de vida nas periferias das cidades. Isso provocava o deslocamento de vários trabalhadores em direção aos territórios em disputa, como no caso da Fazenda Reunidas (NORDER, 2004).

Os primeiros passos da caminhada de luta para a destinação das terras da Fazenda Reunidas para a reforma agrária deu-se com a chegada a Promissão, SP, de 32 famílias vindas da ocupação da Companhia Energética de São Paulo,<sup>22</sup> (CESP), no município de Castilhos, no Pontal do Paranapanema em 1983. A ocupação foi resultado da construção, pela CESP, em 1980 da Usina Porto Primavera, atualmente Usina Sérgio Motta, no rio Paraná à altura do município de Rosana, SP. Desde o início a construção foi alvo de muitas críticas por causa do grande impacto socioambiental e econômico para as populações ribeirinhas e das denúncias de desvio de verbas. Tudo isso para receber, depois de pronta em 2003, o título de terceira hidrelétrica mais *ineficiente* do mundo, pois produz em média 900 megawatts com uma área inundada de 225 mil hectares, isto é, 25 mil hectares a mais que o lago da Usina de Itaipu, mas gerando sete vezes menos energia (KUDLAVICZ, 2005; CESP, 2013; ITAIPU, 2013).

As inundações da Usina Sérgio Motta começaram em janeiro de 1983 atingindo várias ilhas da região, olarias, terras indígenas e ribeirinhos. A CESP não preparou e não deu o devido aviso aos moradores locais e a enchente os surpreendeu ocasionando perda de pertences, animais e plantações. A água do rio que era vista por esses sujeitos como fonte de trabalho, vida e sociabilidade, mas diante dos interesses de produção e desenvolvimento capitalista, tornou-se instrumento destruidor das conquistas de várias gerações. A partir de então as famílias passaram a necessitar de auxílio de amigos e parentes, pois a CESP não proporcionou a mínima assistência às famílias atingidas pela inundação e não lhes garantiu um novo local de moradia (KUDLAVICZ, 2005; OLIVEIRA, 2001).

Depois de oito meses nesse impasse, no dia 20 de outubro de 1983, 36 famílias ribeirinhas ocuparam o pátio de obras da usina Jupia, que fica entre os municípios de Três Lagoas, MS e Castilho, SP, em busca de garantirem o reassentamento. A proposta para a desocupação foi a concessão de uma pequena área para as famílias em Promissão, SP. Das famílias ocupadas 32 aceitaram a proposta, mas ao chegarem perceberam que as terras

---

<sup>22</sup> A Companhia Energética de São Paulo foi criada, em dezembro de 1966, a partir da fusão de 11 empresas energéticas que atuavam isoladamente no estado de São Paulo, afim de centralizar e planejar os usos dos recursos. O primeiro nome recebido foi de Centrais Elétricas de São Paulo e em 1977 mudou o nome para o que consta atualmente em busca de novas formas de geração de energia que não a hidrelétrica (Fonte: [www.cesp.com.br/](http://www.cesp.com.br/)).

concedidas não eram suficientes para o número de indivíduos e por este motivo mobilizaram-se novamente para a conquista de mais terras. Como a família Ribas era proprietária de uma grande área improdutiva no município o embate estabeleceu-se no sentido de transformar essas terras em produto de reforma agrária. Consolidava-se assim a organização de um acampamento em Promissão e confirmava-se o fato de que esses sujeitos são constantemente deslocados de suas terras, moradias e modos de vida por interesses das classes dirigentes e em favor do capital. A trajetória desse grupo está em consonância com a história da formação dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, com a constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>23</sup> nos finais da década de 1970 no sul do país (NORDER, 2004; KUDLAVICZ, 2005; OLIVEIRA, 2001).

Durante as reformulações do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) as articulações e as discussões foram amadurecidas e surgiu a demanda concreta por parte dos acampados para a desapropriação da fazenda Reunidas para fins de reforma agrária. Em 1986, articulados pelo Grupo Linense de Educação Popular (GLEP), Faculdade de Serviço Social de Lins, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Promissão, partidos políticos e setores da igreja católica progressista, formaram o Comitê Regional de Apoio a Reforma Agrária (CRARA) e preparavam a ocupação da Fazenda Reunidas (SANTOS, 2007; NORDER, 2004).

Nesse interim foram desapropriados, por interesse social, 17.138,26 hectares da Fazenda Reunidas, em 30 de junho de 1986, com base no I Plano Nacional de Reforma Agrária (Decreto-Lei nº 92.876). O INCRA anunciou a formação de uma comissão que elegeria 990 famílias para serem beneficiadas com um lote de terra. Essa comissão, formada por representantes das prefeituras, igreja, partidos e sindicatos decidiu que os beneficiários seriam famílias dos municípios da região de Promissão, a saber, José Bonifácio, Penápolis, Birigui e Lins (POKER, 1999; SANTOS, 2007).

Todavia, a família Ribas não aceitou a determinação do governo sem contestação. Eles procuraram invalidar a desapropriação através de interpelações na Justiça, alegando que a vistoria que atestou a improdutividade da fazenda era equivocada. A estratégia usada pela família foi arrendar sete mil hectares para 29 produtores e aumentar para seis mil cabeças o

---

<sup>23</sup> Diante a grave crise energética mundial que ocorreu na década de 1970 alavancada pela crise do petróleo, os países buscaram alternativas de fontes de energia renováveis. No Brasil, a Eletrobrás foi responsável por desenvolver um profundo estudo sobre os potencial hidrelétrico dos rios e bacias hidrográficas. Imediatamente iniciaram-se a construção de usinas hidrelétricas, mas não se pensou na indenização adequada para as famílias que viviam na beira dos rios. O resultado foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades e muito organizaram-se para reivindicar a devida indenização e reassentamento. É nesse cenário que surge o MAB (Fonte: site do Movimento dos atingidos por barragens: [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

rebanho. Depois disso o objetivo era requerer nova vistoria do INCRA para que o laudo de improdutividade fosse revogado. Isso provocou demora no processo, pois enquanto a contestação jurídica estivesse arrolando o INCRA não podia fazer a emissão de posse. Mas, como visto anteriormente, a família Ribas não usou somente do direito e da justiça para concretizar os seus objetivos, por isso, durante esse tempo de contestação jurídica contrataram vários jagunços para intimidar as famílias acampadas e evitar que avançassem na ocupação da fazenda, o que dificultaria a reversão judicial da desapropriação (NORDER, 2004).

Impacientes com a morosidade do processo e após dezenas de negociações, em 22 de agosto de 1987, quatorze meses após a desapropriação, 45 famílias que permaneciam no acampamento ocuparam a área da fazenda Reunidas em frente ao acampamento. A família Ribas entrou com um pedido de reintegração de posse, mas, finalmente, em 30 de outubro de 1987 a imissão de posse é decretada em favor do INCRA.

Em meio a esses acontecimentos chegou a Promissão outro grupo de famílias ligadas ao MST, vindos da região de Campinas/SP, para se juntarem na pressão para a concretização da desapropriação e instalação do assentamento. O número de indivíduos era grande, cerca de 350 famílias, que desembarcaram as margens da rodovia BR-153, defronte a Fazenda Reunidas. Essas famílias eram provenientes dos municípios de Campinas, Sumaré, Indaiatuba, Monte-Mor, Paulínia, Americana, Limeira, Rio Claro, Santa Gertrudes, Bauru e Rinópolis e estavam sendo articuladas pelo MST desde 1985. Como a chegada do Grupo de Campinas não era esperado pelos outros acampados o fato despertou certa desconfiança e rivalidade. Mas, a despeito das disputas políticas e ideológicas dentro do próprio movimento de luta pela terra, houve a mobilização para o objetivo maior que era a concretização do assentamento. Sendo assim, o grupo de Campinas, que é como ficou conhecido o grupo de 350 famílias, se juntou ao grupo das primeiras 45 famílias, que nessa altura já eram 44 e é o nome pela qual é chamada até hoje dentro das divisões que foram feitas no Assentamento (SANTOS, 2007).

A primeira autorização do uso das terras da fazenda foi concedida aos acampados do Grupo dos 44 em 24 de novembro de 1987. Para essas famílias foram destinados 140 hectares para serem divididos. Alguns meses depois a Comissão de seleção começou a autorizar a entrada de outras famílias. No entanto, essas famílias iriam para áreas provisórias, pois os Ribas ainda ofereciam resistência física e jurídica a ocupação da fazenda (NORDER, 2004; SANTOS, 2007).

Enquanto esperávamos o assentamento das famílias prometido pelo governador, as famílias cadastradas pelo INCRA da região de Promissão encontravam resistência pelo fazendeiro que colocou gado na fazenda querendo impedir que as famílias fossem assentadas, tendo vários capangas a seu serviço, armados, para impedir a entrada dessas famílias no lote (Depoimento em NORDER, 2004, p.93).

Essa situação de impasse motivou os três grupos envolvidos, grupo dos 44, grupo de Campinas e famílias selecionadas, a articularem uma ação em conjunto. A ação que ocorreu em 29 de março de 1988 ficou conhecida como *quebra porteira*. A ação consistiu em quebrar as porteiras da fazenda que eram vigiadas por jagunços e uma caminhada até Promissão exigindo a retirada do gado. Com isso, novamente a lista com os cadastrados começou a ser chamada.

O grupo de Campinas, por não atender aos critérios colocados, dentre os quais o de ser da região, teve que empreender uma nova luta. As ações das famílias do Grupo de Campinas em busca de serem contempladas no Assentamento Reunidas começaram com a ocupação da sede do INCRA em São Paulo no dia 16 de novembro de 1987. As negociações não tiveram o andamento esperado pelos ocupantes, o que culminou em uma caminhada de 156 km, de Limeira até São Paulo - Capital, em abril de 1988. Na ocasião conseguiram do governo uma área de 300 hectares, onde esperariam o assentamento definitivo, que deveria acontecer no final daquele ano. No entanto, o assentamento definitivo aconteceu no início de 1990 depois de uma tentativa frustrada do INCRA de transferi-los para a fazenda Bela Vista do Chibarro, na região de Araraquara/SP. Das 350 famílias que acamparam em 1987, 130 resistiram aos intensos enfrentamentos e os longos períodos de espera e conseguiram terra, destas 74 formaram uma agrovila, chamada Campinas, no Assentamento Reunidas em Promissão e outras 24 famílias deslocaram-se para outros lotes, em outras agrovilas, dentro do assentamento e 32 aceitaram transferência para lotes na região de Araraquara (POKER, 1999; NORDER, 2004; SANTOS, 2007).

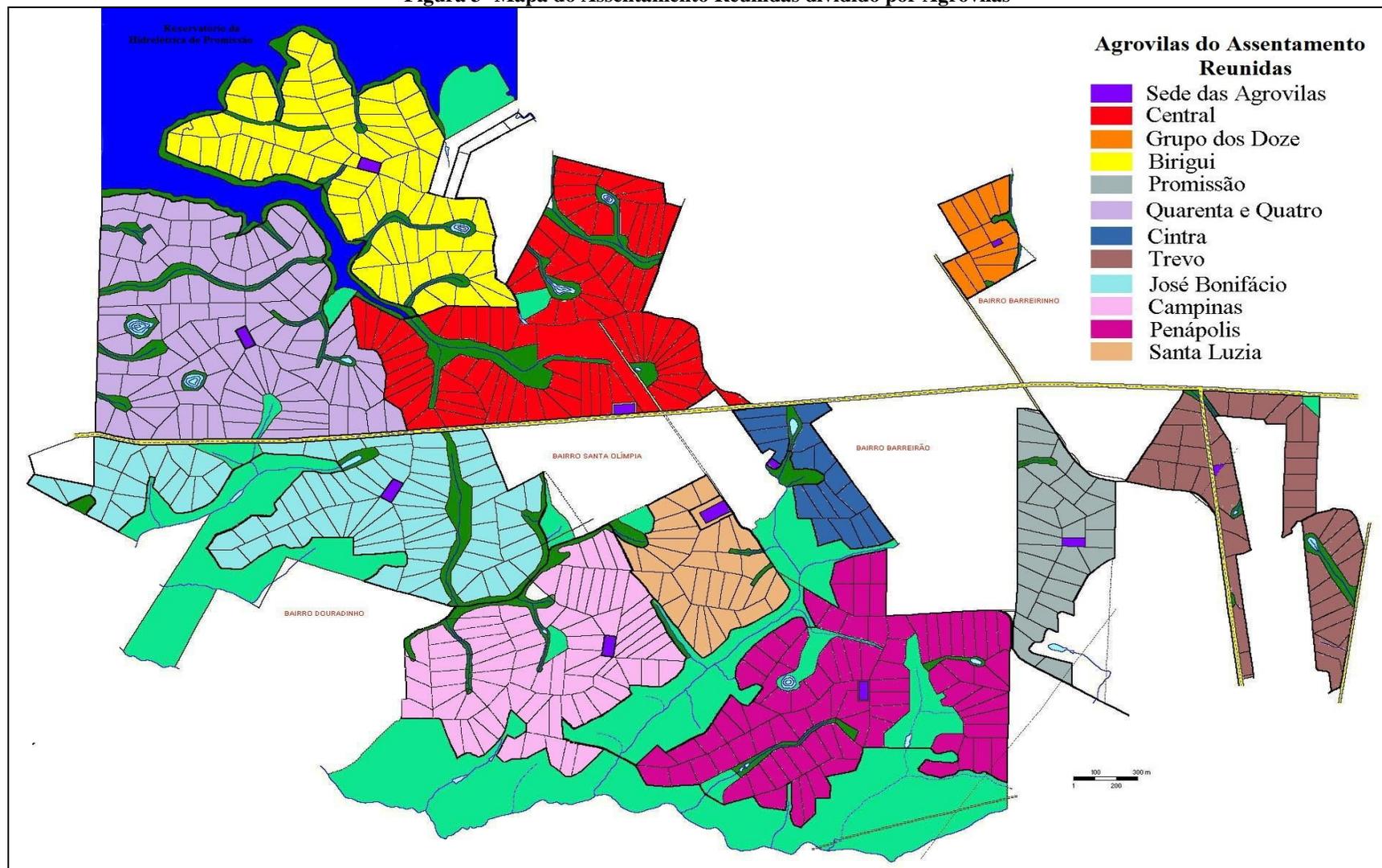
### **2.3 O florescimento da localidade: a trajetória do Assentamento Reunidas**

Como visto, a formação do Assentamento contou com trajetórias variadas dos sujeitos envolvidos. Primeiramente, com a chegada dos ribeirinhos vindos deslocados pela construção

da barragem para a Usina Sérgio Motta. Posteriormente, com a articulação dos trabalhadores da região de Promissão, orientados pela CPT e sindicatos. Em seguida, com a chegada do grupo de Campinas que era organizado pelo MST e Comunidades Eclesiais de Base. E, finalmente, com as famílias selecionadas pela comissão de seleção vindas das cidades da região. Isso garante ao Assentamento Reunidas grande heterogeneidade de experiências políticas, sociais e culturais dos sujeitos em relação à luta pela terra e projetos de vida (SANTOS, 2007).

Desse processo, o assentamento Reunidas chegou a sua configuração definitiva como pode-se observar na “Figura 3”. Em suas divisas, localizam-se ao Norte a Usina Hidrelétrica de Promissão e parte do reservatório; ao Sul a ferrovia FEPASA e parte da área urbana do município de Promissão; ao Leste o Rio Dourado e propriedades particulares; a Oeste o Rio dos Patos. Por dentro do imóvel, na direção norte-sul, passa a Rodovia Transbrasiliana, BR 153, que dá acesso às cidades de Lins, Marília, Araçatuba, São José do Rio Preto e Bauru. Dos 17.138,26 hectares da fazenda, 5,072,02 foram convertidos em área de reserva ambiental, 12.066,24 hectares foram divididos em 629 lotes para as famílias, o que representa algo em torno de 19,3 hectares (com variações pequenas para mais e para menos) para cada família. O INCRA dividiu as famílias em 10 agrovilas, tentando levar em consideração os municípios de origem. Nessas agrovilas eram reservados também espaços de uso comum, onde foram construídas igrejas, campos de futebol, sedes de cooperativas, cozinhas comunitárias e etc. Na agrovila Campinas os lotes são de 17 a 18,1 hectares, pois as famílias destinadas para essa agrovila decidiram em conjunto conceder lotes a alguns jovens solteiros que eram mais velhos (NORDER, 2004; POKER, 1999; SANTOS, 2007).

Figura 3- Mapa do Assentamento Reunidas dividido por Agrovilas



Simonetti (1999)

Todavia, ter acesso a terra não significou o fim das lutas e das precariedades vividas no período de acampamento por aqueles que participaram do processo de luta e das periferias das cidades de onde muitos vieram. O Assentamento foi criado sem a mínima infraestrutura no que diz respeito a estradas, moradia, acesso à água e energia, escolas, transporte e etc. Novamente, agora na condição de assentados, esses sujeitos investiram em articulações e mobilizações em busca de estruturas básicas que possibilitariam a vida no Assentamento. Entretanto, muitas dessas infraestruturas foram realizadas graças ao protagonismo dos próprios assentados que construíram casas, barracões que eram escola e local de reuniões, abriram estradas, elaboraram criativamente métodos de captar água e fizeram o desmatamento de suas terras (POKER, 2011; SIMONETTI, 1999).

Se, por um lado, os assentados buscavam de forma precária e criativa manter a sua vivência na localidade conquistada, sem a menor ajuda de políticas públicas, por outro, a família Ribas buscava, judicialmente, aumentar o valor pela desapropriação da fazenda. O valor arbitrado pelo INCRA era de 25,8 milhões de reais, o equivalente a 40 mil reais por família assentada. Isso foi cinco vezes os investimentos e financiamentos que cada família receberia nos dez primeiros anos do Assentamento. O valor requerido pelos Ribas era de 385,5 milhões de reais, ou seja, um valor artificial e exorbitante (NORDER, 2004).

Para Santos (2007) a trajetória do Assentamento pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, de 1989 a 1993, com o processo de implementação e execução das políticas de apoio à formação do assentamento a partir de recursos de fomento, custeio e abertura de estradas. A segunda, de 1994 a 1999, onde as políticas públicas para assentamentos estavam voltadas com o objetivo de cumprir metas sociais. Por fim, a terceira fase, de 2000 a 2006, onde o foco é a reforma agrária de mercado, dentro do projeto do II Plano Nacional de Reforma Agrária, com a extinção de linhas de créditos especiais e específicas para assentamentos e a transição para uma política voltada à função social e econômica.

A primeira fase, que são os primeiros anos do assentamento, estão dentro do processo de implementação da política, mas essa política só foi possível graças às pressões exercidas pelos assentados com frequentes mobilizações em busca de financiamento agrícola e infraestrutura - saúde, educação e transporte (SANTOS, 2007). Apesar dessas dificuldades desde o início o assentamento provocou mudanças significativas no município de Promissão e seu entorno. A primeira delas foi a distribuição demográfica. O “Quadro 2” a seguir traça um panorama desse impacto.

**Quadro 2: População Urbana por ano. Promissão/SP, 1970 – 2010**

<b>Ano</b>	<b>População Urbana</b>	<b>População Rural</b>
1970	15.609	4.935
1980	15.877	4.345
1991	22.093	5.888
2000	25.635	5.470
2010	30.070	5.604

**Tabela do autor/Fonte: IBGE**

O quadro mostra uma mudança na dinâmica demográfica, tanto urbana como rural, a partir da consolidação do assentamento entre o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1991. Primeiramente é interessante destacar o aumento de 41% da população urbana entre os anos de 1980 e 1991, seguindo a tendência nacional que foi de 67,6% para 73,9% no mesmo período. E, um segundo ponto, é a reversão na dinâmica demográfica rural, que estava em queda em toda a sociedade brasileira, passando de 32,4% para 26,1% entre 1980 e 1991, mas que no município apresentou aumento em mais de 35%, passando de 4.345 para 5.888 indivíduos. Entretanto, a tendência entre os anos de 1991, 2000 e 2010 é de um pequeno encolhimento e leve aumento da população rural quando comparada por ela mesma em números, mas existe uma significativa diminuição quando comparada a porção da população rural em comparação a população total do município, visto que se a população rural representava em 1991, 21% em 2010 representa pouco mais de 15%.

No que tange a estrutura fundiária do município é possível também identificar significativas mudanças a partir da divisão dos 17.138,26 hectares da fazenda Reunidas em 629 lotes de cerca de 18 hectares cada distribuídas para 629 famílias. O impacto é notável, pois essas terras representam cerca de 20% das terras do município (Portal da Fundação SEADE, 2013). E o resultado dessa nova configuração pode ser notado na maior dinâmica da produção agropecuária. Até a criação do Assentamento o município estava voltado à agropecuária de corte e a cultura de cana-de-açúcar para a Usina de Álcool e Açúcar que havia se instalado no município no final dos anos 1970 devido ao PROALCOOL. Esse tipo

de produção era caracterizado pelo uso de mão de obra temporária, de boias frias e uso de maquinários. A partir dos anos de 1990, já nos primeiros passos do Assentamento, iniciou-se no município uma diversificação na produção agropecuária com hortaliças, frutas, legumes, leite etc... Isto se deu graças ao acesso a terras que essas famílias que eram assalariadas e que moravam precariamente nas periferias das cidades puderam proporcionar.

Passadas as dificuldades e garantidas às estruturas básicas no Assentamento a ideia de coletividade foi abandonada, progressivamente, e a maioria dos assentados passou a organizar a sua produção de forma individual, mas não abandonando a tradição de ajuda mútua e solidariedade vicinal característica do universo camponês (WOORTMANN, 2010). Entretanto, houve algumas tentativas de produção cooperada, aqui destaco a experiência idealizada e articulada pelo MST, na agrovila Campinas. É importante pontuar que a ação do MST estava mais concentrada nesta agrovila, principalmente, por conta do seu histórico de organização e formação dos sujeitos que formavam essa comunidade. A Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josímo Tavares (COPAJOTA) começou seus trabalhos no final de fevereiro de 1992 e contava com 36 associados. Essa era uma experiência de coletividade total que ia desde a divisão do trabalho até refeições comunitárias. Essa, bem como todas as outras tentativas de produção cooperada, não tiveram êxito e hoje todas encontram-se desativadas. Segundo Santos (2007, p.51) “o grande desafio para as experiências cooperativista é a falta de cultura cooperativista, o excesso de força de trabalho, escassez de capital e capacitação técnica para gerenciamento da produção e financeira”<sup>24</sup>.

Essas tentativas de cooperativismo e as investidas em produções individuais, principalmente por meio das políticas do PROCERA e PRONAF, específicos para assentados e agricultores familiares, financiamentos no banco do Brasil e Banespa e o convênio firmado com o INCRA com o ITESP e o DAF, marcaram a fase de 1994 a 1999 no assentamento. Os dados da primeira safra registrada oficialmente no assentamento, 1992/1993 mostram já uma variedade de produção com destaque para o milho, algodão, arroz, feijão, pecuária leiteira.

E a terceira fase apontada por Santos (2007) de 2000 a 2006 é a que prevalece até a atualidade, buscando trazer os produtos da produção dos assentamentos para o mercado.

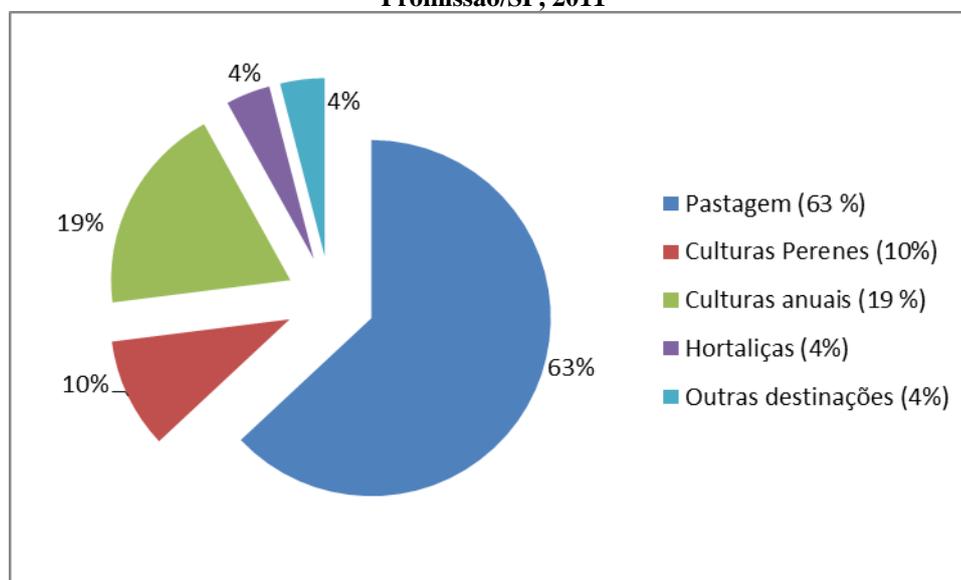
---

<sup>24</sup> Para saber mais sobre a experiência da Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josimo Tavares (COPAJOTA) consulte: (SIMONETTI, 1999).

Os dados da Caderneta de Campo da Fundação Itesp, referente à safra 2010/2011, mostram que essa dinâmica na produção no assentamento confirma-se até a atualidade com grande diversidade produtiva<sup>25</sup>. A produção abarcou as seguintes áreas: vegetal, leiteira, animal, florestal e derivados. O valor de comercialização desses produtos, nesse período, ultrapassou a barreira dos 24 milhões de reais, representando a média de 4,38 salários por família<sup>26</sup>.

A utilização das terras do Assentamento, de acordo com o “Gráfico 1”, estão compreendidas da seguinte forma:

**Gráfico 3. Distribuição da utilização das terras no Assentamento Reunidas, Promissão/SP, 2011**



Fonte: Caderno de Campo ITESP 2011

É importante pontuar que 1.474,88 ha são utilizados por terceiros, principalmente com pastagens. A configuração desses espaços está destinada a três eixos de produção, animal, florestal e vegetal.

Na produção animal o Assentamento conta com bovicultura, caprino/ovicultura, avicultura e suinocultura. E também com produção de leite que na referente safra bateu a

<sup>25</sup> Os dados que serão colocados a seguir não representa somente o Assentamento Reunidas, pois o mesmo não é o único no município de Promissão. Os dados do Itesp estão organizados por cidades, por isso os números apresentados levam em conta os Assentamentos Antônio Conselheiro II, Nossa Senhora Aparecida, Palmares, Promissãozinha, Reunidas, Santa Rita, São Francisco II e São José 1. Dois motivos permitem afirmar que esses dados revelam a realidade do Assentamento Reunidas: primeiro por fazerem parte de uma mesma logica econômica, social e geografia e segundo por ser o Assentamento Reunidas o maior entre eles.

<sup>26</sup> Salário correspondente ao ano de 2011 de R\$ 600,00.

marca de 8 mil litros. A produção florestal é, basicamente, eucaliptos e seringueira. A produção vegetal é a que mais representa diversidade, e a que mais contribuiu no valor de comercialização superando 10 milhões de reais. Os principais produtos por área plantada são: na fruticultura o limão, a laranja e a manga; na horticultura o quiabo, a abobrinha, o milho, a soja e o milho para silagem. A destinação dos produtos da produção vegetal estão divididos entre os intermediários, 44%, e o Programa de Aquisição de Alimentos (CONAB), 34%.

Com esses dados é possível perceber que o Assentamento realmente proporcionou uma reconfiguração na localidade. A mudança, no entanto, vai além da estrutura fundiária e abrange elementos econômicos, sociais e culturais. Homens e mulheres que se encontravam marginalizados e explorados tiveram a oportunidade de serem protagonistas e agora essa responsabilidade é passada para a segunda geração. *A terra que foi banhada com o sangue dos índios Caingang, que foi palco da violência contra pequenos proprietários, que foi marcada por medo e destruição, agora é novamente revigorada em uma localidade onde histórias, trajetórias, vividos, sonhos e esperanças reflorescem.* É sobre isso que trata o próximo capítulo, dos sujeitos da segunda geração que acreditaram na possibilidade de dar continuidade nesse projeto de resistência e formularam estratégias diversas de permanência.

## **CAPÍTULO III: EM BUSCA DA PERMANÊNCIA: TRAJETÓRIAS, SENTIMENTOS E TRABALHO**

Neste capítulo busco realizar a articulação do trabalho de campo com as perspectivas teóricas. Para tanto a subdivisão é a seguinte: **Justificativa da escolha dos sujeitos e dos lotes**, onde trago a justificativa da escolha dos casos estudados e suas particularidades. Em seguida as falas dos sujeitos, recolhidas no trabalho de campo, são articuladas na perspectiva de dois temas principais **Motivações para permanência e identificação com a localidade**; e **Estratégias e arranjos de permanência: trabalho e geração de renda**.

### **3.1 Justificativa da escolha dos sujeitos e dos lotes**

#### **3.1.1 Lote A: o empreendedorismo na localidade**

No lote “A” entrevistei Adriano Martins. Optei por esse lote, pois julgo ser representativo das relações de gênero que precedem a escolha para a sucessão geracional. No caso, o casal da primeira geração tendo dois filhos, um do gênero masculino, Adriano, e outro do feminino, o do gênero masculino teve precedência e permaneceu no lote, mesmo sendo mais novo. Já sua irmã casou-se com filho de assentado e foi morar no lote de outra família. E a situação repetiu-se quando Adriano casou-se com a filha de um assentado e ela veio morar com ele.

Outro fator que justifica a escolha desse lote é o modo como está organizada a produção, o trabalho e a geração de renda. A produção do lote conta com dez estufas com produção de pepino, que fica sob a responsabilidade de dois funcionários, assentados em

outros lotes. Isso ocorre, pois a principal atividade geradora de renda no lote é o negócio de “atravessador”, onde o Adriano compra a produção de outros assentados, e com dois caminhões que possui, leva a produção para ser vendida no CEASA em São José do Rio Preto, SP. Esse negócio é empreendido em sociedade com seu cunhado e irmã.

Das experiências da trajetória do Adriano cabe destacar que nunca trabalhou fora do assentamento, ou seja, não voltou a morar na cidade depois de se mudar para o lote e também o ano de universidade que cursou, na Unilins, mas que abandonou justamente por causa do empreendimento de vendas de mercadoria no CEASA. Na opinião dele esse negócio era, no período, duas vezes mais rentável que o salário de analista de sistema, curso que fazia. Não tem atuação política paritária efetiva, apesar de ser filiado ao PT. E sobre o MST disse nunca ter participado e não sabe dizer se é bom ou ruim.

É importante pontuar que no lote ainda moram seus pais, sujeitos da primeira geração e sua avó materna. Seus pais vivem de aposentadoria e do arrendamento de 3 alqueires para a plantação de milho e eucalipto.

### **3.1.2 Lote B: as trajetórias de idas e vindas**

O lote “B” justifica-se por trazer outros elementos para se perceber as relações de gênero dentro dos lotes, pois nesse caso dois filhos permaneceram no lote, uma do gênero feminino e outro do gênero masculino, dividindo igualmente as terras. Esse, porém não é o único elemento de justificativa, pois o fato de os irmãos dividirem o lote traz alguns problemas porque o INCRA não permite e não reconhece tal divisão. Deste modo, ambos têm dificuldades para acessarem financiamentos e são obrigados a dividir a DAP, que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf, que permite a identificação do estabelecimento rural para a participação em políticas públicas<sup>27</sup> como a CONAB<sup>28</sup>.

Nesse lote a organização do trabalho e as estratégias para a geração de renda são elementos interessantes de serem pontuados, e por isso justifica a sua escolha, pois cada

---

<sup>27</sup> Para saber mais sobre como funciona a DAP acessar portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aclaracaoaptidaopronaf>

<sup>28</sup> Companhia Nacional de Abastecimento. Veja os programas que fazem parte da CONAB no portal da Companhia: <http://www.conab.gov.br/>

um dos irmãos buscaram maneiras que se complementam em alguns aspectos e diferem em outros. Ambos produzem para a entrega de produtos à CONAB e uma parte de pasto com vacas de leite em comum, esse leite é principalmente consumido pelos moradores do lote e o pouco restante é vendido para a vizinhança em natura ou em forma de queijo. Fora isso as atividades diferem.

Cássia trabalha na produção do lote, faz os queijos, vende produtos da revista Hermes e Avon, doces em compotas industrializados comprados na cidade e revendidos na vizinhança. Seu marido trabalha nas estufas do Adriano do Lote “A”, caso mostrado acima, na produção de pepinos e cuida da produção do seu lote na hora do almoço e nos finais de semana. Ela traz em sua trajetória a experiência de ter morado na cidade por duas vezes depois de ter vindo para o lote, onde trabalhou no frigorífico do município de Promissão - SP. As duas experiências não deram certo, pois achou a vida na cidade muito cara e o trabalho do frigorífico muito pesado. Afirma não ter nenhuma atuação política e ligação com o MST.

Claudinei recebe ajuda da sua esposa na plantação da horta que é destinada a CONAB, isso porque a sua principal atividade é de pedreiro na cidade, indo e voltando todos os dias. Por isso a maior parte do que lhe cabe do lote é arrendada para a produção de milho. Claudinei também fez a experiência de morar na cidade depois de ter vindo para o lote. Foi para o município de Promissão - SP com dezenove anos em busca de conseguir adquirir bens que achava impossível morando no assentamento. Viveu na cidade por cinco anos trabalhando no frigorífico, mas depois, já casado e com uma filha, não suportou o trabalho duro e os horários noturnos e voltou para o lote. A trajetória de experiências de ambos é outro elemento de justificativa, uma vez que a decisão de permanecer passou por idas e vindas.

### **3.1.3 Lote C: o “boiadeiro” e a economista**

As relações de gênero também aparecem de forma marcante no lote “C” não só na questão da sucessão geracional, mas também nos acordos e divisões de tarefas e trabalhos desempenhados. Édson e Selma são casados, ambos são moradores da agrovila Campinas, mas por ocasião do casamento foram morar no lote da família de Édson. Os pais de Édson

têm sete filhos, mas somente ele ficou no lote. Esse é um fator que também levei em consideração para optar por esse lote, pois há uma constante em famílias grandes onde apenas um ou no máximo dois filhos permanecem. A justificativa para a não permanência de todos os filhos são as dificuldades econômicas decorrentes da falta de políticas públicas concretas e as barreiras impostas pelo mercado por um lado, e o assalariamento e dificuldades de organização do trabalho alternativo por outro (SCOPINHO, 2009).

A produção do lote é basicamente de leite e fica sob a responsabilidade de Édson, mas há também uma pequena produção de horta, que junto com sua mãe, ainda moradora do lote, é entregue a CONAB. Já Selma não está ligada diretamente a nenhuma atividade de produção do lote, seu trabalho é na cidade como assessora do gabinete do prefeito de Promissão, do Partido dos Trabalhadores, na articulação dos projetos e convênios das secretarias.

A escolha desse lote também está diretamente ligada à experiência política e acadêmica de Selma que cursou economia na PUC de Campinas e depois de alguns anos transferiu e formou-se pela FGV, campus de São José do Rio Preto, SP. Depois de formada cursou especialização em engenharia de produção na UFSCar, frequentou curso de Cooperativismo em Mondragon, na Espanha, e cursou mestrado em desenvolvimento econômico na UNICAMP com a dissertação “A trajetória do Assentamento Reunidas: o que mudou?”, defendida em 2007 sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Ramos. É engajada e filiada ao PT e trabalha na administração do partido no município de Promissão. Já teve participação efetiva no MST, mas abandonou por achar que o movimento tomou rumos que não concorda. Sendo assim, a experiência de Selma, contraria muitos estudos que afirmam que a formação política e principalmente acadêmica é fator que levam os filhos de assentados a deixarem o projeto de assentamento e por isso a escolha desse caso.

### **3.1.4 Lote D: a responsabilidade afetiva, ética e moral pelo lote**

No lote “D” entrevistei Gilson. Neste lote é possível perceber novamente as mesmas relações de gênero no que tange a sucessão geracional, pois, novamente o filho mais novo do casal da primeira geração, em detrimento das irmãs, é que fica com a responsabilidade de dar continuidade no lote. Entretanto, a permanência de Gilson se dá de

forma diferente da dos outros casos, o que já explica a escolha desse local para a pesquisa, pois Gilson não tem nenhuma responsabilidade com a produção do lote, a sua ligação com o lote é no âmbito afetivo e moral. Sua atividade de trabalho e geração de renda é na cidade como cabelereiro em salão próprio. Assim, o lote é apenas o seu local de moradia e a produção fica sob a responsabilidade de um tio paterno, uma vez que seus pais são idosos e doentes e não têm condições de realizar os trabalhos necessários.

A busca para abrir um salão de cabelereiro na cidade é a primeira tentativa de trabalho de Gilson na cidade. Antes disso trabalhava no lote tirando leite e como agente de saúde no próprio assentamento. Nesse período fez curso de cabelereiro e começou a aproveitar a visita como agente para cortar o cabelo dos assentados e das assentadas. Depois que perdeu o emprego de agente não quis voltar a trabalhar exclusivamente na produção do lote e por isso abriu o salão de cabelereiro na cidade. Afirmou que essa decisão foi tomada, pois julgava que era o momento de experimentar coisas novas e já se sentia cansado de trabalhar no lote. Entretanto, diz que não mudaria para a cidade porque aprendeu que o lote é o seu “porto seguro” e porque seus pais lhe conferiam, desde já, a herança e a responsabilidade pelo lote. Assim, mesmo não tendo responsabilidade com a produção, Gilson, tem o encargo moral e ético de conservar o lote de seus pais. Esses elementos, portanto, exemplificam a escolha por esse lote.

### **3.2 Motivações para permanência e identificação com a localidade.**

Duas perguntas balizam a construção desse tópico: *Por que alguns sujeitos da segunda geração permanecem no lote? E quais foram as suas motivações para essa escolha?* No próximo tópico mostrarei que a permanência passa, necessariamente por arranjos e estratégias de busca por alternativas de trabalho e renda. Entretanto, é importante deixar claro que esses fatores não definem esses sujeitos, mas sim as atitudes não profissionais ligadas às suas trajetórias, a família, as atividades lúdicas e esportivas, os grupos políticos e religiosos entre outros. Essa concepção está em consonância com a proposição de Daniel Bertaux (1979), quando afirma que ainda estamos muito presos a uma ordem social instituída em que a profissão é que confere identidade social aos sujeitos. Nesse sentido o autor propõe a ideia de uma sociedade em que as práticas dos

grupos e indivíduos não tenham por fim produzir mercadorias, “mas sim *viver*, atividades que seriam, por si mesmas, seu próprio fim” (BERTAUX, 1979, p.46).

Assim sendo, procuro nesse tópico trazer à tona, por meio da fala dos sujeitos, as motivações subjetivas e os sentimentos que marcam a sua permanência. Ao buscar essas motivações as falas variam de caso para caso em algumas questões que cada sujeito julga ser essencial e aos projetos que formularam para as suas vidas. Contudo, todas as falas revelam que um dos pontos que marcam a permanência é o sentimento de pertencimento e identidade com a localidade. Localidade vista como local de vida dentro de uma construção social em contínua reformulação em relação a modos de vestir, símbolos, espaços coletivos, equipamentos coletivos e valorização de bens de consumo que marcam fortemente o cotidiano vivido dentro de uma pluralidade de códigos e referências simbólicas. Nestes termos, o assentamento pode ser visto com localidade de vida, uma vez que proporciona o contraste aos vazios, silêncios e falta de vida das grandes plantações da monocultura do capital. São espaços de vida que denunciam os “espaços de morte” que grande parte do campo brasileiro vive<sup>29</sup>. Assim, os assentamentos e a agricultura familiar têm a função de revelar o contraste com a produção do grande capital. E é neste sentido que Wanderley (2009) vai afirmar que essas localidades devem ser percebidas como,

(...) um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. Trata-se, nesse caso, de perceber o território como inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte (WANDERLEY, 2009, p.47).

É importante destacar que essa noção de localidade e território está em oposição à ideia de espaço rural e espaço urbano delimitado exclusivamente geográfica e político-administrativa, pois essa caracterização dicotômica do espaço, de suas dinâmicas, e de suas relações sociais não são suficientes para explorar a diversidade dessas realidades. Nesse sentido, a noção de localidade e território que adoto na pesquisa não está ligada a espaços

---

<sup>29</sup> Exemplo desses “espaços de morte” que dominam a produção agropecuária brasileira são os números que mostram a ocupação de 8.527,8 milhões de hectares com plantação de cana de açúcar e 24,2 milhões de hectares com plantação de soja no campo brasileiro (Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário).

fisicamente delimitados e socialmente ocupados, mas sim a uma imagem, a arranjos de poder e a representações nas redes das relações sociais que compreendem desde formas materiais de produção e consumo até elementos imateriais ligados à estética, ética e construções simbólicas. Assim, um espaço pode ser entrecruzado por várias localidades, pois estas são constituídas pelos sujeitos que a ocupam dentro de uma base física e no conjunto da diversidade das relações sociais.

Dessa forma as localidades rurais surgem como engendradora de novas identidades e ponto de apoio para preservação e reelaboração da memória coletiva, pois se torna a base e o referencial “imutável” da história local, nas modalidades de resistência e estratégias de composição de interesses. Como diz Carneiro (2012, p.49), “Estamos diante, portanto, do processo de construção das múltiplas identidades que conformam o indivíduo na sociedade contemporânea”. E a localidade é algo tão forte que os grupos a tomam como referência para reforçarem a sua identidade, individual e coletiva. Halbwachs (2006), afirma que é imprescindível a ligação da memória com o espaço, entendido aqui como localidade, pois sem esta ligação não é possível haver qualquer gênero de atividade coletiva,

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas as outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retornar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda (HALBWACHS, 2006, p.170).

Sendo assim os grupos estão necessariamente ligados a objetos<sup>30</sup> e lugares, pois eles são o referencial de apoio da sua identidade e memória. Seria difícil descrever qualquer grupo descolado de sua imagem espacial de lugares. Nesse sentido a localidade tem como função ser o elo com um espaço tempo não acabado, não finito, ou seja, é a base material de um tempo imaterial. Isso só é possível graças a base estável da localidade que se vive e que permite a ligação com as lembranças (SILVA, 2004; HALBWACHS, 2006).

---

<sup>30</sup> Halbwachs (2006) realiza essa articulação do espaço com a memória e também com os objetos, chamados de objetos de memória que realizam a mesma função do espaço de ser uma base material que se conserva por mais tempo e que tem a função de ser como muletas da memória, como diz Silva (2004). Nesse sentido esses objetos têm como função ser o elo com um espaço tempo não acabado, não finito, ou seja, é a base material de um tempo imaterial.

Nestes termos, a variedade de identidades está relacionada à heterogeneidade de sentidos, interesses e relação que cada grupo social atribui a localidade rural a que está inserida. Dessa forma, ambientalistas, turistas, assentados, populações tradicionais, populações de veraneio e agricultores atribuem e contribuem para novas construções mentais sobre o cotidiano rural relacionadas às memórias e experiências de suas localidades (THOMPSON, 1978; MARTINS, R. C. 2010).

Partindo desses pressupostos é interessante mobilizar a noção de território realizada por Weber (1982) ao tratar da questão das propriedades alemãs e os diferentes modos de desenvolvimento a leste do rio Elba com figura do *Junker Prussiano*, e a oeste com *os camponeses*. Sua preocupação era entender as motivações que levaram os *Junkers* a tornarem-se um determinado tipo de empresário capitalista e consolidado uma nova ordem social na agricultura alemã. Segundo Martins, R. C. (2010), a posição social desse agente como figura histórica é situada com *milieu* econômico por Weber, isto é, levando em consideração “a conjuntura territorial marcada pela história dos lugares, pelos arranjos de poder local, pela dialética entre localidade, a formação do caráter nacional e pelas diferentes características ambientais e geográficas do leste e oeste alemães”. Nas palavras de Weber (1982, p.430):

Não são as diferenças naturais nas qualidades físicas e químicas do solo, ou diferenças no talento econômico das raças, mas o *milieu* econômico, estabelecido historicamente, que é o fator determinante na diferença nos resultados da agricultura camponesa.

Assim, a noção weberiana mostra-se em consonância com o colocado anteriormente, pois afirma que a localidade diz “(...) respeito menos a uma situação de escala geográfica do que a um espaço social de fronteiras frouxas, onde certas condutas e interesses sociais ganham maior ou menor relevância no contexto da economia das práticas” (MARTINS, R. C. 2010, p.16). Nestes termos a localidade comporta distintos processos sociais como a história política e econômica, características culturais, atributos de prestígio social e, também, a geografia e as particularidades ambientais. É possível afirmar, dessa forma, que a localidade é caracterizada pela capacidade de representações e

motivações dos sujeitos em relação a disputas de poder e sobre sua própria existência (MARTINS, R. C. 2010).

Nas falas da investigação empírica os termos deste *milieu* econômico articulado com as dimensões motivadoras dos sujeitos em relação a sua localidade surgem em frases como: “*Socialmente eu caibo aqui*” dita por Selma do lote “C”. O assentamento, dessa forma, mostra-se como local de referência emocional e da memória, dentro de um sistema de representações simbólicas, éticas e sociais que possibilitam afirmações como: “*Eu aprendi que o sítio era um porto seguro, entendeu?*” (GILSON/Lote D). A localidade representa “sossego”, praticamente todos afirmaram isso de alguma forma, como Claudinei, do lote “B” ao descrever as dificuldades de viver na cidade e sua motivação para voltar ao lote:

Sossego né. Você fazendo o seu de comer você não precisa se importar que você precisa pagar aluguel, você tendo um cantinho para você morar, sabendo que é seu. Você fazendo o de comer você vai empurrando o resto (CLAUDINEI/Lote “B”).

Essas falas representam o que para Weber (2004) seria a base do racionalismo econômico moderno, onde os sujeitos justificam suas motivações por meio de uma base ética e por consequência essas ações tornam-se inovadoras e transformadoras dentro do contexto territorial (WEBER, 2004; MARTINS, R. C. 2010).

Essa justificativa para a motivação pode ser observada em outras falas como a de Adriano, do lote “A”, ao dizer do seu processo de permanência no lote do pai: “*E para mim ficar no sítio é outra vida né, mais sossego, mais tranquilidade*”. Essa fala representa a síntese do que se espera quando se mora no sítio, a despeito das dificuldades e incertezas que são inerentes e específicos dessa localidade, o fato de ter a casa e a moradia assegurada é algo que representa tranquilidade e ainda não é necessário comprar tudo como na cidade. E seguindo esse raciocínio, sobre as vantagens que a vida no lote oferece, Claudinei, do lote “B”, diz,

Tem muita heim bicho, tem muita vantagem heim! Primeiro você não precisa pagar aluguel, segundo, você mora no que é seu, terceiro você vai no pomar você

tem uma laranja, quarto você vai no pé de mandioca você tem a mandioca, você tem o ovo, você tem a galinha, e você não precisa comprar isso (CLAUDINEI/Lote B).

A localidade, portanto, não se refere somente à ideia de tranquilidade que sempre se aprendeu e vivenciou do campo em relação à cidade, mas um sentimento de segurança. Um dos elementos desse sentimento são as redes de sociabilidade e convivência que são estabelecidas dentro da localidade, levando em conta as disputas, as divergências, as relações de partilha, troca e amizade. Isso é claramente percebido na fala do Édson, do lote “C”, quando disse o que o atraía no assentamento em relação à cidade,

Mas não fica não, o cara que é acostumado aqui, e outra, você vai no bar só tem amigo seu, se vai no vizinho é amigo seu, se tem um vizinho que eu conheço o defeito dele eu não vou na casa dele e ele não vai na minha casa, eu conheço o defeito dele eu não vou. Se eu sei que vou discutir com você de futebol você já ignora, eu não discuto mais com você. Meu vizinho alí que é corintiano é gente boa, se precisar de mim pode ser dez horas, meia noite um ajuda o outro independente de qualquer outra coisa. Eu gosto daqui porque eu jogava bola, acabava o jogo: cervejada, cachaça e tudo animado, ninguém brigava. Se perdia ou se ganhava eu era feliz do mesmo jeito. Na segunda feira todo mundo tinha que trabalhar mesma coisa e aí no outro fim de semana, você não via a hora de chegar o fim de semana de novo para você jogar bola de novo, jogava no segundão, jogava no primeiro e depois cachaça e depois no outro dia cedo sete horas da manha já estava... E o time era um time raçudo, unido, muita gente ia, muita união de verdade, o cara abraçava o outro com sinceridade, não era com maldade, nem reparando se o outro estava bêbado, se o outro estava ruim e eu nunca vi droga aqui, nunca vi ninguém fumando droga na minha frente, nunca vi ninguém chamando o outro colega meu para usar droga. Diz que usaram nunca vi. Nunca vi, cigarro eu fumei a única droga mesmo é a cachaça e a cerveja, gosto de beber perto de casa, não gosto de ir longe. Por isso que eu gosto daqui, não é porque dá dinheiro não, falar que sítio dá dinheiro, isso não dá dinheiro não, dá para você viver mais ou menos... (ÉDSON/Lote “C”)

A fala mostra a relação com um sistema de sociabilidade estabelecido, que muitas vezes julga-se não ser possível manter na cidade. Mesmo o sítio sendo um lugar, que para

ele não é possível ganhar muito dinheiro, afirma se sentir bem nesse local, pois tem referências como os vizinhos e uma rede de solidariedade que se pode contar e sabe até mesmo com quem não pode contar.

A percepção dessa ideia de localidade fica evidente a partir dos relatos dos sujeitos que tiveram experiências fora dela, que ao realizar a relação com outros modelos e valores reformulam o sentimento de pertencimento a sua localidade. É por isso que Carneiro (2012) afirma que trabalha com a hipótese interpretativa de que

(...) a lógica de existência (ou permanência) de um grupo social com uma identidade própria, ancorada num sentimento de pertencimento a uma localidade dada – identidade materializada na relação com um espaço e com um conjunto de símbolos culturais –, repousa na possibilidade de se estabelecerem relações de alteridade com “os de fora”, mesmo que esses residam e interajam em um mesmo território (CARNEIRO, 2012, p.49).

Nestes termos é possível perceber que as experiências do processo histórico vivenciado pelos moradores do assentamento permitiram a formação de uma identidade de grupo que compreendem intimidades, sentimentos e vínculos emocionais, do passado para o futuro através do presente, que lhes conferem lembranças, apegos e aversões comuns. Esses elementos os permitem referenciar a sua localidade, o assentamento, no sentido do pronome pessoal “nós” e para se referirem a cidade e aos moradores daquela localidade com a referência no sentido de “eles” (ELIAS, 2000).

Deste modo os assentados utilizam determinadas figurações sobre as vantagens e elementos culturais superiores do próprio grupo (carisma grupal dos estabelecidos) e mobilizam de forma a justificar e desvalorizar a vida na cidade (desonra dos outros). É importante notar que a dinâmica de estigmatização se dá por meio da referência e do status do sujeito com seu grupo<sup>31</sup>, como na fala de Cássia, do lote “B”:

---

<sup>31</sup> Entretanto, é importante deixar claro que na relação “nós” (assentados) e “eles” (moradores da cidade) não há recursos de poder exercido pelos estabelecidos por meio de elementos econômicos, mas sim um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. A fantasia justifica o modo como os assentados entrevistados se referem aos valores que faltam nesta outra localidade (ELIAS, 2000).

Liberdade né, eu creio eu que nós temos liberdade. Tem espaço para soltar as crianças e brincar, não só a questão das crianças, mas a gente também, você sabe porque tudo que você quiser na cidade, se você quiser você tem que comprar e aqui, eu estava comentando com a Amanda (irmã dela), banana, laranja, maracujá, fruta... Se você plantar você tem e não precisa plantar muito. Porque um pé de maracujá, a Cristina (casada com o irmão dela Claudinei) tem um, nos temos um monte ainda né (risos). Se você ver o tanto que já deu de maracujá aquele pezinho. Chuchu é uma coisa também que se você plantar, você come e dá para os outros e tem chuchu. Aí você não precisa ir a cidade comprar e você vai a cidade comprar o que não dá mesmo para produzir aqui (CÁSSIA/Lote B).

Participar desse carisma grupal significa partilhar de valores e costumes que “os de fora” (outsiders) não compartilham. No caso do assentamento esses valores são autonomia, liberdade e segurança em detrimento da cidade que apresenta valores totalmente opostos a estes para os “estabelecidos”, principalmente para os que fizeram a experiência de morar e trabalhar na cidade e voltam dizendo o quanto essa experiência foi “desagradável”. É o que aparece na fala de Selma, do lote “C”:

Então, depois de mais velha que eu fui perceber a qualidade de vida que tem morar no assentamento. Mas até eu perceber a qualidade de vida eu ia embora para a cidade, quando eu fui para a cidade e confrontei com tudo aquilo lá, eu falei, não dou conta disso deixa eu voltar por que eu não dou conta disso, mas ao mesmo tempo não dava tempo de viver do lote. Eu não me preparei, nem psicologicamente, nem fisicamente, de nenhuma forma para poder trabalhar no lote. (...) Se eu estivesse em casa, cuidando das crianças e trabalhando fazendo uma estufa, uma horta, outra coisa, a gente estaria vivendo. Mas eu não dou conta disso (SELMA/Lote “C”).

Sua fala revela o descontentamento com o lote em um primeiro momento, mas depois da experiência na cidade volta para o lote, que é o seu porto seguro. Entretanto, ainda não queria viver do trabalho no lote, dessa forma ela reinventa a forma de permanecer e busca uma estratégia de permanecer sem ter que trabalhar diretamente com o lote na produção, pois reconhece a qualidade de vida que se tem no campo em relação à cidade, mas sabe, por ter trabalhado por muito tempo na produção, o quanto é laborioso.

Assim, ela reelabora a sua maneira de permanecer no lote, não como agricultora, mas como economista, reformulando o sentimento de pertencimento a localidade. Isso provoca a formação de uma nova identidade do morador do campo, diferente do ideário de sujeito desinformado e atrasada para alguém muito bem formado. A localidade rural demonstra-se, dessa forma, não como um local de produção de alimentos, mas sim lugar de vida, espaço de sociabilidade.

Nesse sentido é possível perceber que as fronteiras das localidades estão mais flexíveis, seja na facilidade de deslocamento físico com os veículos motores, permitindo aos sujeitos estarem em várias localidades no mesmo dia, seja por meios virtuais de comunicação, estando em várias localidades ao mesmo tempo. Essas experiências possibilitam novos processos e uma heterogeneidade social e cultural no interior da localidade, o que está ligado diretamente com a formulação das identidades como coloca Carneiro (2012, p. 48),

As novas experiências engendradas por esse processo se nutrem de uma diversidade social e cultural que, por sua vez, alimenta as trocas, enriquecendo os bens (culturais e simbólicos) e ampliando a rede de relações sociais. Portanto, a heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades, sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local.

Adriano, do lote “A”, também demonstra essa reformulação com a relação estabelecida com a localidade quando fala dos motivos que o levaram a permanecer:

Quando eu comecei com o CEASA eu vi que dava um retorno bom, você entendeu? Naquela época já dava um retorninho até bom e já era duas vezes o salário que na época minha área formado ganhava (do curso de análise de sistema que cursava). Aí eu parei mais por causa disso, que dava um retorno bom. E até hoje, o colega meu lá o Tazinho que formou está trabalhando na área lá em São Paulo só que ele ganha bem menos. E pra mim ficar no sítio é outra vida né. Mais sossego, mais tranquilidade (ADRIANO/ Lote “A”).

Pelo relato a decisão de Adriano vai além da relação com a localidade e está ligada a possibilidade de trabalhar em um empreendimento elaborado por seu pai e que lhe garante um bom retorno financeiro. Esse retorno como “atravessador” é maior que a produção em suas estufas. E, justamente por isso, quando lhe perguntei se se sentia mais agricultor ou vendedor, a sua resposta foi:

Eu acho que eu sou mais vendedor. Eu sou mais comprador/vendedor que agricultor. Eu acho que a agricultura, trabalha muito isso daí. (...) E quem trabalha muito não tem tempo de ganhar dinheiro, você entendeu? Prefiro trabalhar menos para ter bastante tempo para ganhar dinheiro (ADRIANO/Lote “A”).

A decisão leva em conta o local, mas pesa o fator de se ganhar boa renda realizando um trabalho que não é tão pesado, uma vez que a maior parte da produção é feita por dois funcionários, e com isso é possível, para Adriano, lançar mão da identidade de comprador/vendedor e não de agricultor, pois é algo que requer muito trabalho para pouco retorno. O fluxo de relação dessas localidades, dessa forma, acaba por possibilitar um processo de “reestruturação dos sistemas sociais” por meio de incorporação de novos elementos culturais, econômicos e sociais que resultam em ambiguidades e em alguns conflitos.

Com isso, é interessante pensar que os elementos da identidade grupal, “nós”, que cada sujeito reivindica, faz parte e é constituidora de sua identidade pessoal, mas não a determina. Essa identidade, portanto, não se refere a um “eu” coletivo e verdadeiro escondido atrás da história e da ancestralidade do coletivo, ela é relacional e posicionada e por isso não pode ser encarada como algo totalizante. O outro, “eles”, também são parte constituinte das identidades, pois elas são construídas por meio da diferença, precisamente naquilo que falta e é chamado de *exterior constitutivo* (HALL, 2011).

Assim, as “unidades” que as identidades proclamam são, na verdade, construídas no interior do jogo do poder e da exclusão; elas são o resultado não de uma totalidade natural inevitável ou primordial, mas um processo naturalizado, sobredeterminado, de fechamento (HALL, 2011, p.111).

Tomando esses pressupostos Hall (2006; 2011) trabalha com o conceito de identidade em *rasura* pensando no seu limite, no seu intervalo, mas sem descartá-lo, pois o considera fundamental quando pensado no “intervalo entre a inversão e a emergência”. Para tanto, parte da ideia de um sujeito dentro de uma historicização radical de mudança e transformação, em uma nova posição: *deslocada* ou *descentrada* (HALL, 2006; 2011). A definição de Silva (2011) é esclarecedora para se compreender o que se pensa de identidade neste debate,

(...) a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogenia, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performático. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2011, p.97).

A identidade pensada por meio de uma análise discursiva enxerga a “identificação como uma construção, um processo que nunca se completa – como algo sempre em processo” (HALL, 2011, p.106). Assim, a identidade é entendida não como algo fixo e imutável, mas sim como estratégias e iniciativas específicas dentro de um processo contínuo de remodelação e modificação por meio das relações sociais e culturais. É justamente o que afirma Hall (2006), ao dizer que as identidades na contemporaneidade devem ser percebidas como uma celebração móvel, ou seja, aberta, contraditória, fragmentada e plural. A identidade, deste modo, afasta-se de um modelo essencialista e se define como sendo um processo contínuo como define Hall (2011) sobre a sua utilização do termo,

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem

subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apanço temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2011, p.112).

A construção da identidade se dá nesta relação com a diferença dentro de um campo simbólico e social. Identidade e diferença são relações sociais em disputa e na luta para afirmar diferentes identidades têm-se causas e consequências materiais. Assim, as identidades nas sociedades modernas devem ser pensadas como híbridas e fluidas, pois houve um deslocamento dos centros e dessa forma não há um centro determinado que produza uma identidade fixa. Essa redefinição do conceito permite perceber que o processo de hibridização proposto abre caminho para a superação da ideia de uma suposta pureza e insolubilidade dos grupos reunidos em diferentes identidades nacionais, raciais, étnicas ou de gênero (HALL, 2011; SILVA, 2011).

Nesse sentido, quando Hall (2011) afirma que a sua concepção de identidade não se baseia nos segmentos do “eu” que permanece sempre e já “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo, é possível trazer em consonância a fala de Gilson, do lote “D”: “(...) *eu já trabalhei na roça bastante, mas eu acho também que a gente tem que experimentar outras coisas*”. A fala demonstra a ansia de experimentar outros vividos, outras formas de experimentar o seu próprio ser, em relação a ele próprio e em relação ao meio social que vive. A preocupação dessa perspectiva teórica da identidade não é responder “*quem somos*” ou “*de onde viemos*”, mas sim “*quem podemos nos tornar*”. E é justamente isso que aparece na continuação da fala de Gilson, a possibilidade do sujeito na construção e elaboração de uma nova identidade,

Eu nunca tive a oportunidade de trabalhar na cidade. Eu vim para o sítio eu era criança, eu trabalhei no sítio dos meus dez aos vinte e cinco anos aqui. Então, assim, eu meio que quis fazer outra coisa. E eu acho que eu só trabalhei no sítio devido aos meus pais mesmo (GILSON/ Lote “D”).

Em outro momento a sua fala enfatiza o período em que vivia retirando leite no lote e o porquê hoje não pensa mais em trabalhar no lote e sim investir cada vez mais no seu salão de cabeleireiro: “*eu vivi dentro daquele barro quinze anos, pelo amor de Deus,*

*misericórdia, e não era o que eu queria... eu gosto de conversar”*. Isso ocorre, pois a identidade é construída através do imaginário do que poderia ser e da fantasia. Assim, a fala demonstra que os sujeitos nos assentamentos, e em outros locais, anseiam por outras experiências em suas vidas, apesar de recair sobre eles o dever da continuidade de um projeto de vida que às vezes não lhe corresponde. Nesse sentido a permanência não deve ser encarada como uma obrigação, mas sim uma possibilidade que pode ser realizada e mobilizada de formas diferentes, dependendo das experiências, motivações, sentimentos e projetos de cada sujeito. A localidade rural é então vista como uma variada gama de possibilidade de vividos.

É nesse sentido que Brumer (2007) vai afirmar, citando Champagne, que muitas vezes a recusa dos filhos de suceder os pais na profissão de agricultor é em um primeiro momento a recusa do modo de vida dos pais, ou seja, a crise da reprodução social seria uma crise de identidade social.

Champagne constatou que, ao fazer a sua avaliação do modo de vida rural, os jovens comparam-no com o modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva. Entre os aspectos negativos, eles destacam a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho. Eles mencionam ainda a atividade agrícola penosa, dura e difícil, que submete os trabalhadores ao calor e ao frio e a posição de trabalho pouco confortáveis, assim como os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios. Como aspecto positivo os jovens salientam a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão (BRUMER, 2007, p. 37).

Gilson, por sua vez, disse não querer deixar o sítio, entretanto, não pensa em produzir nele. A sua ideia é mantê-lo como lugar de refúgio e não como projeto de vida para produção e trabalho. Isso porque, em sua opinião, o jovem não quer ter a imagem de agricultor, pois isso é visto como algo negativo,

(...) eu ando com um carro, eu ando com uma roupa de marca, mas eu sou cortador de cana, entendeu? (...) É uma grande diferença do trabalho para se sustentar no sítio e na cidade, entendeu? Que nem, por exemplo, de uma pessoa que trabalha na roça o dia inteiro e uma pessoa que trabalha na cidade em

escritório dentro do ar-condicionado ou dentro de uma firma. Então para eles é muito mais fácil vim trabalhar em uma firma do que ficar lá na roça para conquistar as coisas (GILSON/Lote “D”).

E Gilson, do lote “D”, ainda complementa, no sentido do que fora colocado por Brumer (2007) da relação com o cotidiano que se tem com o trabalho rural em relação aos horários de trabalho,

Problema do leite para mim é que eu não tinha liberdade, se eu fosse para uma festa, balada eu tinha que voltar logo porque eu tinha que acordar seis horas da manhã, às vezes eu chagava às seis horas da manhã para tirar leite. E leite não tem feriado, não tem um dia que eu posso parar, então eu cansei (GILSON/Lote “D”).

A identificação são pontos de apego temporários, portanto, é um processo em construção que nunca se completa, é ambivalente e contraditória desde o início, e por isso não está determinada, ou seja, não se ganha ou se perde uma identidade, não se perde ou se volta às raízes, o que há é uma negociação e articulação com as próprias trajetórias e experiências dos sujeitos. Como as palavras de Gilson mostram, a construção da identidade se dá de forma relacional e condicional, ela depende de algo exterior para existir, no caso a relação e todos os condicionantes do trabalho na cidade e no lote.

O marcador social da identidade, assim, se mostra no jogo da *différance*, na tensão e na disputa. Como afirma Hall (2011, p.106), “(...) uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteira’”. No mesmo sentido Butler (2003, p.103) afirma: “Em oposição à lei fundadora do Simbólico, que fixa identidades à priori, podemos reconsiderar a história das identificações constitutivas sem a pressuposição de uma lei fixa e fundadora”. As identidades dos sujeitos na contemporaneidade, portanto, estão inteiramente integradas à cultura da localidade, urbana e rural, dentro de uma dinâmica social globalizada. A construção da identidade se dá no interior dessas relações e dentro de um campo simbólico e social. Assim, a identidade ou a essência seriam expressões e não teriam sentido em si; ela, a

identidade, se manifestaria em um regime de diferenças e num jogo de referências *performativamente construídas*. (BUTLER, 2003; WOODWARD, 2011; HALL, 2011).

No caso da Selma, do lote “C”, viver no lote e trabalhar como assessora na prefeitura enquanto seu marido cuida do lote; no caso do Adriano, do lote “A”, viver no lote e investir em um empreendimento de compra e venda de alimentos enquanto tem dois funcionários para cuidar do seu lote e no caso do Gilson, do lote “D”, trabalhar de cabelereiro e viver entre a cidade e o lote que representa o seu “porto seguro”.

Assim, é possível perceber um processo de formulação de identidades múltiplas dentro de experiências de vividos múltiplos. Com isso, as realidades sociais das localidades são vistas em um fluxo de *desterritorialização* da cultura onde é possível “(...) pensar a ruralidade como um espaço onde o urbano também se constitui em elemento definidor da identidade de atores coletivos” (CARNEIRO, 2012, p.43). Esse elemento pode ser percebido na fala do Claudinei, do lote “B”, quando disse que o motivo de sua saída para ir trabalhar na cidade foi justamente ver que outras pessoas estavam indo e conseguindo ter acesso a bens materiais enquanto ele, no lote, não conseguia ter esse acesso. Aqui o ponto essencial não é o acesso aos bens materiais (tratarei desse tema no próximo tópico), mas sim a influência trazida dos que iam trabalhar e morar na cidade e apareciam no assentamento com determinados bens que até então eram tidos como impossíveis de se comprar com o trabalho do lote.

Fui porque todo mundo estava indo, os jovens todo mundo indo e você via que eles estavam indo e estava tendo as coisas deles. E aqui a gente ficava sempre na mesma, fazia só o de comer, aí fui me aventurar (CLAUDINEI/Lote “B”).

“*Ir aventurar-se*”. Essa frase demonstra o sentimento em relação à cidade, que não é o lugar de pertença, não há identificação, pois os sujeitos aventuram-se no desconhecido, no inesperado e desafiador. A aventura, porém, tem a sua gratificação que seria “ter as coisas”, ou seja, acesso a bens e serviços que o trabalho no lote não proporcionaria. Por outro lado, o fato de estar apartado da localidade de vida proporciona um sentimento de desenraizamento e falta de estabilidade subjetiva que evoca a volta para terra, como pode ser percebido no poema de Souza (2000, p.59):

Quero pisar a terra  
e sentir dela o correr da vida,  
pois dela vim  
e a ela voltarei.

Desenraizado  
na complexidade dos tempos  
sou pássaro engaiolado,  
homem exilado,  
incompleto ser.

O querer *pisar a terra e sentir correr a vida* passa a ter mais sentido que se “ter as coisas”, pois não é fácil viver cotidianamente na aventura, sem a tranquilidade e segurança que a localidade rural proporciona para esses sujeitos. Bourdieu (1979) ao falar do processo de passagem da sociedade Cabila, na Argélia, de uma ordem tradicional para o mundo da economia moderna afirma que o “desarraigamento da ordem tradicional e a entrada, muitas vezes brutal, no mundo da economia moderna conduzem e supõem transformações sistemáticas do *habitus*” (Bourdieu, 1979, p.52-53). A aventura, assim, pode tornar-se desventuras, pois o sujeito terá que experimentar relações, que para ele aparecerá como dolorosas, de impessoalidade fria e brutal em suas relações sociais e de trabalho como afirma Bourdieu (1979, p.80),

A instabilidade do emprego e a irregularidade dos rendimentos que resulta daí, a ausência de garantias que dizem respeito ao futuro, mesmo o mais próximo, a consciência (exasperada pela experiência) por ter absoluta falta de todos os meios indispensáveis para poder apartar-se da incoerência e do acidente, condenam ao desespero.

A busca de um emprego fora da localidade é visto como o momento de conquista de bens, de ser bem sucedido e, no limite, de mudança de vida diante de uma realidade que, muitas vezes, apresentava-se de forma dura no assentamento. Entretanto, a vida fora das referências da localidade pode se revelar muito mais dramática para a realização ontológica desses sujeitos, pois se inserem em outras referências sociais bem distintas das

que até então experimentavam. Nesse novo contexto, sem os referências e repertório necessários, esses sujeitos se vulnerabilizam e conseqüentemente acabam se inserindo na pior relação social vivida na contemporaneidade: o desenraizamento. E para Ecléa Bosi (2003) o enraizamento é um dos mais importantes elementos da existência humana.

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (BOSI, 2003, p.175).

A defesa e a importância do enraizamento não significam a busca de isolamento de um grupo dos meios sociais e das influências externas, pois como foi visto, todo grupo vive em relação dinâmica de trocas e disputas que afirmam sua identidade. E no processo de reconstrução social coletiva a identidade tem como função organizar a memória coletiva e a sociabilidade da localidade, para identificar o elo entre presente, passado e projetos para o futuro (HALBWACHS, 2006; POLLAK, 1989; BOSI, 2003).

Entretanto, existem relações entre grupos que se dão de forma desigual, não como duas formas de existir diferentes que se relacionam e trocam experiências com o mínimo de equidade<sup>32</sup>, mas se dão na forma de relações de poder desiguais. Essas relações se dão por meio de mecanismos sociais complexos exercidos nas dinâmicas cotidianas de forma calculada e sutil e que buscam controlar, modificar e sujeitar essas vidas. Assim, é importante pensar que o poder que atinge os sujeitos na modernidade não é o poder soberano, mas a multiplicidade de forças que atuam e reagem entre eles segundo relações de obediência e mando. Dessa forma, a biopolítica incorpora-se e fortalece-se sobre essa multiplicidade de relações que o poder coordena, institucionaliza e estratifica. São micropoderes que são exercidos entre homem-mulher, patrão-empregado, médico-paciente, moradores do campo-moradores da cidade. Essas relações, quando não há resistência, podem ser causadoras de mortes, de supressão de tradições e destruidora de raízes (FOUCAULT, 1979, 1988, MARTINS, 2006). Como exemplo trago o que alguns dos

---

<sup>32</sup> Equidade aqui não significa que no plano das relações sociais dentro do assentamento não há disputas e relações de poder exercidas entre os indivíduos, mas sim que quando esses sujeitos estão fora da localidade onde foram formados subjetivamente eles possuem menor repertório para lidar com essas relações.

sujeitos entrevistados relataram sobre sua “aventura” de trabalho na cidade, desligados e/ou distantes da localidade:

**Cássia, do lote “B”:** “Ah, o serviço na cidade acaba com a gente, esse negócio de frigorífico heim.”

**Selma, do lote “C”:** “Entrei em depressão”.

**Édson, do lote “C”:** “(...) aquilo para mim era um pesadelo, falei: isso não é lugar de morar não, isso é lugar de louco. É sério!”.

**Claudinei, do lote “B”:** “Não, para! Esse negócio de ficar morando em cidade pagando aluguel não é bom não bicho. Aluguel, água, luz e o diabo à quatro”.

Esse processo de saída, nessas condições de vulnerabilidade e de submissão a determinadas relações de poder, pode levar a experiência e ao sentimento de desenraizamento. E o sentimento dos sujeitos desenraizados são o vazio, a fragmentação da vida social, a perda de ligação com o mundo concreto e com o transcendente e a falta de esperança. Nada mais tem continuidade e o *habitus de viver* apreendidos pela experiência e pelo sentimento com a família, trabalho vizinhança e comunidade local ficam apartados (BOSI, 2003, THOMPSON, 1978).

O enraizamento é justamente o contrário desses estranhamentos sofridos pelo desenraizamento, pois com o enraizamento os sujeitos e os grupos passam a ter a capacidade de inserir o passado no presente e projetar sonhos para o futuro. As experiências, os sentimentos e a “consciência social” adquiridas nas relações culturais possibilitam a ação de forma propositiva, transformadora e utópica na luta por um sonho e por um projeto de vida inscrito em sua memória. Assim, a vida passa a ter sentido. É justamente a busca pelo enraizamento, marcado na experiência e nos sentimentos da trajetória desses sujeitos em sua localidade, que os estimulam a retornarem para reativarem os laços sociais e reordenarem os seus projetos de vida em busca de estratégias e projetos de vida que levem em consideração autonomia, independência dos pais, realização subjetiva e renda (THOMPSON, 1978; CARNEIRO, 2012; MENEZES, 2008).

E essa volta é sempre muito bem recebida pelos pais, que acolhem o filho “aventureiro”, assim como o pai na passagem bíblica do filho pródigo, de braços abertos e

com festa<sup>33</sup>. Pois a dor do desenraizamento é sentida tanto para os que partem, como para os que ficam, e é por isso que a mãe de Claudinei, do lote “B”, disse a seguinte frase quando informada de sua volta: *“Ixe, a mãe falou vem correndo que eu estou de braços abertos para te receber”*.

Com essas falas dos sujeitos é possível apontar para o entendimento do assentamento como universo de vividos múltiplos em que as várias subjetividades estão diferenciadas em projetos que se cruzam e se conflitam dentro das famílias, no assentamento e na teia de relações que são estabelecidas em geral. Estes projetos podem se demonstrar aparentes ou ocultos na representação destes vividos e por isso, essas subjetividades devem ser compreendidas como um processo de construção de sentidos individuais, coletivos, culturais e históricos na criação e recriação cotidiana (MARTINS, J. S. 2010; SCOPINHO, 2010; FARIAS, 2008).

Esses vários vividos possibilitam uma diversidade de experiências e diferentes histórias que percorrem caminhos diversos. A permanência, sendo assim, não é uma decisão fácil e realizada de forma inequívoca, muitas vezes ela percorre caminhos variados, passa por projetos frustrados, por tensões entre os familiares e por acontecimentos inesperados. Passa por períodos de desenraizamento e de mobilização de novas formas identitárias ao se refugiarem no “porto seguro”, que é a volta a terra. Essa volta, por mais dura e permeada de dificuldades, financeiras e existenciais, ainda é um alento a toda a pressão que se vive fora do lote. O que se tem em conta, nesse sentido, são os objetos de memória, a memória do espaço, a memória afetiva dos sujeitos, o sentimento com a localidade e seu modo de vida, o enraizamento que esses elementos proporcionam e a segurança ontológica que o “ser” pode gozar. Isso não é uma idealização do lote como local isento de problemas e dilemas, mas sim a constatação de que o assentamento é uma localidade permeada por cultura e sociabilidade específicas e que pode ser uma possibilidade de realização de projetos de vida como afirma Scopinho (2010, p.1576),

---

<sup>33</sup> A passagem se refere a um pai que morava no campo e que tinha dois filhos. Um dos filhos, o mais jovem, pede a sua parte da herança e vai embora. Depois de gastar todo o dinheiro na cidade e sofrer com fome e maus tratos esse filho aventureiro resolve voltar para junto de seu pai: “Vinha ele ainda longe, quando seu pai o avistou, e, compadecido dele, correndo, o abraçou, e beijou. E o filho lhe disse: Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho. O pai, porém, disse aos seus servos: Trazei depressa a melhor roupa, vesti-o, ponde-lhe um anel no dedo e sandálias nos pés; trazei também e matai o novilho cevado. Comamos e regozijemos-nos; porque este meu filho estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado”. (LUCAS: In Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2000. Cap. 15, vers. 11 a 32).

Os assentamentos rurais têm sido considerados como uma expressão da luta social dos trabalhadores do campo pela melhoria das condições de trabalho e vida, espaços de múltiplas relações sociais e trocas de saberes, que podem contribuir para solucionar o problema do desemprego e da miséria que os afetam.

É nesse sentido, que no tópico seguinte discutirei outro fator imprescindível para a permanência dos sujeitos da segunda geração, que é justamente a possibilidade de trabalho e geração de renda. Esses elementos orientados pelos sujeitos na perspectiva de melhores condições de trabalho e principalmente de vida.

### **3.3 Estratégias e arranjos de permanência: trabalho e geração de renda.**

A permanência, como visto anteriormente, está ligada em alguns sentidos a questões que versam sobre identidade, sentimento de pertença com a localidade e enraizamento dentro de um sistema social de solidariedade, símbolos e redes. Nesse sentido a pergunta que norteia a construção desse tópico é a seguinte: *Quais são as estratégias buscadas para viabilizar a permanência no lote?*

A resposta a esta questão foram variadas, mas sempre evidenciou como elemento decisivo para a permanência a possibilidade de trabalho e geração de renda. Esse é um ponto fundamental no jogo de relações, pois o fato de se ter pouca renda e em consequência disso não acessar determinados bens de consumo e serviços são motivadores da saída de muitos sujeitos. Adriano, do lote “A”, enumera o que as gerações mais novas querem em sua opinião: *“Quer carro novo, você entendeu? Quer moto nova! Ai?... Antigamente não, bicicleta estava bom né. (risos). Quer um celular bom!”*.

Nestes termos é possível perceber que o consumo é também um elemento marcante da identidade desses sujeitos, mas não no sentido de acúmulo de capital, exclusivamente ligado à acumulação de riqueza, mas ligado a objetos desejados por seu valor de uso, por sua função ostentatória ou como marcador de diferença. Essa questão da identidade pelo consumo traz à tona a discussão de Boltanski e Chiapello (2009) quando tratam sobre a maneira como os sujeitos engajam-se no “espírito capitalista” e suas justificativas e os sentidos que atribuem para os atos que decorrem disso. Por “espírito do capitalismo” os

autores entendem a ideologia que justifica esse engajamento no projeto capitalista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Essa definição de “espírito do capitalismo” está embasada primeiramente em Weber (2004) quando este remete-se ao “espírito do capitalismo” como sendo um conjunto de motivos éticos, que mesmo estranhos na sua finalidade ética à lógica do capitalismo, inspiram os sujeitos a ações que favorecem a acumulação de capital. Essa relação moral entre o trabalho e o homem seria determinada pela vocação ao trabalho (*Beruf*), no caso o *ethos* protestante em detrimento do *ethos* católico<sup>34</sup>. Assim é possível perceber que os sujeitos necessitam de poderosas razões morais para aliar-se ao capitalismo (WEBER, 2004; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Seguindo essa esteia Boltanski e Chiapello (2009) acionam a reformulação de Albert Hirschman<sup>35</sup> sobre essa definição weberiana para entenderem como em determinado momento da era moderna as atividades lucrativas passaram a serem consideradas honrosas. Para Hirschman, diferente de Weber, a motivação não passou pela esfera das motivações psicológicas dos sujeitos, mas sim, em primeiro lugar, afetou o campo político. Isso se daria a partir do pensamento laico do iluminismo, que justificava, em sua opinião, as atividades lucrativas como um bem comum para a sociedade. Nesse sentido as elites do século XVIII buscaram as *vantagens sociopolíticas* que derivavam das atividades lucrativas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Partindo dessas duas posições, Boltanski e Chiapello, (2009) buscaram as justificativas do “novo espírito do capitalismo”, no sentido de abarcar as justificativas

---

<sup>34</sup> Para Weber (2004) o conceito *Beruf* assume um elemento novo a partir da ética dos protestantes, pois passa a haver a “valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a auto-realização moral é capaz de assumir” (p. 72).

<sup>35</sup> Albert Otto Hirschman (1915 – 2012) foi um economista alemão educado em Paris e Londres. Lutou na II guerra mundial pelo exercito francês, emigrou par os Estados Unidos depois da guerra e também viveu na Colômbia. Atuou nas universidades de Berkeley, Yale, Columbia, Havard e Princeton. Hirschman se opôs à aplicação da doutrina econômica convencional ao desenvolvimento econômico. Considerava que as medidas para desenvolver um país devem ser analisadas caso a caso, mediante a exploração dos recursos locais para conseguir os melhores resultados. Impor uma estrutura doutrinal uniforme sem considerar as circunstâncias locais era, segundo ele, uma receita para o desastre. Hirscham também estudou a interação entre a soberania do consumidor e a concorrência empresarial no famoso livro de 1970, “*Saída, Voz e Lealdade*” (Fonte: site do Conselho regional de economia: <http://www.corecon-rj.org.br>).

individuais (Weber) e as justificativas gerais (Hirschman). E é nesse sentido que surge a definição dos autores, afirmando que o novo espírito do capitalismo é

“(...) justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

O objetivo com essa definição é buscar as variações observadas, separando os conteúdos substanciais, para pensar em uma forma que pode ser preenchida de maneiras diversas e em diferentes momentos da evolução dos modos de organização das empresas e dos processos de obtenção de lucro capitalista. A legitimidade do capitalismo dá-se justamente, pela concepção de que a busca do interesse individual serve ao interesse geral, assim, o crescimento das riquezas, independente do beneficiário, é considerado bem comum. São os dois níveis lógicos do espírito do capitalismo, o primeiro ligado às ações que concorram para a realização do lucro e o segundo, dotado de certo grau de reflexividade superior, buscando julgar os atos do primeiro em nome dos princípios universais. Entregar-se a “paixão dos ganhos” e a instauração de uma sociedade do consumo, algo dificilmente quantificável, é justificado pelas vantagens quantificáveis da acumulação e justifica o engajamento dos sujeitos em operações altamente generalizadoras. Dessa forma, apesar de as empresas privadas capitalistas estarem orientadas para a acumulação do capital, antes, porém, devem satisfazer e antecipar as vontades dos consumidores. A justificação do capitalismo desenha-se, assim, supondo referenciais e construtos de outra ordem diferentes das exigências impostas pela busca de lucro (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Mas isso tem o preço não mencionado de transformar o amante de arte, o cidadão, o estudante, a criança em relação a seus professores, o beneficiário da ajuda social... em consumidor (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 45).

O engajamento e o poder de mobilização, necessários para o capitalismo, passam, desse modo, por recursos que estão fora de si mesmo, isto é, nas crenças, que tem grande poder de persuasão, e nas ideologias, inclusive as que lhe são hostis. O espírito do capitalismo é animado por duas faces, uma voltada para dentro, que é o processo de acumulação legitimado, e a outra, voltada para fora, orientada para as ideologias impregnadas pelo capitalismo e que são responsáveis por oferecer precisamente aquilo que lhe falta: “razões para participar do processo de acumulação ancoradas na realidade cotidiana e diretamente relacionadas com os valores e as preocupações daqueles que convém engajar” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 54). Esse movimento age sobre os sujeitos de duas formas principais. Alguns sujeitos confrontados a esses valores individualistas procuram se defender e justificar suas identidades a despeito do que lhes é apresentado, outros, por sua vez, mostram-se atraídos por esses novos valores que prometem libertação individual e igualdade.

Nesse sentido de se aproximar desses valores e busca de reelaboração da identidade a partir do consumo surge a fala de Claudinei, do lote “B”, quando esboça os motivos que o levou a sair do lote para a cidade: *“Fui porque todo mundo estava indo, os jovens todo mundo indo e você via que eles estavam indo e estava tendo as coisas deles”*. “Tendo as coisas” significa nesse caso a conquista de bens materiais que os jovens que trabalhavam na cidade compravam e os que trabalhavam no lote não conseguiam comprar. Essa é a justificativa de muitos ao dizerem os motivos de terem saído do Assentamento, a falta de possibilidade de adquirir bens de consumo. Gilson, do lote “D”, no mesmo sentido, ao falar da imagem que ele e seu irmão tinham por conta das roupas que vestiam, termina por caracterizar a imagem que o jovem do assentamento procura atualmente,

Que nem eu e meu irmão, o pessoal da cidade não acreditava que a gente era de roça, porque a gente realmente trabalhava bastante e a gente queria se vestir bem. Então a gente vinha para a cidade em festa e o pessoal às vezes não acreditava que a gente trabalhava na roça, e até hoje eles não acreditam.

Sol, chuva... quer ter imagem o jovem, sabe? Eu ando com um carro, eu ando com uma roupa de marca, mas eu sou um cortador de cana, entendeu? Então para ele (jovem) não é bom...

Entretanto, não há simplesmente a adoção ou rejeição, por parte dos sujeitos, desses novos valores, na verdade os sujeitos passam por ambos os casos dentro de um processo de “sedução-resistência-busca de autojustificação” e é a partir desse movimento que se estabelecem as novas representações. Isso ocorre principalmente porque o “novo espírito do capitalismo” transforma-se constantemente para atender a necessidade de justificação dos sujeitos e tornar sedutoras as novas formas de acumulação (dimensão estimulante de todo espírito) sem, no entanto, lhes deixar de conferir garantias de segurança e razões morais para as ações.

Este amálgama heterogêneo de motivos e razões se mostra variável no tempo, segundo as expectativas das pessoas que caiba mobilizar, segundo as esperanças com que elas cresceram e em função das formas assumidas pela acumulação em diferentes épocas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 58).

A identidade dos sujeitos, portanto, está relacionada ao consumo, além de suas experiências múltiplas, pois cada sujeito elabora, a partir de sua decisão de permanência e munidos de suas experiências, estratégias de trabalho e geração de renda que possibilita o acesso a determinados bens de consumo. Mesmo que esta permanência configure-se de modo desafiador e incerto, pois supõe a rotina de um árduo trabalho e, em alguns casos, não garantirá a possibilidade de consumir todos os bens esperados, como aponta Claudinei, do lote “B”:

Porque é difícil aqui, é difícil você ter as coisas aqui, fica porque tem que gostar da terra mesmo. Porque você vê seu colega ali tendo um carro tendo uma coisa e você vê que você não vai ter se você continuar aqui, a não ser que você tiver alguma coisa para investir, se você não tiver você sabe que você não vai ter. Você vai ter para comer ali, vestir uma roupinha ali, você não vai ter o bem material maior que você almeja (CLAUDINEI/Lote “B”).

E a fala do Gilson, do lote “D”, vai no mesmo sentido,

Se tivesse um meio mais fácil de o jovem sobreviver, porque o jovem hoje quer ter carro, roupa boa, mas ele não quer ralar para conseguir aquilo. Ele quer um meio de vida fácil. É uma grande diferença do trabalho para se sustentar no sítio e na cidade, entendeu? Que nem, por exemplo, de uma pessoa que trabalha na roça o dia inteiro e uma pessoa que trabalha na cidade em escritório dentro do ar-condicionado ou dentro de uma firma, então para eles (os jovens) é muito mais fácil vir trabalhar em uma firma do que ficar lá na roça para conquistar as coisas (GILSON/Lote “D”).

As falas apontam para a dificuldade e o quão árduo o trabalho no campo revela-se e, além disso, o quanto este trabalho não possibilita o retorno de renda necessário para se ter acesso ao “bem material maior que você almeja”. Por isso, pesquisas apontam para uma mudança de ramo das novas gerações, buscando atividades que oferecem remuneração maior que a agrícola, além de serem mais valorizadas simbolicamente como revelou a última fala de Gilson. Por outro lado essas ocupações, muitas vezes, exigem baixo nível de qualificação e por mais que o retorno financeiro seja maior e simbolicamente ser mais atraente a situação real é de vulnerabilidade (DEL GROSSI, CAPANHOLA, SILVA, 2002).

O caso de Gilson, do lote “D”, é sintomático nesse sentido, pois este deixou claro que parou de trabalhar no lote porque não era o que queria, não havia identificação com o trabalho, *“eu vivi dentro daquele barro quinze anos, pelo amor de Deus, misericórdia, e não era o que eu queria”*. A sua fala, revela que o trabalho no lote era algo que mexia com barro e por isso, na sua concepção algo que lhe conferia um trabalho inferior em relação ao da cidade, por isso procurou uma ocupação mais atraente simbolicamente, que no caso foi a de cabelereiro. Entretanto, Gilson não abre mão de morar no lote, por tudo aquilo que representa e já fora colocado, assim torna-se, junto com vários outros sujeitos “usuários da cidade”, e transformam a sociabilidade do lote e do assentamento como um todo. E esses sujeitos, migrantes cotidianos, vivem em um intenso processo de mediação entre as duas localidades, transmitindo valores e tensões (CARNEIRO, 2012).

Outro ponto é a falta de possibilidade de investimento, como disse Claudinei, do lote “B”: *“a não ser que você tiver alguma coisa para investir”*, não é possível viver exclusivamente do trabalho no lote. Selma, do lote “C”, também traz esse elemento à tona em sua fala, *“Tem que ser extremamente profissional da roça, tem que ter acesso a um*

*capital. Eu acho que é possível, mas tem que se especializar muito*". Com isso aparece outro elemento que marca a possibilidade de se ter bom rendimento dentro do lote: especialização. Seguindo esse raciocínio Selma vai complementar: *"Capital e qualificação. Eu não me qualifiquei para trabalhar nisso, porque não basta querer. (...) Tem que ter qualificação técnica e participação da família integral"*. Para Adriano, do lote "A" a questão é a seguinte,

Sítio é complicado, porque para jovem assim que tem uma certa ambição de querer crescer alguma coisa é complicado. Sítio é para você, que nem meu pai, aposentado, não depende disso aqui. Quem nem o Barbosa, ganha lá, tira seus mil, mil e quinhentos reais do sítio, dá para ele comer, para a mulher comer, comprar alguma coisinha, se entendeu, sítio é para isso. A não ser que você tem uma visão empresarial de investir alto e tudo, mas precisa de investimento (ADRIANO/Lote "A").

É nesse sentido que Wanderley (2009, p.121) vai afirmar que "(...) a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica na reconstrução de sua própria identidade profissional". O agricultor moderno, como disse Adriano, passa a ter a necessidade de ter visão empresarial e ser capaz de lidar com tarefas que vão desde tratar o gado, tirar leite, plantar e colher os alimentos até a contabilidade, contratos de financiamentos para investimentos e visão de mercado.

Porém, devido à falta de capacitação, assistência técnica sofisticada e acesso a capital por meio de financiamentos, todos os entrevistados afirmaram que não é possível viver, do modo como se apresenta hoje a realidade do campo, exclusivamente da produção do lote. É o que diz Édson, do lote "C", sobre a possibilidade de se viver somente da produção no lote: *"Olha, dá para passar meio apertadinho, você tem que tirar um monte de coisa. Só sei que é difícil, dá para viver, mas no limite. (pausa) Não dá"*.

Assim sendo, a realidade mostra que as localidades rurais, atualmente, estão cada vez mais voltadas para atividades não agrícolas dentro e fora das localidades rurais, ou seja, estão marcadas pela pluriatividade<sup>36</sup>. Esse conceito é importante, pois possibilita

---

<sup>36</sup> Antes de prosseguir é importante pontuar que o uso do termo pluriatividade na pesquisa se faz de modo a pensar as estratégias que os sujeitos da segunda geração encontram para elaborar estratégias de permanência.

juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Assim, permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias (DEL GROSSI; SILVA, 1998, p. 26).

Os quatro lotes pesquisados apresentam esse cenário, uma vez que nenhum está voltado unicamente para a produção no lote. Em todos os sujeitos estão envolvidos em atividades diversas, ligadas diretamente a agricultura ou sem relação direta. São novas formas de organização dentro dessas localidades, que assumem novos significados e buscam ser alternativas ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão agrícola dominante. É o que Scopinho (2010) irá sugerir como sendo a capacidade dos trabalhadores no assentamento de não só interpretar a realidade vivida e partilhada, mas de agir de forma propositiva e transformadora. Os lotes e o Assentamento como um todo ficam, assim, marcados pela variação de um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas. Isso é apontado como decorrência da

(...) ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, sobretudo as mais próximas das grandes cidades. Destacam-se também as famílias pluriativas, que se caracterizam pela combinação da atividade agrícola a outras ocupações, como estratégia familiar de melhoria das condições de vida, ou mesmo, como condição de permanência no campo (CARNEIRO, 2012, p.29).

---

Portanto, levo em consideração todo processo histórico de usurpação dos sujeitos de suas terras que os fizeram permanecerem somente com a força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Assim, quando conquistam um pedaço de terra, as marcas históricas dessa usurpação não são apagadas totalmente e o sistema social voltado ao capital não permite total autonomia com a terra e por isso, para sobreviver buscam estratégias múltiplas de trabalho e geração de renda. A pluriatividade, que é uma realidade para as populações rurais há décadas, deve ser vista como resultado de uma realidade que não proporciona a viabilidade da permanência no campo somente com o trabalho agrícola, ou seja, é a única opção de manutenção dos pequenos produtores agrícolas marginalizados pela modernização conservadora do campo. Toda a lógica dos agentes estatais que estão voltados a agricultura capitalizada e de grandes extensões não proporciona políticas pertinentes que viabilizem a produção e a renda necessária para a vida no campo para agricultura familiar (SILVA, 1999; SCOPINHO, 2009; MARTINS, 2004; MARX 1964).

Sintetizando, a situação dos lotes em relação ao trabalho e geração de renda é a seguinte<sup>37</sup>:

- No Lote “A” existem atividades agrícolas e não agrícolas. Agrícolas na produção de pepinos em estufas, por meio de emprego de trabalho assalariado de outros assentados; não agrícola na atividade empresarial de Adriano de compra dos produtos dos assentados e revenda no CEASA (denominada como a principal). A renda de Adriano, portanto, é formada por atividades no setor de produção de legumes, exploração de mão de obra e atividade empresarial;
- O Lote “B” tem uma complexidade maior, pois há duas famílias que vivem dele. A família de Júlia exerce atividades agrícolas de plantio de maracujá e horta para a CONAB e algumas vacas de leite para consumo próprio e para fazer queijos que são consumidos e/ou vendidos. As atividades não agrícolas é a venda de produtos da revista Hermes e Avon e de queijos e doces desempenhada por Cássia. Há também o emprego de seu marido no lote “A” como produtor (denominada como a principal). A configuração da renda fica definida por atividades de produção agrícola, emprego em atividade agrícola e venda de produtos caseiros e não agrícolas. Claudinei, que mora no mesmo lote, desempenha como principal ocupação a atividade não agrícola de pedreiro no município de Promissão e como atividade agrícola produz hortaliças para venda para a CONAB e arrenda a maior parte do lote para plantação de milho transgênico. A renda fica definida por atividades agrícolas, emprego não agrícola na cidade e arrendamento.
- Lote “C”. As atividades desse lote são divididas em agrícolas por Édson, com gado de leite (denominada como a principal) e plantação para a CONAB e atividades não agrícolas desempenhadas por Selma que é funcionária em cargo de confiança da administração pública do município de Promissão (denominada também como principal). A renda fica composta, assim, por atividades agrícolas e atividades não agrícolas exercidas na cidade.

---

<sup>37</sup> Aqui são apresentados lotes em que há sujeitos que apresentam somente uma ocupação( ex. Lote “C”, Selma), entretanto esses lotes são considerados pluriativos por considerar que a composição da renda famílias vem de atividades distintas.

- No lote “D”, Gilson não exerce nenhuma atividade produtiva. As atividades de produção do lote ficam a cargo de um tio, uma vez que os pais são idosos e enfermos. A atividade de Gilson é de cabeleireiro no salão que abriu no município de Promissão. Sua renda é composta por essa atividade.

Como visto, todos os sujeitos pesquisados fazem mão dessa estratégia de combinação de atividades para garantir a possibilidade de permanência, fonte de renda e conseqüentemente maior acesso a bens e serviços. Ou seja, existe uma gama de atividades que são realizadas para que eles consigam renda para poder continuar a viver no lote. E essas estratégias são formuladas sem contar com apoio de financiamento. Esse elemento fica evidenciado com a fala de Cássia, do lote “B”:

Eu fui atrás de um projeto, como é que chama? PRONAF Mulher. Ah eles pedem muita coisa, nossa senhora, para eu comprar gado, então até aí ele não estava trabalhando lá registrado (referência ao trabalho de seu marido no lote de Adriano), mas pediu muita documentação, muita coisa mesmo aí eu falei, ah Leonardo não vai dá. Fiador, quem é que hoje que... eles pediram. Aí eu falei assim, quem é que hoje que vai emprestar o nome para a gente, para gente fazer um empréstimo no banco para mexer com gado?

O seu irmão Claudinei, do lote “B”, disse a mesma coisa quando perguntado sobre financiamento,

Sinceramente, agora eu não pretendo correr atrás disso não. Dá muita dor de cabeça, por exemplo, quando a mãe falou que era para eu vir que era para eu fazer esse projeto, mais ou menos nós fomos umas trinta e duas vezes na cidade, eu e ela, você coloca trinta e duas vezes na cidade, você paga dez reais nos dois de passagem, era dois e cinquenta na época eu acho, já daria dez, mais uma coisa que se vai para comer, você vai desanimando, você vai lá sempre a mesma resposta, a mesma resposta, a mesma resposta. Não é que é trabalhoso, você tem que ter paciência também para as coisas, mas você vê que não desanda. Desanda para uns que tem influência lá dentro e para quem não tem não desanda. Aí você vai desanimando! Se depender eu não pretendo mexer com o negócio de projeto mais não, mas que eu vou com minhas próprias pernas eu vou.

Sua fala, junto com a de sua irmã, demonstram que existe grande dificuldade para se conseguir acessar financiamento, não só pela falta de fiador, mas pela própria morosidade do processo e, além disso, aparece na fala certo favorecimento para que alguns sujeitos consigam acessar com mais facilidade que outras. Essa questão eu não pude aprofundar e verificar se é apenas atrito com os que acessam ou se realmente existe favorecimentos. O importante é notar que foram desfavorecidos e por isso encontram maior fragilidade em relação à permanência, uma vez que sem financiamento é difícil obter capital para investir na produção.

Outro ponto levantado, além do capital e financiamentos, foi a qualificação técnica. Segundo todos os entrevistados a assistência até existe, mas os técnicos do ITESP e do INCRA, que dão assistência no assentamento, são poucos para o número de famílias. Esses técnicos, segundo os assentados, trabalham sob as demandas e necessidades requisitadas pelas famílias, não contribuindo com novidades de produção e formação. Por conta dessa situação, muitas famílias acabam plantando e somente quando surge um problema buscam orientação técnica. Foi o que aconteceu com a plantação de maracujá de Cássia, do lote “B”,

Nos plantamos maracujá, quando você veio aqui nós ainda não tínhamos plantado maracujá? Duzentos e poucos pés de maracujá nós plantamos, só que como a gente não foi atrás do agrônomo, alguém para ajudar nós, nós plantamos sem orientação... Nós plantamos com dois metros de distância, um pé um do outro, e por fim ele enramou, o agrônomo falou que a gente tinha que ter podado, já que plantamos muito perto um pé do outro, e deu no que deu e agora morreu um bucado dos pés, e são dois anos produzindo. A Silvana que fez as mudas, a nora da dona Lurdinha, foi ela que fez as mudas para mim, ela falou assim: “Olha, são dois anos produzindo, cuidando bem” (CÁSSIA/ Lote “B”).

No lote “B”, Claudinei também teve dificuldades com uma plantação que fez,

(...) plantei a primeira vez não deu certo, plantei o quiabo para poder produzir ele irrigado, aí não deu certo, não sei por que não deu, se foi a terra, se foi adubo, se foi alguma coisa.

### **Você pediu assistência?**

Veio o pessoal aí do ITESP. Os caras vieram aí, deram umas instruções, passei adubo, mas não adiantou (Depois eu soube por ele mesmo que a procura pelo ITESP se deu depois que a plantação estava com problemas). Aí, que nem assim, eu gastei um tanto, ele me produziu a metade que eu gastei, ficou minha mão de obra, e eu devendo o que eu tinha comprado. Aí deu uma desanimada.

Posteriormente, Claudinei disse ser esse empreendimento mal sucedido que determinou a sua busca por um trabalho alternativo, no caso pedreiro. Esses casos revelam que não é somente o capital, mas a qualificação somada ao capital que vão possibilitar que haja investimento e retorno satisfatório para possibilitar a permanência.

Todavia, essas estratégias, de variados tipos de ocupação por um mesmo sujeito ou pela família, não podem ser vistas como um simples processo de aculturação e “descampenização” do campo. A pluriatividade deve ser vista como a resposta do agricultor familiar ao processo de modernização, que tem a capacidade plástica de relacionar e reinventar as suas tradições culturais às novidades trazidas pela relação com outras localidades. Essa ressalva é importante para romper com o paradigma da cultura camponesa como passiva e oposta à mudança. A cultura camponesa não deve ser vista como algo estático, mas inserida na dinâmica da sociedade e capaz de se reelaborar diante das novas estruturas, sem abrir mão de seus valores, visão de mundo e formas específicas de organização social (CARNEIRO, 2012).

Essas múltiplas formas de vividos e estratégias possibilitam uma maior integração por partes desses sujeitos às lógicas do mercado. A exploração de outras atividades acaba por introduzir novas possibilidades de trabalho complementares ou alternativas à agricultura, ampliando assim, a rede de sociabilidade. E por fim, esse sujeito do campo afirma a sua identidade em um processo no qual as características do campo e da cidade se misturam, ou seja, “(...) são cidadãos plenos, em articulação com os habitantes das cidades” (WANDERLEY, 2009, p. 134).

Não é possível, portanto, pensar a ruralidade somente como penetrada pelo mundo urbano e industrial, mas sim em uma troca de bens simbólicos e materiais, de práticas culturais e representações sociais dialéticas. Assim, o importante é deixar claro, por meio do ponto de vista dos sujeitos os significados de suas práticas sociais que operacionalizam

essa interação e que alteram tanto o campo como os centros urbanos. Esses sujeitos que tem a possibilidade de viver na localidade rural revelam em sua fala os valores e os elementos que buscam como disponibilidade, espaço e relações sociais de interconhecimento. Deste modo, foi possível perceber a formulação de novas identidades sociais, não mais ligadas ao dito *ethos* camponês tradicional, mas forjadas por meio de novas relações sociais e de consumo que ocorrem por meio da experiência e sentimentos que os sujeitos viveram em suas trajetórias.

## **CAPÍTULO IV: OS DESENCONTROS: AS NOVAS TRILHAS DA SEGUNDA GERAÇÃO**

Neste capítulo buscarei mostrar o quanto o projeto e objetivos da segunda geração da agrovila Campinas, do Assentamento Reunidas, diferem, em certos aspectos, dos da primeira geração que chegou ao Assentamento. Para a realização desse contraponto, no que tange a primeira geração, utilizo depoimentos de uma pesquisa de campo realizada no ano de 2011 na agrovila Campinas no Assentamento Reunidas somados a outros colhidos por pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas Agrário e Ambiental da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília e registrado no livro: “*Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*” organizado por Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (2011)<sup>38</sup>.

A escolha de usar depoimentos de outra pesquisa e de outros trabalhos justifica-se, pois o foco dessa dissertação é justamente a segunda geração, sendo assim, buscar as fontes em trabalhos que tiveram como foco os elementos da primeira geração permite perceber com maior clareza e profundidade os elementos dos projetos de vida dessa geração. Deste modo, os depoimentos utilizados que se referem à primeira geração estão caracterizados em notas de rodapé, pois o foco não é a trajetória e história desses sujeitos, mas sim os elementos de sua fala que revelam o pensamento, os sentimentos e os projetos do grupo denominado aqui de primeira geração.

---

<sup>38</sup> Os depoimentos do referido livro abrange outras agrovilas do Assentamento Reunidas.

De antemão é possível afirmar que a primeira geração pode ser caracterizada, em linhas gerais, aos valores do que Brandenburg (2010) denominou de *rural tradicional*<sup>39</sup>. Neste rural tradicional está compreendida a grande propriedade por um lado e a pequena propriedade familiar por outro, e é aos valores dos sujeitos dessa última que é possível traçar os paralelos com os sujeitos da primeira geração do assentamento. Essa relação é viável, pois a grande maioria dos sujeitos envolvidos no processo de reivindicação das terras da fazenda Reunidas no município de Promissão traziam em suas experiências e sentimentos os valores do ambiente rural tradicional. Resquícios do tempo que viveram, ou que seus pais viveram no campo, mas que devido à expulsão e aos despejos ocorridos aparecia somente como uma memória idílica guardada enquanto “tocavam” a vida nas periferias das cidades. Realidade urbana que provoca grande sentimento de estranhamento como pode ser visto no seguinte depoimento,

Eu cheguei na cidade, pra mim foi assim [...] uma transformação, eu ter que enfrentar tudo aquilo que não era da minha natureza, aquilo que eu nunca tinha visto antes na minha vida. Ônibus super lotado. Gente que num se conhece, um que desconfia do outro. Num ponto de ônibus ninguém olha de lado, tudo um com medo do outro, desconfiado do outro. Se a criança adoce tem que levar no médico sozinha porque o marido está trabalhando de empregado e não pode ir junto. Ai tive que aprender a viver aquela vida dura e tão estranha<sup>40</sup>.

Esse depoimento mostra que mesmo estando nas cidades esses sujeitos ainda preservaram os valores morais e éticos desse rural tradicional inscritos em suas memórias e que compreende relações de vizinhança, sentimento de pertencimento e compadrio visando a reprodução física, social e do ambiente. “O rural nesse sentido resulta de ações coletivas que fazem dele a construção de um espaço ou território de vida e trabalho”

---

<sup>39</sup> Ao realizar tal caracterização, o referido autor não pensa em uma caracterização homogênea e fechada. A pretensão é trazer a tona alguns elementos que são significativos de um determinado grupo social. A partir dessas definições o autor vai afirmar que o rural brasileiro deve ser pensado como espaços e tempos diferenciados que se inter cruzam formando um mosaico (BRANDEMBURG, 2010).

<sup>40</sup> Lúcia, 46 anos, moradora da COPAJOTA na agrovila Campinas, mãe de dois filhos. Depoimento de abril de 1999 (NABÃO, 2011). Os depoimentos que se referem a esta pesquisadora não são caracterizados com os nomes verdadeiros. Os próximos nomes que se referem a esta pesquisadora serão indicados da seguinte forma: “nome fictício”.

(BRANDEMBURG, 2010, p.420). E é por esse espaço de vida que vale a pena lutar e que aparece de forma muito forte na fala da primeira geração,

Quando saiu esse negócio de terra o “Adelmo” ficou doidinho, acho que se ele num conseguisse era capaz de morrer. Então nós resolvemos acampar. *Nós dispomo de tudo que tinha prá pode acampar.* Vendemos a casa, e um terreninho. Nós tínhamos perua Kombi, o Adelmo vendeu também (grifo meu) <sup>41</sup>.

O que se percebe, deste modo, na motivação da primeira geração que vai em busca de terra é o forte estranhamento nas cidades em relação aos valores rurais tradicionais em uma realidade cotidiana maçante e desenraizadora. E quando surge a oportunidade de romper com o cotidiano que se demonstrava insuportável nas cidades e nos trabalhos em fábricas e de boias frias, surge o momento da invenção, da ousadia e da transgressão e os sujeitos colocam-se em busca da volta ao modo de vida que sempre guardaram em sua memória. Nesse sentido é importante pontuar que não são somente os problemas econômicos e sociais que motivam a busca de se voltar a terra, mas o desconforto existencial que muitos desses sujeitos passaram ao viverem nos grandes centros urbanos. Essa ressalva é importante, pois não é incomum encontrar sujeitos da luta que se achavam em boa situação financeira antes de se inserirem no movimento, mas que não se sentiam realizados no trabalho assalariado e com a vida na cidade. Assim, estes sujeitos não devem ser vistos como vítimas e incapazes de pensarem e refletirem estratégias de superação da situação que se encontram, ou como inábeis econômica e politicamente e que por isso deveriam ser conscientizados e conduzidos. A seguinte fala mostra de forma clara essa relação entre MST e os sujeitos da reforma agrária,

Em Campinas nós compramos um terreninho e já tinha construído uma casinha, quando apareceu aquele pessoal perguntando quem queria terra, quem que tava interessado em participar de umas reuniões que era o pessoal do MST e da igreja

---

<sup>41</sup> Nilda (nome fictício), 48 anos, nascida em Promissão, moradora da agrovila dos “44”, casada, mãe de quatro filhos. Depoimento de abril de 1999. (NABÃO, 2011).

que tava fazendo e coisa e tal. A senhora sabe que eu num pestanejei, nem nunca tinha ouvido falar neste tal de MST, o que eu sabia é que queria terra<sup>42</sup>.

Nestes termos as propostas do MST, muitas vezes, não abarcam totalmente os anseios dos sujeitos. Se, por um lado, o discurso político e econômico do movimento tem como mote a luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna no intuito de buscar solucionar os graves problemas estruturais do país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação e a exploração do trabalhador urbano e rural (STEDILE; FERNANDES, 2001). Por outro lado, os sujeitos veem no movimento a oportunidade de buscar sua autonomia e liberdade na reconstrução de um projeto de vida ligado a sua herança cultural, tradição e memória. E é na conciliação desses projetos que surgem a diretriz ética do movimento que é a condenação da propriedade privada e a luta para destinar a terra a quem nela trabalha (SIMONETTI, 2011).

Assim sendo, é possível afirmar que para estes sujeitos a terra é vista como um valor de uso, sem uma conotação mercantil e mercadológica. A terra é vista como o lugar bom e seguro: “o paraíso”. E ter acesso a ela é ter trabalho livre, é garantir casa, comida, saúde, paz, tranquilidade e liberdade, enfim, é ter uma vida mais plena e digna e que comporta uma maneira de ser e estar no mundo que permite um existir próprio pelo qual vale a pena lutar. Em síntese, o que se busca “(...) não é um lugar qualquer, é um lugar mítico, construído como local de moradia, de criação-recriação da sociabilidade, objeto de trabalho e meio de vida” (NABÃO, 2011, p.16).

Os pontos que seguem articularão esses valores como característicos dos sujeitos da primeira geração, em contraste com os valores que definem a segunda geração. O primeiro ponto para esse debate será a **terra** vista pela primeira geração como **local de trabalho**, e que na segunda geração será vista como meio de viabilizar renda, ou seja, vista como **capital**. No segundo ponto trarei a baila a questão da visão de **autonomia**, que de certa forma está muito ligada a relação da terra como local de trabalho, versus a busca de **inserção no mercado**. E por fim o embate da visão das soluções dos problemas de

---

<sup>42</sup> Clarisse (nome fictício), 59 anos, casada, mãe de cinco filhos, moradora da agrovila Birigui. Depoimento de abril de 1999 (NABÃO, 2011).

infraestrutura e investimento encampados pela primeira geração por meio do **cooperativismo** e a segunda geração em busca do **assalariamento**.

#### 4.1 Terra como trabalho versus terra como capital

Como já indiquei na introdução desse capítulo a terra é muito cara, no sentido afetivo da palavra, para os sujeitos da primeira geração, pois antes mesmo de enxergá-la como local de trabalho a vê como extensão de seu próprio corpo em uma ligação quase mística e divina. Essa interação, dos sujeitos com a terra, é colocada por Marx (1964) como resultado das experiências e valores culturais construídos por meio do *trabalho*<sup>43</sup> em uma contínua e teleológica transformação da natureza, através da qual os sujeitos naturalizam-se e, simultaneamente, humanizam a natureza. Elemento que se perde, segundo o autor, com o advento da sociedade capitalista e a alienação dos sujeitos da sua condição de ser genérico que tem a terra como corpo inorgânico, ou seja, a terra como prolongamento do próprio corpo e formuladora de suas identidades. Nas palavras de Bourdieu (1979) o desencantamento do mundo e o desenraizamento nas sociedades rurais se dão justamente dentro desse processo a partir da aplicação de categorias estranhas à experiência do camponês, levando a desaparecer os encantos e prestígios que levavam a atitudes de submissão e homenagem a natureza e fazendo surgir a distinção entre o aspecto técnico e o aspecto ritual da atividade agrícola. A transformação desses sujeitos em força de trabalho é, portanto, resultado de um longo processo histórico, como visto no segundo capítulo, que passa por métodos violentos e expropriações da terra, dos instrumentos de trabalho e da própria subjetividade e identidades desses sujeitos.

Nesse sentido a volta à terra pelos sujeitos da primeira geração significa voltar a ter essa ligação ritual, mas obviamente de forma resignificada, pois a terra na visão deles é tida como provedora de vida e não como uma saída econômica, no sentido do que Bourdieu (1979) vai chamar de *ordem social camponesa* vinculada aos rituais de submissão e homenagem à natureza, de união do trabalho (visto como dever social) com seu produto, da tradicional prudência que garante a previsibilidade e a segurança

---

<sup>43</sup> Nas sociedades pré-capitalistas esse trabalho não é visto como uma finalidade em si mesmo e orientado em direção a um fim econômico, mas sim orientado à função social que faz parte dos deveres tradicionais e a ligação ritual de submissão e homenagem à natureza (BOURDIEU, 1979; MARX, 1964; WEBER, 2004).

existencial e da rede das relações sociais. E é dentro dessa *ordem social camponesa* que os sujeitos da primeira geração enxergam a possibilidade de reconstrução de um modo de vida ligado a sua herança cultural e a tradição que estão inscritos em suas memórias. Todos esses elementos ficam claros quando esses sujeitos remetem-se ao significado da terra para eles,

O que é a terra pra mim? Vou te dizer que a terra faz parte da minha natureza. Foi assim mesmo que eu respondi pro meu marido quando ele invocou de não querer vir. Ele é da terra assim como eu, mas achou que nós não sabia mais viver na terra, que fazia muitos anos que nós vivia na cidade. [...] Foi ai que o marido invocou que eu estava doida, que ele num queria mais ir pra terra de jeito nenhum. [...] Então ele veio com aquela conversa de que nós não estava mais acostumado com a terra, que já fazia muitos anos que morava na cidade e que nós já não ia saber viver na terra. Então eu perguntei pra ele: você já se esqueceu como é que faz filho? Ele me respondeu: credo mulher, você tá achando que eu não dou mais no coro, tá besta ou o que que é então? Ai eu disse pra ele: besta é você, que não é disso que eu estou falando! Assim como é da natureza humana fazer filho e num esquece como é que faz também é da nossa natureza viver na terra! Como é que nós num vai mais saber mais morar na terra se é da nossa natureza ser da terra?<sup>44</sup>

Nessa fala a frase “*é da nossa natureza ser da terra*” merece destaque, pois demonstra que a existência do sujeito está relacionada e subordinada a ligação com a terra bem aos termos postos por Marx (1964). A terra é vista como prolongamento do corpo e da própria vida e por isso o “ser” da terra, no sentido ontológico, expressa uma relação simbiótica como diz Silva (2004), ao tratar das particularidades históricas que caracterizam os pobres do campo.

Estas particularidades referem-se à relação estreita com a natureza, advindo daí várias culturas – cabocla, caipira, caiçara, gaúcha – segundo a localização geográfica. A itinerância, que caracteriza suas trajetórias, não demoliu totalmente os traços culturais do modo de vida de antes. A simbiose homem/natureza não é produzida somente por meio do conhecimento, do saber

---

<sup>44</sup> Clarisse (nome fictício). Depoimento de agosto de 1999 (NABÃO, 2011).

que o homem detém sobre a natureza, mas também pelo respeito e até mesmo pela divinização – manifesta por meio de festas religiosas, rezas e promessas na época das colheitas (SILVA, 2004, p.67).

O fato, de esses sujeitos viverem na “itinerância”, na constante mudança e deslocamento não faz com que a ligação com a terra seja esquecida, pois essa relação não é resultado da racionalidade, mas sim da ligação sentimental e transcendental formulada no ser desses sujeitos. E essa ligação é tamanha que por mais que se passe longos anos distante da terra nunca se esquece como se lida com ela, pois “*é da sua natureza*”, ou melhor, mais que *ser da natureza*, existe o fato de que se “*é*” da terra, em uma verdadeira relação de pertença: “*Ele é da terra assim como eu*”. Essa frase é de grande profundidade e reveladora, no sentido de expressar a declaração de que a própria existência é fruto da terra. E, além disso, revela a submissão, a homenagem, a reverência e a divinização da relação com a terra e a natureza, uma vez que não é a terra que é deles, mas eles que são da terra. Neste véis surge a seguinte indagação de Bourdieu (1979, p. 41-42),

Devemos nos surpreender que ele (camponês) não considere sua ação como *trabalho* no verdadeiro sentido, que se recuse tratar como matéria bruta essa natureza onipotente que suas crenças povoam de encantos e de mistérios, que é o lugar de uma sagração difundida e impessoal, fonte de todas as desgraças e de todos os benefícios?

O próprio autor vai responder a essa questão ao afirmar no sentido de que para esses sujeitos a terra não é um valor de troca, mas sim um valor de uso e isso se revela no sentido do trabalho que é formulado por esses sujeitos: “O camponês, propriamente falando, não trabalha, fadiga-se. De acordo com o provérbio Cabila: ‘dá à terra (o teu suor), ela dar-te-á’”. (Bourdieu, 1979, p.42). O trabalho na terra nesse sentido se revela como uma categoria central carregada de significados morais e éticos em uma estreita relação de troca de dádivas, pois os frutos recebidos da terra são resultado de uma profunda dedicação e “suor” dentro de um ciclo imposto e respeitado pela natureza.

Nestes termos, os depoimentos apontam que a vida fora desse marco referencial, que é a terra, significa viver uma vida apartada, ou nos termos de Bourdieu (1979) uma

vida desencantada, pois retira do sujeito a referência da terra, dos seus instrumentos de trabalho e toca em sua estrutura de sentimentos ferindo sua subjetividade e identidade como afirma Marx (1996, 274-275),

(...) todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, *mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial*, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; *aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho* na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma: desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, *transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho*, jogam sua mulher e seu filho sob a roda de Juggernaut do capital [grifos meus].

A transformação dos trabalhadores em seres parciais e alienados do processo produtivo faz com que esses sujeitos encarem o trabalho como uma “*labuta odiosa*”. Esse é o sentimento que os sujeitos têm ao terem que se submeter aos trabalhos nas cidades e grandes centros que consomem toda a sua vida e seu tempo. O trabalhador, desprovido dos meios de produção vende ao capitalista a única coisa que possui para garantir sua sobrevivência: a sua força de trabalho. Nesse sentido eles já não são mais sujeitos, mas sujeitados a uma lógica capitalista e se transformam em apêndices das máquinas em subempregos, pois devem desempenhar as funções segundo as diretrizes do capitalista. Nesse processo o trabalhador não tem mais controle sobre seu tempo e sua produção e passam a perceber o processo de alienação e degradação que estão envoltos uma vez que não reconhecem as razões que determinam a divisão social do trabalho e seu papel na produtividade dos produtos na cadeia do trabalho global. E é para fugir dessas condições de trabalho maçantes e alienantes e é em busca de se ter o controle, o conhecimento, a organização e os resultados da sua produção em um trabalho para si e para sua família que esses sujeitos buscam retornar a terra (MARX, 1996). Essa busca pode ser percebida nos dois relatos que seguem,

No campo, em cima de um pedaço de terra da gente, nós podemos perder um dia de serviço. Está cansado de trabalhar, de repente você fala - Ah, vou dá uma pescada pra descansar. Eu posso fazer isso. Lá não. Lá na cidade você é obrigado a ir todo santo dia. Está frio, está chovendo, tá sol, tá doente, você é obrigado a marcar seu ponto. Lá é que o médico vai dispensar se achar que deve, é diferente. Aqui não, aqui embora a dificuldade também é grande, tem essa liberdade morar no campo que nem nós mora aqui, é uma dádiva de Deus<sup>45</sup>.

O cara quando sai da terra perde um pouco da sua natureza, do seu jeito de ser. O cara fica desajeitado, em todo lugar ele se sente estranho, não encontra paradeiro, tá sempre querendo mudar de lugar, num se aquieta, parece que nada tá bom, que serviço nenhum dá certo. Em quase dez anos morando na cidade fui motorista, eletricitista e carpinteiro, nunca consegui nada na vida, sabe por quê? Nunca fiz nada disso por gosto, *mas por precisão*. Quando o cara trabalha por gosto a coisa é outra<sup>46</sup>.

Os depoimentos demonstram que o trabalho fora dos parâmetros dados pela terra, mas sim pelos ditames da aplicação técnica do capital nas cidades, nas fábricas e até no campo em terra alheia não são realizadores e por isso se faz somente por que é preciso garantir a existência de alguma forma: *“por precisão”*. O trabalho aparece como algo que não pertence ao ser do trabalhador. O desconforto, o desenraizamento e o peso de se desempenhar essas outras funções é claro nos depoimentos uma vez que a afirmação demonstra que nessas relações fora da terra *“se perde um pouco da sua natureza, do seu jeito de ser”*. É desse processo de proletarização e de domínio que esses sujeitos buscam fugir e que pode ser sintetizado da seguinte forma: *“Eu não trabalho para patrão! Não nasci para ser mandado por outro”*.<sup>47</sup> Tomando esses pressupostos, Woortmann (1990) afirma que esses valores ligados a terra, ao trabalho, a liberdade e a família vão compor o que se pode chamar de ética camponesa. Ética resgatada pelos sujeitos da luta pela terra como fundamento de *ser, estar e pensar* o mundo e a terra como local de trabalho que congrega e dá sentido a esses valores simbólicos. Em outros termos, a terra compreende

---

<sup>45</sup> Benê, morador da agrovila Campinas. Depoimento de 1997. SMONETTI, 2011.

<sup>46</sup> Adelmo (nome fictício), morador da agrovila dos “44”, casado, pai de quatro filhos. Depoimento de abril de 1999 (NABÃO, 2011).

<sup>47</sup> Vicente. Assentado no município de Porto Feliz – SP. SIMONETTI, 2011.

mais que local de trabalho, mas a própria natureza que é a expressão de uma moralidade (WOOORTMANN, 1990; SIMONETTI, 2011).

No universo camponês a vida se estabelece através da sociabilidade local, do direito costumeiro, da ótica moral que se opõe aos princípios capitalistas de produtividade e rentabilidade. Ao contrário deste, o trabalho camponês busca a valorização do trabalho familiar como elemento central das relações de produção (SIMONETTI, 2011, p.57).

Assim, o reencontro com a terra compreende um arranjo nas relações sociais no qual se reduz ou até se dissipa a exploração, o desemprego, a miséria e a alienação. Por isso nos relatos a terra é referenciada com amor no sentido do reconhecimento da possibilidade de reestabelecimento de raízes que foram outrora cortadas, mas que graças a luta e a perseverança podem se fincar novamente na terra e proporcionar um novo enraizamento. A terra é, nesse sentido, representada como a mãe que nutre, alimenta com fartura e proporciona a vida. Todavia é a mãe que retribui a quem a ela se dedica, ou seja, nela trabalha: “*A terra, sem dúvida, essa grande mãe está aí. Então eu agradeço a Deus de coração por isso*”<sup>48</sup>.

Estando na terra existe a possibilidade de se ter o controle do trabalho, diferente do trabalho alienado que se experimentava nas fábricas ou em terras alheias. O trabalho na terra é reconhecido como pesado, mas *livre*, onde os resultados da produção não são apropriados pelo capitalista e o tempo é determinado segundo sua consciência e necessidade. Enfim, é trabalho concreto em que se desfruta dos frutos palpáveis de cada colheita. Em síntese é a resistência à transformação da terra em monopólio do capital, do trabalho alienado e na afirmação de um modo de vida e trabalho ligado a valores morais camponeses (SILVA, 2004, SIMONETTI, 2011).

Não é possível afirmar que as falas e práticas da segunda geração vão contrariar totalmente essa visão, pois, conforme discutido no tópico sobre as motivações para permanência, é notório que em grande parte esses valores permanecem nos sujeitos da segunda geração, mesmo com outras roupagens: ressignificados. Todavia, existem pontos nas falas que demonstram uma mudança de concepção de trabalho na terra e o que se

---

<sup>48</sup> Zé Carlinhos, morador da agrovila Campinas. SIMONETTI, (2011).

espera dela. No caso de Adriano, do lote “A”, é possível perceber essa mudança na fala que segue,

Para te falar a verdade é o seguinte: Quando eu comecei com o CEASA eu vi que *dava um retorno bom*, você entendeu? Naquela época já dava um retorninho até bom e já era duas vezes o salário que na época minha área formado ganhava. Aí eu parei mais por causa disso, que *dava um retorno bom*. E até hoje o colega meu lá o Tauzinho que formou está trabalhando na área lá em São Paulo só que ele ganha bem menos. E pra mim ficar *no sítio é outra vida né. Mais sossego, mais tranquilidade*.

Retomo essa fala do Adriano, pois ela deixa bem clara a mudança no que tange aos objetivos buscados quando se trabalha na terra. Na fala é possível perceber, por duas vezes, que a motivação para a permanência no lote está balizada pela possibilidade do bom retorno financeiro com a venda de produtos no CEASA: “*dava um retorno bom!*”. Como já fora discutido anteriormente, esse retorno está ligado a possibilidade de se conseguir boa renda e conseqüentemente acesso aos bens de consumo. A isso se soma a possibilidade de sossego e tranquilidade que se pode ter com a vida *no sítio*. Destaco a palavra *sítio*, pois ela em certa medida substitui o uso da palavra *lote*, no discurso de Adriano e de muitos outros sujeitos da segunda geração. O uso da palavra *lote* deixa claro que aquele local é resultado de uma conquista por meio de uma luta social e política enquanto a palavra *sítio* omite esses elementos e o coloca como um local como todos os outros de produção em pequena propriedade. A palavra *sítio* também aparece no lugar da palavra *terra*, o que demonstra a instrumentalização do espaço e o distanciamento de uma ligação mística e devocional que se pode perceber nos sujeitos da primeira geração.

Esse elemento de distanciamento da visão da terra como elemento constituinte da sua natureza e como mãe provedora aparece quando pergunto a Adriano, do lote “A”, qual são as técnicas de plantio que ele usa e se estava em busca de implementar novas tecnologias ao processo produtivo. Depois de me descrever como isso se dava em seu lote a fala é encerrada da seguinte forma,

Hoje em dia você tem que *pensar empresarial*, você tem que ter visão, você não pode ficar *retrocedendo que nem plantava a dez anos atrás* que não passava veneno. Hoje em dia não tem jeito, você tem que *por no custo* e entrar com o químico.

Nitidamente, quando a frase é construída com a expressão, “*tem que pensar empresarial*”, ele se remete a necessidade de se buscar uma aproximação maior com a lógica do capital de investimento, principalmente quando diz: “*tem que por no custo*”, o que remete ao cálculo racional evocado nas relações capitalistas e que não aparecia anteriormente. A busca agora é pelo lucro a despeito de uma dita relação moral com a terra o que coloca em xeque os antigos valores do chamado dito *ethos* do camponês tradicional onde o objetivo principal não era o lucro, mas a reprodução da família e de uma forma de vida ligada a liberdade no trabalho como será visto no próximo ponto. Essa tendência de se buscar uma produção mais capitalizada e racional e de uma nova visão da terra e da sua função social é declarada quando lhe pergunto quais são os projetos que vislumbra para desenvolver no lote,

Tem um projeto eu o Djalminha (sócio dele) de comprar maquinário para *arrendar terra*. Arrendar dos outros de 50 alqueires para mais. Só que aí ia precisar de um *capital alto* de uns 300 mil reais. A gente está vendo aí, analisando. Que é uma coisa boa arrendar também.

Em sua própria fala aparece a palavra *capital*. Mas não é qualquer capital é um *capital alto*, pois o investimento no projeto de arrendamento de terras deve ser dar de tal modo que se busque grande quantidade de terras para poder retirar o máximo possível de lucro do capital que se pensa investir. Isso está em consonância com o colocado por Marx (1983) ao tratar sobre a *renda fundiária e arrendamentos*. Segundo o referido autor essa relação de arrendamentos é resultado do modo de produção capitalista que transformou a agricultura, de algo empírico e tradicional, para o emprego científico da Agronomia onde havia condições econômicas e sociais que permitiam o investimento de capital. Esse processo de racionalização da agricultura fez com que alguns capitalistas que não possuíam terras buscassem alugar uma determinada porção de terra para investirem seu capital. “Na prática, naturalmente, aparece como renda fundiária tudo o que é pago em forma de

dinheiro de arrendamento pelo arrendatário ao dono da terra em troca da permissão de cultivar o solo” (MARX, 1983, p.130). Essa renda fundiária foi decomposta por Marx em três tipos: *renda diferencial de tipo I*, que está ligada a recursos que podem viabilizar um rendimento superior ao preço agrícola médio vinculado a elementos naturais (localização e fertilidade do solo); *renda diferencial de tipo II*, que está ligada ao investimento de capital para a intensificação da produção; e *renda absoluta*, que está associada a propriedade privada da terra e o modo de produção capitalista (MARX, 1983; LENZ, 1992; SANTOS, 2010).

Desses três tipos de renda é interessante dar destaque a última, renda absoluta, pois a partir dela é possível compreender mais profundamente a relação estabelecida no projeto proposto por Adriano. Nas palavras de Marx (1983, p.230) a “propriedade fundiária só atua de modo absoluto como barreira à medida que condiciona o acesso ao solo em geral, enquanto campo de investimento de capital, ao pagamento de um tributo ao proprietário da terra”. Ou seja, a renda absoluta só é possível por conta da existência da propriedade privada da terra, que garante a uns acesso a determinadas porções de solo em detrimento de outros. A necessidade do capitalista de acessar determinadas porções de terra, que normalmente não eram acessadas e por isso considerada, em hipótese, de menor qualidade, para realizar seus investimentos de capital leva a necessidade de o valor dos produtos agrícolas serem superior ao seu preço de produção. Nestes termos, na agricultura o capital esbarra, diferente da produção industrial, na terra já apropriada, limitada em quantidade e impossibilitada de ser produzida e reproduzida. Em síntese na teoria de Marx (1983), a renda absoluta busca explicar a aplicação de capital em terrenos tidos como menos férteis levando em consideração a propriedade fundiária privada e a renda a ser paga. A justificativa é o preço de mercado que chega a um ponto que permite pagar um excedente sobre o preço de produção (LENZ, 1992).

Partindo dessa reflexão é possível pensar o projeto colocado por Adriano de arrendamento de terras na agrovila. Primeiramente é possível perceber que se existe a intenção de arrendamento é porque o preço de mercado da mercadoria agrícola que se pensa produzir já chegou a um patamar suficiente que possibilite o pagamento do arrendamento da terra<sup>49</sup>. Entretanto, existe um ponto na teoria a ser observado, qual seja, a

---

<sup>49</sup> Diferente do que colocou Marx aqui não estou levando em consideração a qualidade do solo para a viabilização do arrendamento.

*aplicação de capital*, pois o arrendamento de terra significa que um capitalista, detentor de um capital que o proprietário da terra não possui, vai aplicar esse capital e produzir o suficiente para obter lucro e pagar a renda. Nesse caso, Adriano e seu cunhado buscam se tornarem esse capitalista para investir “*um capital alto de uns 300 mil reais*”. E o acesso a essas terras por meio do arrendamento é a estratégia encontrada para o aumento da produção e do investimento do capital, pois como visto na teoria da renda absoluta, o ponto central é justamente a propriedade privada da terra e a impossibilidade de sua reprodução. No assentamento isso é ainda mais complexo já que a propriedade da terra não é dos sujeitos que lá estão, na verdade eles possuem o direito de uso de seus lotes.

Entretanto, dois fatores principais, atualmente, dificultam a produção no lote e levam ao arrendamento. O primeiro, e mais notável, é o envelhecimento dos sujeitos da primeira geração que não possuem mais forças para produzirem em todo o lote e não contam com a ajuda de nenhum dos filhos/filhas, ou devido a uma tradição ética os sujeitos da primeira geração não passaram a responsabilidade de produção para seus herdeiros/herdeiras e por conta disso não contam com ajuda de alguém para dar continuidade no projeto de assentamento no lote. O segundo fator é o processo de capitalização e a falta de possibilidade de investimento de grande parte dos sujeitos da segunda geração em seus lotes, o que leva a um menor rendimento e conseqüentemente a busca de outras estratégias de conseguir renda desses sujeitos como o assalariamento o que induz a não possibilidade de dedicação ao lote e por isso o arrendamento de parte do lote. Esse segundo fator pode ser exemplificado com o caso de Claudinei, do Lote “B”, que tem a maior parte de seu lote arrendado para a plantação de milho, pois não tem capital para investimento em seu lote, logo possuía pouca renda e como estratégia trabalha de pedreiro na cidade em busca de um rendimento melhor.

Com esses elementos é possível perceber a mudança de concepção que ocorre em relação ao modo como a segunda geração percebe a terra, não mais como local de trabalho, visto como dever social, em uma relação de valor de uso, mas sim como capital, em uma relação de valor de troca e como meio de se produzir lucro como aparece na fala de Adriano. E quando não há a possibilidade de se obter lucro e renda suficiente da terra o caminho é buscar outras formas de se ter essas garantias, pois a terra deixa de ser vista como capaz de prover o sustento, a renda e a garantia de vida da família. Nesse sentido, como mostrado no tópico sobre as estratégias e arranjos de permanência, o que marca a

segunda geração é a busca de fontes de trabalho e renda que não necessariamente passam por atividades de produção na terra (isso aparecerá melhor no próximo ponto).

Assim, enquanto a primeira geração evocava a terra como mãe provedora a segunda geração a vê como um dos meios de se conseguir renda e se não consegue arrenda e parte em busca de outros meios de adquirir renda. E no limite, a terra perde esse estatuto de provedora, pois nas falas aparece, em uníssono, a impossibilidade de se viver somente da renda que se retira do trabalho na terra. A fala de Édson, do lote “C”, demonstra de forma bem clara essa sensação que a segunda geração tem em relação a possibilidade de se trabalhar exclusivamente na terra: *“Olha, dá para passar meio apertadinho, você tem que tirar um monte de coisa, só sei que é difícil, dá para viver, mas no limite. (pausa) Não dá!”*.

Todavia, esse cenário de mudança que a segunda geração compõe ainda traz elementos de identificação com a localidade como espaço de vida, ou seja, percebem e reconhecem a terra, ou nas palavras deles o sítio, como sendo um *“porto seguro”* e como local em que se sente a realização social. Isso pode chegar ao ponto de a terra ter somente essa função, de local de moradia, para alguns sujeitos da segunda geração como foi visto no caso do Gilson, do lote “D”, que me respondeu da seguinte maneira a pergunta sobre se um dia tivesse que escolher entre o lote e a cidade: *“A cidade para trabalhar e para morar o sítio”*.

Diante disso é possível afirmar que a segunda geração está empreendendo um processo de reestruturação dos sistemas sociais, morais e éticos na localidade em relação a primeira geração não resistindo a transformação da terra em monopólio do capital, se submetendo a trabalho assalariado e, no limite, perdendo o discurso político encampado pelo MST de condenação da propriedade privada que tinha como lema: *“terra a quem nela trabalha!”*. Nesse sentido é possível perceber a incorporação de novos elementos culturais, econômicos e sociais em ambiguidades e desencontros nos projetos que vislumbram ambas as gerações, como pode ser visto na fala de Adriano:

Eu acho que a agricultura, trabalha muito isso daí. E quem trabalha muito não tem tempo de ganhar dinheiro, você entendeu? Prefiro trabalhar menos para ter bastante tempo para ganhar dinheiro.

E ainda aparece na fala de Selma, quando perguntada sobre o seu trabalho, se prefere a terra ou a administração pública,

Me preparei para isso (trabalhar na administração Pública). Eu quero fazer diferença nas políticas públicas. Eu acho que assim, carpir é bom, mas não é tão bom não. Mas eu acho que eu sou melhor nisso (administração Pública), quando eu carpia com meus quatorze anos eu jurava que iria estudar o suficiente para nunca mais carpir.

Como coloca Mannheim (1992), essas ambiguidades e desencontros são elementos imprescindíveis em estudos que lidam com gerações, que visam exatamente trazer à tona as discontinuidades históricas de gerações que ocupam o mesmo espaço e tempo, mas que vivem eras subjetivas distintas. Nesse caso, é a transformação da percepção da terra como local de trabalho que visa a liberdade e manutenção da família para a visão da terra como capital e meio para possibilitar maior acesso à renda por meio de investimento de capital e se não é possível a busca do assalariamento e o arrendamento da terra. Ou até o abandono da terra como local de trabalho para ser somente local de moradia. Para aprofundar mais sobre essas questões vou trazer a comparação de dois elementos que divergem entre as gerações: a autonomia e a liberdade versus a busca das garantias do dinheiro.

#### **4.2 Autonomia e liberdade versus as garantias do dinheiro**

A autonomia e a liberdade estão muito ligadas à visão de terra e a concepção de trabalho que a primeira geração possui, uma vez que para a primeira geração, somente o trabalho na terra pode proporcionar esses sentimentos. Com a seguinte afirmação de Simonetti (2011) é possível perceber como a autonomia e a liberdade estão diretamente relacionadas a terra,

Marx nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, lembra que “[...] um ser só se considera autônomo, quando é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de existência. Um homem que vive graças a outro, se considera a si mesmo um

ser dependente”. O trabalho direto com a terra repõe a essas famílias a condição de liberdade e autonomia (p.57).

Nesse sentido, para se compreender esses termos tão caros aos sujeitos da primeira geração é importante pensar o trabalho na terra como elemento balizador e o local de possibilidade de experimentar a sensação de autonomia e liberdade. Assim, é importante notar que esses elementos aparecem quase sempre relacionados às experiências desses sujeitos em trabalhos nas fábricas, nas terras alheias e, também, relacionado à estranheza da vida na cidade. Esses tipos de trabalho e a vida nos grandes centros são vistos quase sempre como algo não realizador, encarado como um peso, um sofrimento e um empecilho para se viver o sentimento de autonomia e liberdade. A próxima fala aparece no sentido de mostrar as motivações dos sujeitos para não desistirem da luta por um pedaço da terra,

Quem não desistiu é porque tinha fé naquela terra, ou sofreu muito, trabalhou muito em firma, ou que fosse na roça que nem nós que só trabalhava pra fazendeiro. O senhor tinha que pagar a renda, o que desse o que não desse porque (grande pausa).<sup>50</sup> Teve uma, um tempo que nós morava no General Salgado<sup>51</sup>, eu nem sei que época foi. Oh Gil, (chamando o filho que estava na cozinha) tu sabe que época Roberto nasceu, eu sou mãe e não sei (risos). No ano que esse Roberto meu nasceu nós morava numa fazenda de um fazendeiro aqui de Monte Aprazível. Se escuta a história. Nós toquemos essa roça. E ele (referindo-se ao marido, João que estava ao seu lado) sempre criava, toda vida criou animal para tocar a roça, que naquele tempo não tinha trator, era tudo no braço.[...] E naquele ano que nós pegamos a roça meus filho caíram tudo doente com tosse cumprida e eu estava com oito dia que tinha ganhado o Roberto, estava de dieta. Ele (seu esposo) foi na roça, diz que ia dá sal pra uma égua que ele tinha, chegou lá uma mula deu um coice nele e partiu um rim dele no meio, ele ficou doente, ficou de cama urinando sangue. [...] Aí que acontece? Ficou eu sozinha dentro de casa e a cama cheia de fio doente com sarampo, que é a doença pior que tem. Eu tinha que cuidar de porco, de animal, tinha que cuidar dos filhos, cuidar dele na cama, eu tinha que cuidar do outro que eu nem dormia

---

<sup>50</sup> Nesse momento Francisca interrompe a fala, faz uma grande pausa e faz um rosto pensativo como que pedindo permissão a si mesma para acessar a memória de uma experiência que marcou profundamente os seus sentimentos, sua vida e sua trajetória.

<sup>51</sup> Município do estado de São Paulo que fica na Mesorregião de São José do Rio Preto.

nem dia nem noite [...] Aí o arroz perdendo, ele perdeu arroz, perdendo a roça. [...] Teve um compadre nosso que morava assim pertinho, falou assim: seu André, que era o fazendeiro, seu André pelo amor de Deus o senhor dispensa a renda daquele pobre, ao menos a do de arroz porque a casa dele não tem, só a mulher que tá em pé o resto tá tudo doente na casa dele. Ele disse eu não dispense um quilo (pausa, dona Francisca pensa por um momento e muda o tom da voz e prossegue) Eu não dispense um quilo. Levou a renda do algodão, levou do arroz, nos ficamos só com um arroiozinho pra comer<sup>52</sup>.

As lembranças trazidas à tona nesse depoimento demonstram que trabalhar na terra dos outros não é algo positivo, pois além de não se poder desfrutar do resultado de seu trabalho, ainda existe uma relação desigual com o proprietário da terra que a despeito dos problemas de saúde enfrentados pela família não abriu mão da renda da produção. Nem mesmo a intercessão do compadre fez o dono da fazenda mudar de ideia e o que restou para a família foi a busca de estratégias para sobreviver com o pouco arroz que lhe restou da renda<sup>53</sup> paga. Isso demonstra claramente que mesmo aqueles que não foram para as cidades e que viviam no campo, mas que não possuíam terra própria, viviam sob a dominação dos grandes proprietários de terra. Esses sujeitos, por não terem outra forma para sobreviver, se submetiam a relações de dominação e exploração empregadas pelos proprietários nas relações de arrendamentos, parcerias e tantas outras. Todas essas relações de expropriação permitiram aos proprietários um grande acúmulo de capital (MARTINS, 1975; GARCIA JR, 1988).

Mas, atualmente, os tempos são outros para os sujeitos que conquistaram terras por meio da reforma agrária, pois não estão mais envolvidos nessas relações e podem experimentar a sensação de liberdade que o lote representa. Justamente por isso ao olhar para trás, bem no sentido de reviver e ressignificar um tempo da memória o depoimento

---

<sup>52</sup> Dona Francisca, agrovila Campinas. Depoimento recolhido pelo autor em junho de 2011.

<sup>53</sup> O tipo de renda aqui referido é diferente da mostrada anteriormente teorizada por Marx. A renda no interior paulista, principalmente, consistia em um sujeito que não possuía terra e também pouco dinheiro entrar em negociação com um proprietário para poder cultivar em suas terras. A paga era feita com a proporção combinada da produção e geralmente o arrendatário tinha que deixar a porção de solo arrendada com uma plantação da pasta. Ao que se constata uma relação desigual de exploração por conta do proprietários sobre os arrendatários (MARTINS, 1975; CÂNDIDO, 2003).

acima foi encerrado sob uma voz tranquila e reconfortante com as seguintes palavras: “*Eu venci! Graças a Deus!*”.

É dessas amaras que esses sujeitos buscam fugir em busca de mais dignidade e respeito, por isso o que aparece nos relatos dos sujeitos, ao se referirem à autonomia e liberdade, é a rememoração de situações de desrespeito e trabalho extremamente alienantes. O trabalho assalariado, nesse sentido, não é visto com bons olhos, pois requer uma rotina e uma obrigação que deve ser realizada todos os dias independente de se querer ou não, de se estar com saúde ou não.

Tá chovendo, fazendo frio, tem que ir, se perder um dia num ganha os 30 k de arroz e num é do arroz bão não. (refere-se ao arroz que se ganha por não perder nenhum dia de serviço na colheita de laranja) Aqui hoje tá frio e eu não fiz nada, nem roupa eu lavei (referindo-se ao seu lote). Nem tô aí! Deixa a roupa, amanhã eu lavo. Se você está trabalhando pra fora você tem que fazer seu serviço de qualquer jeito, com frio ou chuva, as vezes com dor, nossa, quanto que eu num trabalhei sentindo dor, até com febre. Nessa época eu sentia mesmo é falta de ter meu canto, pra eu pode faze o que quiser na hora que eu quiser<sup>54</sup>.

Com esse relato é importante deixar explicado que quando esses sujeitos fazem referência ao trabalho na terra eles querem dizer trabalho em sua terra. O trabalho na terra dos outros, no que aparece nas falas como na terra do “patrão”, é também um apartamento e não pode trazer realização, visto a necessidade de cumprir horários e ter que ir com dor ou doente para cumprir as obrigações. Isso não quer dizer que quando o trabalho é em terra própria todos esses fatores não vão mais acontecer, pois não é difícil afirmar com certa segurança que muitos sujeitos trabalharam e trabalham doentes e sob sol e chuva em seus lotes, porém há uma diferença, se trabalha para si e não para outros, o que é muito diferente, como aponta o próximo relato,

A terra sendo da gente, a gente colhe e planta o que quer. Foi muito bom ter vindo pra cá, (refere-se ao assentamento), *apesar de tudo, das dificuldades*. Não

---

<sup>54</sup> Dona “Telma” 46 anos, natural da região rural de José Bonifácio, moradora da agrovila dos “44”, casada, mãe de três filhos. Depoimento de maio de 1999 disponível em (NABÃO, 2011).

tem como *o camarada trabalha para ele mesmo*, o horário a gente que faz, a gente trabalha pra gente, com a cabeça mais leve, mais solta. Não é que nem antes que *nós ficávamos presos esperando o patrão chegar* para dar ordens. As vezes o patrão vinha só no Sábado ou Domingo, que ele era doutor em São Paulo, então eu ficava preso esperando, doido pra ir pescar ou conversar com os camarada na venda, mas não podia, tinha que esperar ele, e ele não avisava quando vinha não<sup>55</sup>.

Nessa fala merece destaque a afirmação de que apesar das dificuldades não tem como *“o camarada trabalhar para ele mesmo”*. Isso é importante para deixar firmado que se reconhece que o trabalho na terra é duro e árduo, mas que é encarado de outra forma quando é realizado pelo próprio sujeito, ou seja, para ele mesmo. Por isso não se pode enganar com as falas que dizem que o horário são eles mesmo que fazem e que trabalham a hora que querem e o dia que querem. Levar essas falas ao pé da letra é pensar que esses sujeitos não têm nenhum compromisso com a terra que possuem. Eles sabem e tem consciência de que o trabalho no campo requer um tempo próprio, o tempo da natureza. Deste modo, quando for tempo de plantio a jornada de trabalho vai ser estafante e no período da colheita não há chuva ou frio que o segurem em casa, pois a colheita é necessária. Assim, as falas buscam apenas deixar bem marcado que apesar deles terem que às vezes encarar essas dificuldades naturais a terra e o trabalho são seus e, acima de tudo, não se tem a sensação de estar preso a outro sujeito como aparece na frase: *“nós ficávamos presos esperando o patrão chegar”*. Enfim, reconhece-se que não há sujeito que experimente a liberdade plena, mas se sabe que existe a possibilidade de não ser cativo de patrão quando se têm a terra como ancoradouro,

Nossa vida mudou muito depois que voltamos para a terra, principalmente no modo de trabalhar, que é mais igual a nossa natureza, porque a gente trabalha à vontade, faz o que a tua cabeça achar que é melhor, a hora que achar melhor e faz aquilo que você gosta de fazer. Porque trabalhar de empregado às vezes tem que fazer coisa que a gente não gosta. Aqui tem dificuldades né? *Só que você não é cativo do patrão*<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Zeca (nome fictício). (NABÃO, 2011).

<sup>56</sup> Sr. “Danilo” 56 anos, natural da região rural de Promissão. Depoimento de abril de 1999. (NABÃO, 2011).

*“Só que você não é cativo do patrão”*. A partir dessa fala é possível entender a motivação desses sujeitos em se empenharem tanto para conquistar a terra. É imperativo pensar no significado existencial de um sujeito fazer tal afirmação, pois a evocação está carregada de memórias de experiências de submissão e dominação a outrem. A terra desse modo ganha um valor a mais e a partir disso é possível perceber de maneira profunda a relação desses sujeitos com a terra, pois é ela que possibilita a quebra desses grilhões. A vida pode se desenhar árdua e dura, mas será livre e autônoma. A terra possibilita o sentimento de liberdade, e faz ficar para trás um passado de punição, opressão e obediência. A terra é o local onde se faz o que se quer na hora que se quer, ou melhor, se faz de modo livre e realizador. Sabe-se que haverá momentos de muito trabalho, mas que será recompensador, pois é um trabalho que se transforma em fartura para os próprios sujeitos e suas famílias. Surge a possibilidade de se ter pleno acesso aos frutos do seu trabalho.

Toda a valorização desses elementos se deve em grande parte às experiências nas trajetórias desses sujeitos da primeira geração que os levaram a buscarem por ter em seus cotidianos o sentimento de autonomia e liberdade em detrimento do sentimento de ser cativo de outrora. A terra lhes deu essa possibilidade. A segunda geração gozou de outras experiências e por isso, como já fora mostrado no ponto anterior, não vê a terra com tamanha capacidade de “libertação” de suas vidas. Sendo essa uma nova relação, a terra não aparece nos discursos da segunda geração como provedora de autonomia e liberdade. É bem verdade que autonomia e liberdade não são preocupações recorrentes no vocabulário da segunda geração, pois essas palavras foram substituídas pela busca de inserção ao mercado e a possibilidade de conseguir maior renda. Isso pode ser visto na fala de Adriano, do Lote “A”, que afirma a necessidade de se pensar empresarial dentro dos lotes para se conseguir maior produtividade e maior renda. Tudo isso é feito dentro de uma grande racionalização de todo o processo e que não aparece em nenhum momento a referência à liberdade e a autonomia. O próprio Adriano ao explicar como funciona a sociedade que tem com seu cunhado dá pistas dessa quinada de pensar as possibilidades da terra,

Tudo que dá a gente divide no meio. Aí, por exemplo, o que dá no CEASA chega no final do mês nos divide o que sobrou aí inclui no CEASA o que eu coloquei no caminhão, o que sobrou de *dinheiro* nos divide. E lá no lote dele nos também é sócio, tudo que produz lá nos põe no caminhão. Então resumindo é assim, no final do mês o que sobra de *dinheiro* nos divide (...) eu produzo aqui e ele produz lá. O *dinheiro* é tudo do caixa nos fala. Se ele precisar para o particular dele, ele marca no caderninho “peguei tanto”. Aí no dia que falta ele tira do banco da conta dele e põe no caixa e marca mais lá. Esses dias eu não mandei *dinheiro* para ele, ele foi lá tirou, tinha que pagar funcionário, pagar as coisas e aí ele marcou mais. Mesma coisa aqui. Só que aqui eu estou com *dinheiro* que eu faço o CEASA, então já pago os funcionários e o que sobra eu deposito. Aí no final do mês nos faz um acerto.

Na fala aparece a mudança na concepção da função da terra nas relações sociais e nas redes de sociabilidade e, principalmente, o que se espera da terra. Isso é percebido na alteração da racionalidade de como conduzir o processo produtivo dentro do lote e das atividades que vão além das de produção que passam a estarem mais voltadas a uma maior relação com o mercado visando maior rentabilidade financeira. Isto é, emerge a mudança de concepção, da segunda geração, da terra como valor de uso, para a terra como valor de troca, influenciados, principalmente, pela aproximação com o modo de produção capitalista. É o que Taussig (2010) vai dizer ao analisar o impacto da introdução da racionalidade produtivista da economia capitalista em comunidades rurais da Colômbia e da Bolívia que conservavam lógicas tradicionais de sociabilidade inseridas em uma economia pré-capitalista de subsistência onde se preserva o valor de uso da terra: “Apesar de a função de troca de qualquer artigo poder ser feita de maneira legítima em uma economia doméstica ou de subsistência, foi dessa função de troca que o ganho de dinheiro ou o capitalismo surgiu em detrimento da economia doméstica natural” (p.187 – 188).

Nesse sentido é possível afirmar que o processo de mudança para a economia capitalista, baseada no valor de troca, tem sua base justamente na economia “doméstica natural” onde as trocas eram realizadas por meio de produtos e alimentos que cada um produzia. O que muda, no entanto, com a entrada da economia capitalista é que essas trocas passam a serem mediadas não mais por mercadorias, mas pelo dinheiro, como também foi observado por Bourdieu (1979) ao dizer que na sociedade camponesa, ligada muito mais aos ciclos agrários,

(...) os produtos da agricultura, da criação de gado e do artesanato familiar permitem satisfazer pelo menos uma parte das necessidades sem ter que recorrer ao mercado. No mundo urbano, ao contrário, a universalização das trocas monetárias, correlativa do desaparecimento dos outros recursos, torna a obtenção de uma renda em dinheiro numa necessidade absoluta e universal (p.54).

Nestes termos, a entrada do mediador dinheiro, por meio da economia moderna, muda as relações e a sociabilidade entre os sujeitos das comunidades. No caso das comunidades pesquisadas por Taussig (2010) essa mudança não se deu de forma passiva, pois as alterações ocorreram a partir de alguns pressupostos próprios das comunidades que podem ser identificadas como uma saída criativa, crítica e propositiva ao modo de produção capitalista. Assim, a resposta dessas comunidades à entrada do dinheiro foi por meio da mística, “vendendo a alma ao diabo”, e do ritual, por meio do “batismo do dinheiro”<sup>57</sup>.

O dinheiro adquirido pela “venda da alma ao diabo” deveria ser usado somente como valor de uso e gasto na compra de bens de consumo, de preferência imediato, e nunca investido, pois traria o azar, o insucesso e não frutificaria; por outro lado o dinheiro passado pelo ritual de batismo, e por isso levado ao domínio de Deus, poderia ser usado como capital e teria o atributo de trazer mais dinheiro. Em comum, ambas as práticas são vistas pelos membros dessas comunidades como sobrenaturais, ilegais e imorais, pois a entrada do dinheiro na economia das comunidades representou para os sujeitos a perda de suas terras, o aniquilamento dos trabalhadores e a fome (TAUSSIG, 2010). É partindo desses pressupostos e se baseando em Aristóteles<sup>58</sup> que Taussig (2010) afirma que é possível perceber de duas formas distintas a atuação do dinheiro no processo econômico: “*como um meio de troca* cuja função é realizada pela aquisição de um bem requerido para a satisfação de uma necessidade; e na *forma de capital*, que leva o homem a desejar a

---

<sup>57</sup> Para saber mais sobre essas duas práticas consultar Taussig (2010) principalmente os capítulos de 4 a 6.

<sup>58</sup> A colocação de Aristóteles ao qual Taussig se baseia é a que segue e encontra-se no livro “A política”. “Começemos pela seguinte observação: cada coisa que possuímos tem dois usos, dos quais nenhum repugna a sua natureza; porém, um é próprio e conforme a sua destinação, outro desviado para algum outro fim. Por exemplo, o uso próprio de um sapato é calçar; podemos também vendê-lo ou trocá-lo para obter dinheiro ou pão, ou alguma outra coisa, isto sem que ele mude de natureza; mas este não é o seu uso próprio, já que ele não foi inventado para o comércio. O mesmo acontece com as outras coisas que possuímos. A natureza não as fez para serem trocadas, mas, tendo os homens uns mais, outros menos do que precisam, foram levadas por este acaso à troca” (ARISTÓTELES, Mimeo).

acumulação ilimitada” (p.188 grifos meus). Nestes termos o dinheiro usado como meio de troca é utilizado para satisfazer as necessidades e, de certo modo, ainda insere-se dentro da economia doméstica/natural e não é usado para aumentar os bens e trazer mais dinheiro: é de natureza estéril. Já o dinheiro usado como capital visa não o acesso a determinados produtos e bens, mas a possibilidade de investimento que gere o rendimento do dinheiro: é dinheiro que produz dinheiro, ou seja, natureza fértil (TAUSSIG, 2010).

Tomando essa discussão como referência é possível perceber que houve um movimento de mudanças substanciais análogas na agrovila Campinas no que tange a aproximação dos sujeitos da segunda geração a uma racionalidade produtivista da economia capitalista em que a terra deixa de ser vista como viabilizadora de autonomia e liberdade e passa a ser vista como um local de investimento para se conseguir dinheiro e conseqüentemente acesso a bens de consumo. Nestes termos é possível dizer junto com Taussig (2010), que o dinheiro também atua no processo econômico da agrovila Campinas na perspectiva de *um meio de troca* e como *forma de capital*.

*Como forma de capital* fica nítido na fala vista anteriormente de Adriano que evoca a palavra *dinheiro* por cinco vezes, sem contar as que estavam subentendidas. Isso deixa claro que as relações passam a ser pautadas muito mais pelo dinheiro em uma perspectiva de capital de investimento, pois ele estava explicando como funciona a sociedade que tem com o cunhado. Claudinei, do lote “B”, afirma, no mesmo sentido, que a terra só pode oferecer garantia de permanência se houver a possibilidade de investimento: “Dá (garantias) se você tiver como investir, aí tem como você garantir, mas se você não tiver, tem mês que entra e tem mês que não entra (dinheiro) (...)”. A fala indica que a terra deixa de ser vista com uma visão mística e sentimental e passa a ser vista com maior racionalidade, pois agora ela passa a ser um recurso que necessita de investimento para poder dar o retorno necessário para a sobrevivência. E esse retorno necessário significa a garantia de uma renda mensal que se pode adquirir se existir a possibilidade de investimento. É um ciclo que no fundo tem como objetivo possuir dinheiro para ser usado *como um meio de troca*, e por conseqüência ter acesso aos bens de consumo.

Como a possibilidade de os sujeitos da segunda geração terem dinheiro como capital para realizarem investimento não é uma realidade para a grande maioria, muitos partem em busca de ter acesso ao dinheiro com trabalhos na cidade. Isso fica evidente na resposta de Claudinei a minha pergunta sobre a grande evasão de jovens do assentamento

em busca de empregos na cidade: *“Dinheiro! Você trabalhando lá na cidade registrado você sabe que todo mês você vai ter (dinheiro). É pouco, mas tem”*. Essa afirmação é reveladora, pois mostra claramente o contraste com a primeira geração, pois se a primeira tinha toda a segurança existencial pautada no trabalho na terra, com a segunda geração essa segurança existencial é colocada na possibilidade de investimento e no trabalho na cidade que garante mensalmente o acesso ao dinheiro.

Nesse sentido, é possível perceber que a segunda geração se distancia da temporalidade do trabalho da produção no campo, pois diferente do trabalho assalariado o trabalho na terra segue outro ciclo, na verdade a produção agrícola segue o ciclo da natureza, o que significa dizer que não haverá uma remuneração mensal pelo trabalho desempenhado. Nesse sentido estar ligado ao trabalho agrícola requer organização e planejamento, que historicamente os agricultores tradicionais realizavam e realizam, de reservar parte da remuneração do resultado da colheita para o investimento em um novo plantio e para a sobrevivência no período de crescimento e maturação da lavoura (CÂNDIDO, 2003; BRANDÃO, 1995). É o que coloca R. C. Martins (2006, p.174), *“(…) a transformação da matéria prima em mercadoria (na agricultura) não é realizada exclusivamente pelo trabalho humano, mas sim através da combinação de seu exercício com o ritmo biológico das forças naturais”*. Ou seja, os agricultores, bem como os assentados em geral, devem estar preparados para o tempo de não trabalho<sup>59</sup> em sua propriedade, em que o trabalho de transformação da mercadoria estará a cargo do ritmo biológico e dos fatores climáticos.

Todavia, esse apartamento dos ritmos e lógicas da natureza pelos sujeitos da segunda geração não é um fato isolado, mas está inserido em um movimento da grande agricultura capitalista iniciado em meados do século XX que buscava desenvolver instrumentos tecnológicos com objetivo de tentar relativizar essas “barreiras” naturais inerentes à produção das mercadorias agrícolas. Isso ocorreu justamente porque a agricultura, devido a sua natureza orgânica que requer um tempo próprio, se colocava como um empecilho e uma limitação para a articulação de um sistema de produção capitalista unificado com a indústria alimentícia. Assim, o movimento de relativização das

---

<sup>59</sup> É importante frisar que o tempo de não trabalho na lavoura não significa não desempenhar nenhuma atividade, mas sim que o trabalho na lavoura ficará suspenso ou será em menos quantidade enquanto ela cresce e se desenvolve.

“barreiras” naturais na agricultura surgiu com o objetivo de aproximar ao máximo a prática agrícola da industrial para maximizar o controle sobre os processos naturais e, por consequência, aumentar a valorização do capital (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990; MARTINS, R.C. 2006).

Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), apresentam essa demanda partindo do conceito de *apropriacionismo*, que é a busca da indústria de se apropriar de frações do processo de produção agrícola com objetivo de superar as restrições ambientais de descontinuidade da ação do trabalho humano e a espera do processo biológico para a produção da mercadoria agrícola. Os avanços nesse sentido podem ser representados principalmente pela mecanização, utilização de insumos químicos e pelo uso de biotecnologias na manipulação genética de espécies que produzem mais em menor tempo. Entretanto, para os autores, esse não é o único movimento, pois existe também o *substitucionismo*, que sinaliza para o processo gradativo de substituição do produto agrícola por produtos industriais que podem ser facilmente observados com o crescimento das indústrias alimentícias. E com o desenvolvimento da biotecnologia existe, cada vez mais, a possibilidade de distanciamento e dependência da indústria alimentícia frente à agricultura convencional (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990; MARTINS, R.C. 2006).

Nestes termos é possível observar que todo esse movimento traz como mote a busca de superação da dependência de espera da transformação da matéria prima em mercadoria aguardando a ação da natureza e de seus ritmos biológicos. Muitos avanços foram adquiridos, mas “(...) os processos biológicos subjacentes à produção rural continuaram a ser determinados fundamentalmente por condições ambientais com base na terra” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990. p.8). Ou seja, os ritmos biológicos da produção agrícola e as descontinuidades entre tempo de trabalho e tempo de produção ainda permanecem como “barreiras” insuperáveis (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

Porém, é importante reafirmar que, mesmo as “barreiras” sendo insuperáveis, as tecnologias mecânicas, químicas e genéticas transformaram em muitos aspectos o modo de produzir. Mudanças, no entanto, que não foram democratizadas e estão restritas aos círculos das grandes empresas capitalistas do setor dificultando o desenvolvimento da pequena produção que não tem acesso a grande parte dessas inovações.

Os sujeitos da agrovila Campinas, e do Assentamento como um todo, vivem essa realidade, pois diante da dificuldade de acesso a tecnologias e inovações, ou seja, de investimentos de capital, são obrigados a buscarem meios alternativos de produção e se inserem em faixas do mercado que não interessa ao grande capital. Entretanto, quando analisados os lotes e não somente os sujeitos é possível perceber que as estratégias de busca de renda (dinheiro), vão para além da produção agrícola, principalmente com o assalariamento.

O assalariamento, o apartamento das lógicas da produção agrícola e a busca e valorização do dinheiro como capital e valor de troca encontrados na segunda geração revela a tensão com os projetos da primeira geração que entrou na luta pela terra buscando justamente fugir da relação de trabalho assalariada, com uma visão mais íntima com as lógicas da natureza em busca de experimentar autonomia e liberdade. Nestes termos é interessante repetir a frase de Claudinei que revela essa mudança radical entre as gerações no que diz respeito a concepção de trabalho, terra, cidade e projetos de vida: *“você trabalhando lá na cidade registrado você sabe que todo mês você vai ter. É pouco, mas tem”*. A fala evoca o reconhecimento do “pouco salário”, pois se sabe que a cidade não é o local de realização existencial, se tem noção de que o trabalho será pesado e se compreende que terá que obedecer a ordens. Esses elementos podem ser percebidos na fala de Claudinei quando lhe perguntei se é bom trabalhar na cidade.

Não é bom não bicho, cansativo para caramba. Eu saí daqui seis e meia. Não, saio de casa seis e vinte, passo na casa do patrão e seis e meia nos saímos da casa dele e sete horas nos estamos lá (na cidade).

Partindo dessa fala é possível identificar algumas assimetrias e antagonismos, pois existe o reconhecimento de que o trabalho desempenhado na cidade é “muito pesado” (isso foi mostrado no cap. III, no tópico 3.2 sobre a motivação para a permanência), mas a despeito desse reconhecimento a prática revela que em alguns casos o importante para os sujeitos da segunda geração é a possibilidade de melhores rendimentos. Assim é possível afirmar que esses sujeitos estão mais próximos ao que Bourdieu (1979) chama de *noção capitalista de trabalho*, que é vista como o desempenho de um trabalho por um sujeito como simples meio de adquirir uma renda em dinheiro a despeito da falta de autonomia e

liberdade, da impessoalidade fria e brutal das relações de trabalho e do desrespeito pelos superiores uma vez que o objetivo almejado é a renda em dinheiro mensal garantida que esses empregos podem proporcionar. Esse elemento é importante, pois para os sujeitos da segunda geração isso confere a possibilidade de proporcionar planejamento no que tange a compra de produtos e objetos dos mais variados por meio, principalmente, de crédito e pagamentos parcelados.

Aqui cabe deixar claro que não estou buscando fazer juízo de valor sobre a mudança de como encarar a terra e os sentimentos que se tem em relação a ela por parte da segunda geração, mas sim procuro mostrar como esses sentimentos e objetivos mudam quando as distintas gerações são relacionadas. Ressalto que olhar somente os objetivos de ambas as gerações sem relacionar com as experiências particulares de cada uma em suas histórias poderiam deixar alguns aspectos passarem despercebidos. Por isso é imprescindível dizer que quando se fala dos objetivos e sentimentos da primeira geração é necessário ter em mente toda história de dominação, expropriação, violência, expulsão para as periferias das cidades, trabalhos massacrantes e pesados e tantas outras relações que lhes relegaram uma situação de vulnerabilidade muito grande. Ler a autonomia e a liberdade levando em consideração esses fatos vividos, experienciados e sentidos por esses sujeitos possibilita perceber o porquê deles terem de modo tão caro a valorização de se sentir livre.

Assim sendo, a segunda geração deve ser pensada a partir das experiências que alguns compartilharam com os pais antes de ter acesso ao lote e as dificuldades vistas, vividas e sofridas de conseguir, com pouco apoio financeiro do governo por meio de políticas públicas, viabilizar e estabilizar a possibilidade de se viver dos frutos do trabalho no lote. Nesse sentido é importante dizer que a instalação do assentamento não contou com as infraestruturas mínimas. Os relatos dos assentados dão conta de afirmar que eles receberam um pedaço de terra demarcado com estacas que delimitavam os limites de seus lotes. A entrada no lote, como visto no cap. II, foi o início de uma nova fase de lutas em busca de financiamentos para se conseguir meios para se trabalhar na terra o que significou períodos de grandes dificuldades financeiras e limitação por parte dos pais e também dos filhos. Sabendo desses elementos que marcam a história desses sujeitos da segunda geração, somados com o que já tratamos sobre suas propensões a buscar bens de consumo como parte integrante de suas identidades no que tange as suas funções ostentatórias e marcadoras de diferença (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) é possível perceber e

entender com maior profundidade o significado de se buscar de forma tão acintosa, por parte da segunda geração, empregos que lhes garante acesso ao dinheiro e por conseguinte aos bens de consumo.

Seguindo esse pensamento Selma, que como visto, teve oportunidade de ter acesso a uma boa e consolidada formação acadêmica e política, pensa que o assentamento não precisa ser pensado simplesmente como uma questão social, mas também como local de desenvolvimento de pequenos empreendimentos. A sua fala nesse sentido faz coro com a de Adriano, mas vai além quando dá esboços de um novo tipo de relação que se iria estabelecer na localidade do assentamento.

Eu penso que a gente tem que dar continuidade porque a luta foi muito difícil para os nossos pais. Eu não queria ver isso aqui na mão de um latifúndio de novo, eu não sei como a gente qualificaria ou melhoraria, por isso que eu te falo que minhas ambições são maiores. Eu nunca vou ser prefeita da cidade, mas eu quero ver isso aqui uma indústria de alimentos, eu quero ver os químicos, os engenheiros civis, os advogados trabalhando por essa indústria aqui dentro. (...) A gente precisa parar de olhar o assentamento só como uma questão social, porque é social, mas veja empreendedores, pequenos empreendedores.

A fala representa, no limite, uma nova forma de ver e pensar a localidade, ligada ao colocado anteriormente do processo de inovação tecnológica da agricultura que até agora não pode ser experimentada no assentamento. Existe por parte de Selma, e isso pode ser percebido na fala de todos os sujeitos da segunda geração, o reconhecimento da árdua luta para a conquista da localidade e por isso a necessidade de preservá-la e, acima de tudo, de se dar continuidade a luta com mais conquistas com investimentos e maior inserção no mercado, indicando uma visão para além da ligação mística e afetuosa com a terra. O desenho da localidade feito por Selma vislumbra uma indústria de alimentos, o que significaria usar os próprios produtos produzidos no assentamento para serem processados na própria localidade e assim serem vendidos com maior valor agregado. Essa proposta vai ao encontro do colocado anteriormente por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), sobre o processo de maior aproximação e integração da produção agrícola com a indústria alimentícia por meio de investimento de capitais e inovações técnicas, químicas e genéticas, mas em uma perspectiva nova, em que a pequena propriedade seria valorizada

com a elaboração de uma agroindústria dentro do próprio assentamento. Com essa constatação é possível perceber o grande distanciamento da segunda geração com a visão mística com a terra para uma visão mais racional e técnica e que pode ser articulada com a observação feita por Bourdieu (1979, p.75),

À medida que aumentam o grau de adaptação à economia capitalista e o grau de assimilação das disposições correlativas, a tensão entre as normas tradicionais que impõem deveres de solidariedade para com a família numerosa e os imperativos de uma economia individualista e calculadora não param de aumentar.

Esses elementos ficam ainda mais evidentes quando Selma afirma que esse cenário possibilitaria a permanência dos jovens do assentamento que fazem faculdade e, atualmente, vão embora por não terem como seguir suas carreiras no assentamento,

A gente precisa de um empreendedor, alguém que olha para isso aqui e veja um negócio. Alguém que diga, aqui dá um laticínio, um negócio de frutas, a gente precisa de alguém que consiga, eu não consigo ver isso assim, eu até consigo ver, mas não consigo formatar e pensar esse projeto para poder trazer pessoas e montar esses negócios aqui dentro. Porque seguraria todos os jovens aqui, porque a gente iria precisar de químico, engenheiro, advogado, professor.

A solução proposta por Selma tem como pressuposto o direcionamento da localidade de forma mais intensa para o mercado no sentido de um alto grau de capitalização e investimento. O que aparece de fundo nessa questão, da elaboração de um projeto agroindustrial, é a possibilidade que esse empreendimento possibilitaria no que tange a um maior retorno financeiro que conseqüentemente atrairia a atenção dos jovens, principalmente dos que são formados no ensino superior. Essa preocupação levantada por Selma é legítima, pois, com exceção dela própria, nenhum dos sujeitos da segunda geração que fizeram universidade permanecem na agrovila<sup>60</sup>. Na conversa com Adriano fui

---

<sup>60</sup> Na agrovila, por ser um espaço menor dentro da realidade social do assentamento foi possível verificar esse fato. Não saberia dizer se corresponde a realidade de todo o assentamento, mas é possível dizer que os casos de permanência dos sujeitos que cursaram universidade são raros.

informado que, atualmente, as oportunidades de os filhos dos assentados cursarem ensino superior são maiores e muitos estão cursando. Ele me deu o exemplo de uma conhecida dele que está cursando odontologia e que, com certeza, segundo ele, não ficará no assentamento depois de formada,

Se ela montar um consultório aqui vai ter três freguês por mês e fiado. Se pega um porquinho? (risos) Um leitãozinho em troco do canal? (risos) Os que fazem faculdade não ficam, *eles tem que sair*, vai fazer o que aqui, vai *ganhar dinheiro fora*.

Partindo dessa fala é possível perceber que a preocupação de Selma ao pensar o assentamento de modo mais amplo justifica-se, pois o recorrente na localidade é a saída dos formados, “*eles têm que sair*”, em busca de “*ganhar dinheiro fora*”. Isso significa dizer que, na opinião geral, não é possível alguém com ensino superior receber boa remuneração dentro do assentamento. De certa forma isso se liga a visão da pouca circulação de dinheiro na localidade e por isso, no caso da moça tornar-se dentista e fixar-se no assentamento, teria de aceitar pagamentos em “espécie”, nos moldes da economia clássica camponesa de trocas – fato que revela uma visão pessimista e de pouca modernização do espaço do assentamento (CÂNDIDO, 2003; TAUSSIG, 2010; BOURDIEU, 1979).

Selma aponta para isso ao dizer que a saída seria a modernização por meio da industrialização e assim existiria a possibilidade de emprego com salário dentro do próprio assentamento e assim acesso a dinheiro e bens de consumo. Essa visão coloca-se totalmente ao revés do pensado pela primeira geração que via como saída para os problemas de inserção do mercado a cooperativização e jamais o assalariamento.

#### **4.3 Cooperativa versus sociedade e assalariamento**

Como colocado no capítulo II a conquista da terra não significou o fim das lutas, pois os assentados tiveram que empreender novas mobilizações para buscar a viabilidade de vida e produção dentro do lote. Essas dificuldades não eram uma particularidade do

Assentamento Reunidas, pois quase a totalidade dos assentamentos criados no final dos anos de 1980 e início de 1990 passavam por dificuldades de organização e viabilização da produção. Tanto que a direção do MST percebeu a necessidade de organizar a produção dentro dos assentamentos, já que a resolução individual corria o risco de perda da terra por alguns assentados, como efetivamente aconteceu.

Assim, a direção do MST elaborou um projeto de *agricultura familiar cooperada*, inspirada nas experiências de associação e coletivização que aconteciam no período de acampamento e tida como a experiência por excelência de cooperação<sup>61</sup>. A implementação do que o MST denominou de Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)<sup>62</sup> aconteceu no ano de 1989 como estratégia de luta social em favor da reforma agrária tendo como norte dois objetivos principais: primeiro como *empresa econômica*, para viabilizar a produção, o crescimento econômico e a qualidade de vida do assentamento e a assegurar a permanência dos assentados; segundo, de *caráter político*, para viabilizar a continuidade da formação política, a conscientização, a mobilização social e a articulação de uma frente de massa (SCOPINHO, 2007; POKER, 2011).

É importante pontuar que o projeto de cooperação do Movimento não buscava somente a viabilidade econômica dos assentamentos, mas era uma base política para o fortalecimento da luta em busca de “(...) novos valores, baseados no *humanismo* e no *socialismo*, proporcionando a ‘construção do *Homem Novo* e da *Mulher Nova*’, que seriam ‘pessoas responsáveis, politizados, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros’ (POKER, 2011, p.114). Os assentamentos, nesse cenário, passaram a ser imprescindíveis para o fortalecimento do Movimento, uma vez que os assentados representavam uma base para viabilidade de novas ocupações de terra (POKER, 2011). E para contar com a adesão dos assentados esse modelo de cooperativa evocava o ideal do

---

<sup>61</sup> Não irei me aprofundar aqui sobre o tema de formação de cooperativas em assentamentos e dos processos e modalidades de cooperação desenvolvidas pelo MST. A intenção desse tópico é trazer a tona alguns elementos principais desse projeto de cooperativismo nos assentamentos para poder realizar o contraponto com as estratégias traçadas pela segunda geração. Para aprofundar sobre o tema de cooperativismo os Cadernos de formação do MST nº 5 e 20 e também SIMONETTI, 1999; POKER, 1994; SCOPINHO, 2007.

<sup>62</sup> Em 1989 criou-se o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) que em sua estrutura inclui uma confederação, cooperativas centrais e cooperativas de base. A Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária (CONCRAB) congrega diversas Cooperativas Centrais e inúmeras Cooperativas de Base em todo o Território Nacional. Estas englobam as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS), as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e as Associações de Produtores Rurais (FRANCIOSI, 2007).

trabalho camponês que se difere das outras relações de trabalho como coloca Simonetti (2011, p.57),

O trabalho camponês é distinto do trabalho na forma capitalista, pois não se baseia na exploração alheia e sim no trabalho coletivo dos membros da família. Opõe-se, desse modo às relações sociais vinculadas ao processo de exploração capitalista oferecendo resistência à sua lógica de acumulação.

Entretanto, essa evocação do trabalho camponês coletivo, feita pelo movimento, tinha a finalidade de justificar a cooperação e o associativismo buscando viabilizar a produção dentro do assentamento e justificar a luta pela terra. Essa preocupação surge, pois o Movimento reconhecia a necessidade de os assentados integrarem seu processo de produção ao mercado<sup>63</sup>. Mas era de conhecimento que com os poucos recursos individuais, a falta de assistência técnica, a falta de uma política de preços e as precárias políticas públicas essa integração tornava-se difícil e os poucos espaços de integração que se conseguia eram marginais e de pouca lucratividade.

Assim, a essência do projeto de cooperação do Movimento visava à coletivização da terra e do trabalho como elementos para potencializar os poucos recursos disponíveis para a produção e a partir disso possibilitar maior acesso a ferramentas, máquinas e matrizes animais para aumentar a produção e garantir, dessa forma, a posse da terra e ampliar a capacidade de sobrevivência econômica através da obtenção da renda monetária. Com isso é possível perceber que o modelo proposto tinha a pretensão de ir além do modelo convencional de cooperação que visava somente à comercialização dos produtos e buscava compreender todo o processo produtivo desde o planejamento até a execução das atividades visando maior integração com o mercado, maior produtividade e conseqüentemente maior ganho para todos os cooperados tendo em vista o desenvolvimento e aperfeiçoamento das formas de cooperação. Nesse sentido buscava-se administrar a escassez e enfrentar a pobreza proporcionando o acesso a bens de consumo coletivos básicos como moradia, água, energia elétrica, transporte e educação. É

---

<sup>63</sup> A integração com o mercado deve ser lida no sentido de criar um mercado popular e solidário com produtos vinculados a necessidade do povo levando em consideração as especificidades regionais e em articulação com o campo e a cidade (POKER, 2011).

importante pontuar que tudo isso é proposto dentro de um modelo de gestão democrática onde se prezava pela participação coletiva em que todos podiam propor, discordar e votar. Toda essa organização é feita levando em consideração a preocupação da transformação social com a ideia de que a infraestrutura pode determinar significativas mudanças na superestrutura (SCOPINHO, 2007; POKER, 2011).

Desde modo, a primeira geração de assentados da agrovila Campinas, muito influenciada pelo projeto do MST, buscou no cooperativismo a saída para problemas de falta de estrutura e capital para investimento fundando a Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josímo Tavares (COPAJOTA) em fevereiro de 1992 com 36 famílias associadas das 74 que havia na agrovila<sup>64</sup>. Era uma experiência de coletividade total que ia desde a divisão do trabalho até refeições comunitárias (SANTOS, 2007). Todavia, esse projeto na agrovila Campinas, bem como em outras localidades, não obteve êxito e terminou na extinção da experiência da cooperativa com vários prejuízos econômicos e subjetivos para os membros. Grande parte do insucesso se atribui a falta de conhecimento na gestão dos recursos, ao excesso de mão de obra que levava a ociosidade (e, por conseguinte, a pouca remuneração), a ausência de incentivo econômico e políticas de créditos agrícolas destinados aos pequenos agricultores (SCOPINHO, 2007; SIMONETTI, 1999; SANTOS, 2007). Na visão de Scopinho (2007) os problemas enfrentados pelas cooperativas acontecem porque o trabalho cooperado acaba por explicitar

(...) ainda mais a diversidade sociocultural e a heterogeneidade dos projetos de trabalho e de vida existentes, as divergências e a predominância dos valores individualistas e, na prática, não elimina as desigualdades e as relações de subordinação típicas do trabalho heterogerido (p.84).

Isto é, a organização em cooperativas requer uma institucionalização e burocratização a que esses sujeitos não estão acostumados. Institucionalização que muitas

---

<sup>64</sup> É importante deixar claro que não há uma adesão total dos assentados aos projetos de cooperativa propostos pelo movimento, prova disso é o número de famílias que aderiram à cooperativa na agrovila campinas. Esse número que representa praticamente a metade das famílias revela uma realidade vivida em outras agrovilas e outros projetos de assentamentos. Esse momento de formação de cooperativas, segundo alguns autores, representa o rompimento de mediadores/assessores, que ajudaram na conquista da terra, e os assentados, pois há divergências ao modelo de agricultura a ser adotado. Para saber mais sobre esse assunto consulte POKER, 1994; SIMONETTI, 1999; BORGES, 1997.

vezes causou impactos negativos na organização, levando os assentados ao endividamento e impossibilitando a diversificação da produção e a mudança da base tecnológica. Diante desses fatores, a primeira geração, que era muito vinculada aos costumes tradicionais rurais, encontraram dificuldades de se adaptarem ao projeto de cooperação inteiramente coletivizada que compreendia a organização do trabalho, mas também de alguns aspectos da vida doméstica como as refeições. Deste modo os assentados abandonavam a cooperativa com a justificativa de que esse modelo de organização retiravam deles a independência, a autonomia e a liberdade e ainda os deixavam endividados (SCOPINHO, 2007).

Todas essas dificuldades e conflitos decorrentes desse modelo de organização de cooperativa proposto pelo Movimento influenciou e atingiu de forma direta os sujeitos da segunda geração que acabaram buscando outras formas de viabilizar renda e trabalho. Diante das dificuldades inerentes da vida nos lotes cada sujeito da segunda geração elaborou estratégias distintas para superar os desafios da vida no assentamento como foi possível observar no transcorrer dessa pesquisa.

Mas aqui, ainda é possível realizar algumas observações sobre o afastamento dos sujeitos da segunda geração em relação ao Movimento e conseqüentemente de suas estratégias de cooperativismo que estavam muito ligadas a questões de cunho político e ideológico de transformação da sociedade. Os seguintes relatos demonstram esse distanciamento em resposta à pergunta sobre a atuação/ligação com o MST atualmente,

### **Selma**

Não deixei o MST que eu acreditei que eu entrei. Quando eu comecei a trabalhar no MST eu comecei porque eu acreditava em uma filosofia e em um trabalho. E quando eu entrei lá dentro, com as pessoas que existiam, eu vi que eles falavam uma coisa e praticavam outra, então foi a maior decepção da minha vida. (...) Eu acho, como diz meu cunhado, Gilmar Mauro do MST é meu cunhado, é dirigente atual do MST, e como diz ele, eu sou a genuína do MST. Eu sou uma das poucas pessoas que tem a origem do MST de fato, mas eu não gosto de tocar nesse assunto. Porque o MST de hoje não é o MST que eu acredito. Não é que ele mudou, as pessoas que estão nele, não são as pessoas do MST. Quem fundou saiu: minha mãe, o Busto, o pessoal que era da CEB's. Geralmente quem era da CEB's fundou o movimento, e hoje se você olhar para ao movimento não tem ninguém. As pessoas que fundaram de fato foram marginalizadas.

### **Édson**

Ah, nem tem aqui e se tem também não curto, não mexo com essas coisas. Agora os que tiverem pegando terra lá que... nos pegamos beleza, mas se tiver que ajudar que nem, eles passavam aqui quando está acampado, pedindo óleo a gente dá, pedindo feijão a gente arruma, se tiver pimentão, tomate, mandioca os caras arranca de caixa e leva embora a gente dá, a gente ajuda assim, mas ficar participando de reunião, passeata, isso não. Eu sofri de mais com isso aí, já fizemos a nossa parte, agora eles têm que fazer a delas né. E outra, quem ajudou nos maravilha, agora nos ajuda quem vem pedir também, é para o acampamento, beleza, a gente ajuda não precisa ser do MST o eu for, a gente ajuda com o que tiver óleo, sal, arroz, fubá, tem verdura? Tem. Tem laranja? Tem. Limão? Tem. O pessoal pega e leva embora, porque está ajudando quem está precisando. Espero que estejam fazendo a coisa certa ao dar para os que precisam. Mas reunião, participar assim não.

### **Gilson**

Eu fui militante do MST, eu era da equipe de comunicação. Mas o MST, a única coisa que eu tenho para falar deles... Eu acho que hoje eles. Não que ficaram fracos, mas acho que o povo se acomodou, relaxou. Então, o MST, eu acho que hoje, eu não tenho mais contato com eles, mas eu sei que eles estão atuando.

### **Claudinei**

Já frequentei bastante, antes eu era. Tinha até um diplominha de militante. Mas depois de um tempo teve muita... O pessoal ia para os lugares os policiais batiam e esses negócios, aí foi afastando, foi afastando, até que desligou.

### **Adriano**

Nunca tivemos (ele e a esposa). Também não sei falar se é bom, se é ruim, pra mim não chove não molha. Eles fazem uns regaço aí nas fazendas, que eu vejo na televisão, não estou falando pra você se é verdade, se é mentira, que destruiu aquela fazenda de da CULTRALE. Isso eu acho errado.

Esses relatos evidenciam o distanciamento que a segunda geração estabeleceu com o movimento e conseqüentemente com seus projetos ideológicos, políticos e de estrutura de organização dos lotes dentro do assentamento. Isso se deve, principalmente, por conta da experiência frustrada de cooperação empreendida na agrovila e a maneira que o Movimento conduziu esse projeto. Com isso é possível dizer que as estratégias da segunda geração passaram do cooperativismo, engajado na transformação social, para a associação por meio de sociedades com o assalariamento de outros assentados ou deles próprios, visando o rendimento monetário outrora buscado pela cooperação. Essas novas estratégias e as assimetrias com as concepções de cooperativismo serão demonstradas a seguir.

O caso que se destaca nesse aspecto é o de Adriano, do Lote “A”. Como já fora colocado anteriormente, a estratégia de Adriano em seu lote é produzir em estufas e fazer a comercialização no CEASA dos seus produtos e dos produtos de outros assentados, sendo essa última a sua principal ocupação e a que ele mais se dedica. Por conta disso a produção nas estufas do lote fica a cargo de dois funcionários com carteira assinada, que são assentados. A organização do lote funciona como uma empresa em sociedade com seu cunhado.

Fica perceptível, deste modo, que a cooperação foi abandonada em nome de uma associação por meio do estabelecimento de uma sociedade que está embasada por laços de proximidade. Diferente da cooperação proposta pelo Movimento que tinha como diretriz a *dimensão econômica*, para viabilizar a continuidade de todo assentamento, e a *política*, para fortalecer a luta para a transformação social, esse novo tipo de associação por sociedade está focado na dimensão econômica, mas para viabilizar o aumento de rendimentos dos sujeitos que participam dela. Não há nenhum viés ideológico nesse tipo de associação e, justamente por isso, a ideia de trazer sujeitos que estão com menos viabilidade econômica, que era pensada no modelo de cooperativa do Movimento, para poder fazer com que todos tenham igual oportunidade, é substituída pelo assalariamento de outros assentados. Ou seja, aqueles que não conseguiram organizar esse tipo de sociedade e não possuem capital para investir em seu lote não foram integrados nas sociedades já existentes e acabam sendo contratado por outros assentados que tiveram a oportunidade de viabilizar esse tipo de associação e mobilizar capital para investimento<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> É importante deixar bem claro que o assalariamento de alguns assentados promovido por outros assentados não significa que alguns tiveram mais sucesso e foram mais bem sucedidos que outros. O que deve ser

Esse assalariamento significa, para os assentados que se encontram nessa situação, uma jornada dupla, pois terão que trabalhar em seu lote nos momentos que não estão cumprindo as horas de serviço a que foram contratados. É o caso de Claudinei do Lote “B”, por exemplo, que trabalha como pedreiro na cidade como empregado de outro assentado. Claudinei faz o seguinte relato dessa situação,

Não é bom não bicho, cansativo para caramba. Eu saio daqui (do seu lote) seis e meia. Não saio de casa seis e vinte, passo na casa do patrão. E seis e meia nós saímos da casa dele e sete horas nos estamos lá (na cidade de Promissão).

**E seu patrão é do assentamento?**

É.

**Ele que empreita os serviços?**

Ele que empreita os serviços e vai passando<sup>66</sup>.

Ainda falando sobre esse seu regime de trabalho Claudinei complementa sobre como se organiza para poder conseguir dar conta dos afazeres do seu lote e do trabalho na cidade. É importante lembrar que grande parte do seu lote está arrendada para a plantação de milho.

Tipo assim: tem vez que eu trabalho até quarta feira, tem vez que vai até quinta. Aí o dia que sobra eu dou um trampo aqui (se refere a sue lote). Olha aí o mato ali está quase chegando dentro de casa já (risos). Tem que tirar uns dias para poder carpir em volta de casa.

A fala de Claudinei mais o relato sobre a organização no lote de Adriano permite perceber que as estratégias elaboradas para se sair das dificuldades enfrentadas dentro do assentamento pela segunda geração compreenderam o abandono das experiências de cooperação, seja qual for. Até mesmo as práticas tradicionais do meio rural de cooperação,

---

sempre levado em consideração são as trajetórias, experiências e oportunidades que cada um dos assentados tiveram em sua história de vida. O que estou realizando aqui não é juízo de valor sobre as atitudes de uns e outros dentro do assentamento, mas sim demonstrando a passagem que ocorre de uma geração para outra nas estratégias de viabilizar a vida dentro dos lotes.

<sup>66</sup> Este assentado faz o contrato da obra e emprega outros sujeitos para realizar a empreitada.

que tinha como base os elementos do dom (dar, receber e retribuir), e que eram preservadas pelos sujeitos da primeira geração na organização de mutirões e trocas de dia foram abanadas. Como coloca Brandão (1995, p.247), a prática de cooperação seja por mutirão ou troca de dia consiste em “um convite regido pela necessidade de um trabalho coletivo, associado ao desejo de realizá-lo não através de empresa paga, mas por meio de uma coletivização de um serviço vivido em um dia, como um rito”. Todavia, atualmente quando alguém necessita de alguma ajuda na colheita, plantio ou preparo da terra a prática é o pagamento de diária pelo dia de serviço realizado. Não há mais cantigas (Brão<sup>67</sup>) durante o trabalho e não é ofertada comida ao final da faina<sup>68</sup>. O que se recebe é o pagamento em dinheiro da atividade desempenhada. O que demonstra uma clara mudança nas relações vicinais e valores observados nessas localidades rurais, que passam a ser mediadas pelo dinheiro como visto no ponto anterior, em uma relação de assalariamento e pagamento de dia (BRANDÃO, 1995; CÂNDIDO, 2003; TAUSSIG, 2010).

Sintetizando, o que se encontra atualmente são novas estratégias de viabilizar a produção, o emprego e a renda. Dessas novas estratégias, ao menos duas destacam-se por representarem um significativo contraponto com as estratégias adotadas pela primeira geração. A primeira delas pode ser exemplificada pelo caso de Adriano de associação por meio de sociedade e emprego de mão de obra de outros assentados. Essa prática não pode ser vista como isolada, pois o próprio Claudinei afirmou que está envolvido em uma relação semelhante com outro assentado. Nessa estratégia fica claro o abandono das diretrizes postas pelo Movimento de fortalecimento da localidade como um todo buscando garantir a viabilidade econômica do assentamento, a qualidade de vida dos assentados e, principalmente, a formação de uma base de massa para o fortalecimento da luta para uma nova sociedade baseados nos valores do *humanismo* e do socialismo para a construção da *Mulher e Homens Novos*. É possível perceber que esse tom ideológico saiu de cena nas preocupações dos sujeitos da segunda geração que estão mais voltados a viabilidade econômica pessoal e a integração à sociedade de consumo.

---

<sup>67</sup> Brão é o canto entoado em momentos de pausa do trabalho durante o mutirão (BRANDÃO, 1995).

<sup>68</sup> A definição de Brandão (1995), sobre a definição de mutirão traz à tona o quanto essa prática revela os valores de uma localidade uma vez que diz muito sobre os valores que esses sujeitos inseridos nessa realidade social valorizam e tem como mote de suas vidas: “O **mutirão** é uma modalidade de prática comunal camponês que associa o trabalho produtivo e a convivência solidária, o serviço e a festa, o resultado eficaz e a arte, a demonstração ritual do dever do afeto e a possibilidade, também ritualmente controlada, do exercício da competição e mesmo do conflito” (BRANDÃO, 1995, p. 247).

A segunda forma que se destaca é o assalariamento. Esse muito mais difundido dentro do assentamento como pode ser percebido na pesquisa. Assalariamento aqui visto de uma forma geral e não somente da contratação de assentado por outro, mas outras relações de assalariamento, pois assim é possível perceber que aqueles que não estabelecem algum outro tipo de associação têm como alternativa o assalariamento, já que cooperativismo povoa o imaginário como algo não viável e viver somente da produção do lote, nas condições atuais de políticas de preço dos produtos e financiamentos é muito difícil.

## Considerações Finais

Leonardo Boff, ao falar sobre o tempo de transcendência, toma como ponto de partida a noção de tempo de um poeta argentino, Martín Fierro, que diz: “O tempo é a tardança daquilo que se espera” (BOFF, 2000, p.4). Esta afirmação mostra que a ordenação do tempo cultural está direcionada, e é percebida e organizada, sobre a tutela do que se espera ter, ser, conquistar, sentir e experimentar. O tempo é o lapso entre o que se espera e a sua conquista. E o esperado pode ser abandonado, não alcançado, perdido e roubado antes mesmo de se possuir, mas isso pouco importa, pois tantas outras coisas surgem para que a tardança seja um processo perene onde o tempo cotidiano e imanente possa ser transcendido. Transcendência, vista por Boff, como o desafio mais profundo e escondido do ser humano,

Porque nós, seres humanos, homens e mulheres, na verdade, somos protestantes, somos essencialmente seres de protestação, de ação de protesto. Protestamos continuamente. Recusamo-nos a aceitar a realidade na qual estamos mergulhados porque somos mais, e nos sentimos maiores do que tudo o que nos cerca. Desbordamos todos os esquemas, nada nos encaixa. Não há sistema militar mais duro, não há nazismo mais feroz, não há repressão eclesiástica mais dogmática que possam enquadrar o ser humano. Sempre sobra alguma coisa nele. E não há sistema social, por mais fechado que seja, que não tenha brechas por onde o ser humano possa entrar, fazendo explodir essa realidade. (...) O ser humano é um ser criativo, pensa alternativas. E, se não consegue pensar resiste e se rebela, levanta-se e protesta, ocupa terras e funda uma outra ordem, um outro direito difuso ligado à vida, ligado à liberdade (BOFF, 2000, p.4-5/12-13).

Foi nesse sentido que a presente dissertação organizou-se, tendo como eixo, perpassando todos os capítulos, a transcendência. A transcendência entendida como o processo de recusa de homens e mulheres pobres do campo brasileiro em aceitar uma realidade social massacrante, alienante e desenraizadora. Transcendência que possibilita o enfrentamento, ante a desapropriação e expulsão que esses sujeitos sofreram, com criatividade, a partir da elaboração de estratégias de luta contra os sistemas sociais opressores, em busca de uma nova ordem ligada à vida e a liberdade. Estratégias que compreenderam a elaboração de lutas sociais em prol da reforma agrária e que acabaram por desembocar nas políticas públicas de Projetos de Assentamentos Rurais. Deste modo, o recorte da pesquisa compreende o momento em que a questão fundiária passou a ser pauta de políticas públicas com a implementação desses Projetos no ano de 1985 com o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária.

Partindo dessas balizas o objetivo do trabalho foi compreender, passadas algumas décadas desde o estabelecimento dos primeiros assentamentos, se esses projetos estão prosseguindo, ou seja, como acontece na atualidade o processo de reprodução social dentro destas localidades. Reprodução social, no sentido do surgimento de uma nova geração dentro dos assentamentos, aqui chamada de segunda geração, e sua coexistência com a geração que lutou, conquistou um lote e a partir daí reordenou sua vida e passou a viver da terra, chamada de primeira geração. Nesse contexto as preocupações que guiaram a pesquisa foram: identificar, por que e como, os sujeitos da segunda geração permanecem; compreender os arranjos e estratégias elaboradas para viabilizar essa permanência; e visualizar as mudanças nos projetos e objetivos de vida quando da comparação das duas gerações.

E tratar da continuidade dos assentamentos no atual momento histórico é importante, pois está em curso um grande debate político sobre o prosseguimento dessas políticas. Essa afirmação é possível, pois é notória a diminuição do número de desapropriações destinadas à reforma agrária desde o governo Lula, que teve seu recorde de desapropriação no ano de 2005 de 400, até chegar a Dilma, que fez 28 desapropriações no ano de 2012 e 100 no ano de 2013. A justificativa dos governantes para esse baixo número é a necessidade de maior investimento nessas localidades em infraestrutura. Entretanto, no ano de 2012, somente a metade do orçamento de três bilhões destinados ao

INCRA foi executado o que demonstra a fragilidade do argumento e a demonstração da falta de prioridade nesse setor pela atual administração federal (Site MST; Site CPT).

Todavia, a falta de atenção do governo com a reforma agrária não produz somente números negativos, mas sim muito sofrimento de famílias que passam anos acampados expostos as condições climáticas, a escassez de alimentos e a falta de acesso à saúde e educação. Segundo o MST são, atualmente, 200 mil famílias acampadas a espera de um pedaço de chão. Assim, diferente das friezas dos números, esses sujeitos sentem em suas subjetividades cotidianamente as durezas e as pelejas da luta pela terra.

Aos que já venceram essas pelejas e possuem suas terras surgem outros desafios diante das frágeis políticas de acesso ao crédito, os limites dos programas de compra de alimentos realizados pelo governo federal por meio da CONAB e as precárias assistências técnicas oferecidas aos assentados que não proporcionam sofisticação e inovação. Esses são os maiores desafios que os sujeitos da segunda geração identificaram quando questionados sobre as dificuldades da permanência. E, segundo eles, esses fatores interferem diretamente na possibilidade de conseguir uma boa renda somente com o trabalho no lote e, por isso, as estratégias de permanência, como visto, sempre compreendem, em todos os lotes pesquisados, a busca de alternativas de geração de renda fora do trabalho agrícola, por meio do assalariamento, e em outras atividades como o arrendamento de parte do lote e investimento em atividades de comercialização.

Todos esses esforços de permanência da segunda geração aparecem conectados a uma forte ligação com a localidade, todavia, uma ligação de forma ressignificada quando comparada aos valores, objetivos e ética da primeira geração. A terra não é mais o objeto de veneração e dedicação, mas um local que proporciona segurança e retorno financeiro à medida que se consegue dinheiro para investimento. Dinheiro que aparece de forma muito marcante na fala dos sujeitos da segunda geração, pois ele, o dinheiro, é visto como o mediador para viabilizar o acesso aos bens de consumo muito valorizados e buscados. Nesse sentido é possível identificar que há uma mudança significativa no que se tinha como os valores morais do dito *ethos* camponês tradicional, com uma ligação sentimental com a terra, e do sujeito da reforma agrária, ligado à transformação social por meio da luta política pela terra, para uma nova forma de permanência da segunda geração, que reformula sua identidade para algo não fechado e definido e em um jogo de referências performativamente construídas. Em síntese, a coexistência e sucessão geracional indicam

transformações substanciais na localidade do assentamento. É possível perceber que as novas gerações estão demonstrando a busca de novas trilhas para a história do assentamento. Não é possível prever aonde vão levar essas novas trilhas. É difícil identificar todos os desafios dessa nova configuração da localidade, mas é possível perceber a dinâmica econômica e, principalmente, social e cultural que a localidade apresenta e que foi possível identificar com as experiências e trajetórias dos sujeitos que colaboraram para a composição dessa pesquisa.

Os resultados da presente pesquisa aparecem, em primeiro lugar, graças a opção teórico-metodológica adotada que se baseou na noção de *experiência* de Thompson. Partindo dessa noção foi possível perceber os sujeitos como construtores e propositores de suas próprias histórias. Essa ideia de experiência dos sujeitos, portanto, está inserida dentro de um emaranhado das relações das realidades sociais, pois em última instância foi gerada na “vida e nas relações materiais” e estruturada em termos de classe no que Thompson chama de *habitus de viver*. E esse *habitus de viver* são as regras e expectativas apreendidas pela *experiência* e pelo *sentimento* na família, no trabalho e na comunidade imediata. Esse conceito permitiu romper com a ideia de que os valores são impostos pelo Estado e pela ideologia e que os sujeitos os assimilam totalmente. Seguindo esse viés, a proposta de Foucault colaborou para a construção da ideia de um sujeito que resiste às estruturas de poder e saber de forma criativa, partindo de um determinado repertório acumulado por sua *experiência* e seus *sentimentos*.

Nesse sentido a metodologia da *história oral* foi importante para entrar em contato com as memórias desses sujeitos. Memórias que ao serem trazidas à tona carregam consigo não só os tesouros do passado, mas o projeto para o futuro. Assim, depois da coleta das falas e das transcrições busquei a articulação dessas com as teorias clássicas e contemporâneas. Nas *clássicas* prioritariamente com *Marx* e a noção do processo de avanço do capital em áreas rurais e suas decorrências e a exploração e expropriação da classe trabalhadora; e *Weber* com a noção de território ao analisar as propriedades fundiárias da Alemanha. Nas teorias *contemporâneas*, primeiramente com *J. S. Martins*, que, juntamente com os autores clássicos citados, proporcionou tratar do processo histórico da localidade estudada partindo dos pressupostos de sua “sociologia fundiária brasileira” ao tratar do desenvolvimento do capitalismo no campo. Já com a teoria formulada por *Hall*, pude perceber a descentralização do sujeito, que não é compreendido com uma

identidade fixa e fundadora, mas com uma identidade integrada à cultura da localidade, urbana e rural, dentro de uma dinâmica social globalizada. Com *Boltanski e Chiapello*, e a reflexão sobre *novo espírito do capitalismo*, foi possível perceber que o consumo também é parte constituinte das identidades dos sujeitos quando percebidas no que tange as suas funções ostentatórias e marcadoras de diferença. E, por fim, *Bourdieu* no seu estudo sobre o processo de passagem da sociedade Cabila, na Argélia, e *Taussig*, em seu estudo sobre a introdução da racionalidade produtivista da economia capitalista em comunidades rurais da Colômbia e da Bolívia, que permitiram visualizar os dilemas, o desenraizamento e as transformações na passagem de um modo de vida mais tradicional para um mais integrado a economia moderna e que possibilitou, entre outras coisas, fundamentar a comparação entre as duas gerações.

Partindo desses e outros referenciais, articulados na dissertação, julgo que foi possível contribuir para o campo da sociologia rural através do apontamento de categorias até então pouco exploradas nos estudos sobre gerações em assentamentos. Isso por que geralmente estes estudos, ao tratarem da continuidade dos projetos de assentamento, se focavam nos jovens e ficavam muito presos à categoria *ficar e sair* como uma categoria concreta ou um movimento definitivo. Entretanto, foi possível perceber que as trajetórias dos sujeitos da segunda geração são múltiplas e marcadas por *várias idas e vindas* ligadas a formulação e reformulação contínua de seus projetos de vida. Ao observar essa movimentação de trajetórias, de idas e vindas, foi possível perceber que os sujeitos acumulam um repertório que os faz perceber a localidade e o trabalho na agricultura em outra perspectiva.

As diferentes experiências de trabalho adquiridas nessas idas e vindas, como pintor, pedreiro, ajudante, cabelereiro, manicure, acabaram se tornando parte das estratégias e alternativas de viabilizar a permanência e a geração de renda. Como a distância da agrovila em relação a cidade não é muito grande, muitos sujeitos buscam realizar trabalhos na cidade e continuam morando em seus lotes, tornando-se migrantes cotidianos. Isso ocorre, pois ainda é possível perceber uma forte identificação desses sujeitos com a localidade, principalmente quando afirmam que ali é o seu porto seguro. Mas, por outro lado, levando em consideração uma maior integração com os valores urbanos experimentados pelo maior convívio e pelo acesso aos meios de comunicação, foi possível identificar a mudança em relação ao trabalho de agricultor, que é visto por muitos como algo de menor valor

simbólico e sem perspectiva de bom retorno financeiro. Em síntese, a maior contribuição da pesquisa foi perceber que ao aproximar outras categorias teóricas para realizar a análise da realidade social do assentamento é possível identificar outras práticas e outras formas de continuidade.

É importante destacar que esses resultados mostrados abrem caminho para outras questões que merecem ser trabalhadas, mas que não puderam ser apreendidas nessa pesquisa. Destaco, como questão principal, *a herança dos lotes* que envolvem elementos como: o envelhecimento, lotes sem sucessores e a divisão dos lotes entre irmãos. Sobre o envelhecimento, que não é uma questão não só para o assentamento, mas para todo o campo em geral, é possível identificar cada vez mais a dificuldade de sucessão, seja por falta de interesse dos mais jovens, ou por causa do tradicionalismo dos mais velhos que impedem a entrada gradual das gerações mais novas. A esse ponto liga-se o problema da falta de sucessores em alguns lotes, pois os filhos não tendo interesse mudam-se para as cidades e os pais, idosos, ficam sem condições de “tocar” as terras sozinhos. Com isso, vem ocorrendo de modo sistemático o arrendamento de terras dentro do assentamento e algumas terras vem ficando ociosas o que vem alterando as relações de produção e reprodução social. Ainda na questão da herança, outro ponto a ser destacado, e que está ligado à formulação da própria política de assentamento, é a divisão do lote, pois no caso de mais de um filho ter interesse em permanecer na terra a divisão do lote não pode ser feita de modo oficial o que limita o acesso aos já escassos recursos de crédito e políticas de compras de alimentos. Todo esse cenário merece a dedicação de um estudo atento.

Outro ponto que apareceu de forma constante nas falas dos sujeitos durante a pesquisa de campo foram as relações de disputas e hierarquias quando se tratava de assuntos que versavam sobre a questão ambiental. Esses elementos, de disputas e hierarquias, vistos a partir do acesso ou não de alguns sujeitos, dentro do seu lote, a recursos naturais como água do rio e área de reserva ambiental. A partir disso, surgiram alguns questionamentos sobre esse arranjo fundiário interno ao assentamento e como seriam as relações dos sujeitos com as instituições locais e regionais de gestão ambiental e hídrica. Para compreender essas questões construí uma proposta de pesquisa de doutorado com o objetivo de identificar possíveis assimetrias entre os discursos oficiais (das instituições governamentais e dos movimentos sociais) e as práticas cotidianas de gestão.

Julgo importante deixar frisado que todas essas estratégias, arranjos, experiências e sentimentos, mostrados e analisados a partir da perspectiva teórica, devem ser lidas como a busca dos sujeitos em viabilizarem a vida dentro do assentamento, do lote e de sua própria família. Estratégias muitas vezes elaboradas de forma inventiva, criativa e a base de muito esforço e sofrimento. No limite, é a luta pela vida de sujeitos comuns, que elaboram estratégias para explorarem as inconsistências e/ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrarem frestas nas quais consigam viver com dignidade.

E para finalizar trago uma experiência de campo que diz muito sobre a importância dessas localidades de assentamentos. No meu penúltimo dia de trabalho de campo, era uma sexta-feira e eu iria embora na tarde do sábado, haveria a festa de aniversário de Fátima. Na agrovila existe uma prática de confraternização muito interessante, quando alguém vai fazer uma festa em seu lote o convite é feito dizendo que terá uma “subaqueira” em sua casa. Quando perguntei o que significava me disseram o seguinte: “Você coloca o que tem debaixo do braço e vai para a festa!”. Ou seja, o dono da festa oferece uma parte da comida e da bebida e a outra parte é levada pelos convidados. Existe, assim, uma partilha de dons entre os convidados.

Barbosa, esposo da aniversariante, me convidou para ir ajudar nos preparativos. Aceitei prontamente. Ele disse que ficaria sob minha responsabilidade matar, limpar, temperar e preparar o porco. Fiquei apreensivo, pois nunca tinha feito isso, mas não recusei a proposta. Depois do almoço, na sexta-feira, fui para a casa onde seria a festa. Já estava planejando como faria para matar o porco e temperar. Chegando ao local da festa, Barbosa foi ao meu encontro dizendo se eu estava preparado para matar o “bicho”, que no caso era o porco. A boca disse sim, mas o a mente pensou em desistir. Com uma risada larga, e acho que percebendo a minha angústia, ele disse: “O bicho já tá na bacia! É só temperar e fritar!”. Nossa, esse foi um grande alívio. Fui até a cozinha e comecei os preparativos. Temperei o porco! Acendi o fogão à lenha! Ferventei a carne e fritei no tacho.

Eu havia chegado para preparar o porco por volta das duas horas da tarde, fiquei direto para a festa, e voltei para onde eu estava hospedado por volta das três da manhã. A permanência no lote me fez perceber a movimentação de sujeitos durante todo o dia, seja por conta da festa, seja por conta de ir comprar mercadorias. Chegando a hora da festa as pessoas iam chegando de carro, outras, por morarem próximas, chegavam a pé, alguns jovens entravam em suas motos. O lote ficou repleto. Crianças corriam. Algumas pessoas

dançavam em uma boate improvisada na varanda da casa. A beira do fogão à lenha, que fica no quintal, eu ouvia várias histórias sobre a época do acampamento e dos primeiros anos de assentamento. Histórias de muito sofrimento, mas que, depois de vencidas e superadas, são contadas com graça, ironia e sempre com o desfecho emoldurado pelas risadas.

No momento em que alguém contava uma história me distrai e comecei a pensar em toda a movimentação que havia visto durante o dia. Observei o que estava acontecendo naquele momento: as várias rodas de conversa, os gritos das crianças correndo, a música e as pessoas dançando. Com certeza alguém que estivesse ao longe, ao se aproximar, perceberia que ali a vida estava acontecendo. Então me recordei que o assentamento representa 20% do território do município e que outrora era de uma única família onde reinava o pasto, o gado e o silêncio. Mas, graças aqueles homens e mulheres que estavam a minha frente, que estavam partilhando suas experiências e sentimentos comigo, esse silêncio foi quebrado, o gado foi retirado e o pasto transformado em diversas plantações. Graças à luta, o empenho, o sonho e a transcendência desses homens e mulheres o barulho da música, do grito das crianças e da conversa dos adultos viajavam pela noite indo ao longe anunciar, a todos que duvidam e questionam a importância da reforma agrária, que a sociabilidade, a cultura e a vida estão pulsantes naquela localidade.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. Rev. História. São Paulo, n 14, 1995, p. 125 -136.

ARISTÓTELES. *A Política*. Mimeo.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERGAMASCO, Sônia Maria. NODER, Luiz Antônio Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOFF, Leonardo. *Tempo de transcendência: o ser humano como um projeto infinito*. São Paulo: Sextante, 2000.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins fontes, 2009.

BORGES, Carolina Campos. *Laços intergeracionais no contexto contemporâneo*. Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2011, pp. 171-177.

BORGES, Maria Stela Lemos. *Terra. Ponto de partida, ponto de chegada: Identidade e luta pela terra*. São Paulo: Anita, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BURKE, Peter. *Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3º Ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Algumas lembranças*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). *As faces da memória*. Campinas: Unicamp, [199-?].

\_\_\_\_\_. *O sentimento do mundo: memória, destino e cenários da vida entre errantes mineiros*. In: BRANDÃO, C. R. (org.) *As faces da memória*. Campinas: Unicamp, S.D.

\_\_\_\_\_. *Identidade e Etnia - construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *A partilha da vida*. São Paulo: Cabral, 1995.

BRANDEMBURG, Alfio. *Do rural tradicional ao rural socioambiental*. Ambiente e sociedade, vol. 13, n.2, pp.417-428, 2010.

BUTLER, Judith. *Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual*. In: Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRUMER, Anita. *A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade*. In: CARNEIRO, Maria José. CASTRO, Elisa Guaraná de. (orgs) *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

CARNEIRO, Maria José. *Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica*. In: CARNEIRO, Maria José. (coordenadora) *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

CAVENAGHI, Airton Cavenaghi. *O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana*. São Paulo: Base de dados Scielo, 2006.

CASTRO, Elisa Guaraná. *As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais*. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (org.) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: UNIARA, 2008.

\_\_\_\_\_. [et al]. *Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

D'AQUINO, Terezinha. *A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão – SP*. In: SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. (org.) *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de Vida*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

DEBERT, Guita Grin. *A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade*. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.), *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 49 – 68.

DELEUZE, Giles. *O que é um dispositivo?* Mimeo.

DEL GROSSI, Mauro. Eduardo. SILVA, José Graziano da. *A pluriatividade na agropecuária brasileira*. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998, p. 26-52.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido*. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (org.) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: UNIARA, 2008.

FEIXA, Carles. LECCARDI, Carmem. *O conceito de geração nas teorias sobre juventude*. Revista Sociedade e Estado – volume 25 número 2. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *A hipótese repressiva*. In: \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FRANCIOSI, Ernesto Odilo *O sistema cooperativo dos assentamentos rurais: o exemplo das cooperativas Coagri e Cooproserp*. Informe Gepec, Vol. 12, nº 2, jul/dez, 2007.

GARCIA JR., Afrânio. *Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 7, vol. 3, pp. 5 – 41, junho de 1988.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOODMAN, David. SORJ, Bernard., WILKISON, Jhon. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. *Quem precisa de identidade?* In SILVA, T. T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KUDLAVICZ, Mieczslau. *Usinas hidrelétricas: impactos sócio-ambiental e desagregação de comunidades*. Presidente Prudente: II Simpósio internacional de geografia agrária, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. *Del biopoder a la biopolítica*. Revista Multitudes, Nº 1, França, 2000.

LENZ, Maria Heloisa. *A categoria econômica da renda da terra*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro história*. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LUCAS: In Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2000.

LOPES, Raquel dos Santos. BOGES, Maria Celma. *Da enchente de 1983 ao reassentamento: história e memória dos ribeirinhos de ilha comprida na região do alto paraná*. Disponível em: <http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=531> acessado em agosto de 2013.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MALAGOLI, Edgard. MARQUES, Roberto. *Para além de ficar e sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais*. In: CARNEIRO, Maria José. CASTRO, Elisa Guaraná de. (orgs) *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MANNHEIM, Karl. *El problema de las generaciones*. In: Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS), n. 62, pp. 145-168, 1993.

MARCOLIN, Neldson. *Bandeirantes do século XX*. Revista FAPESP. São Paulo. Ed. 133. 2007.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política (livro III)*. São Paulo: Abril Cultural, p. 123-172, 1983.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política (livro I)*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINS, José Carlos. *A vida dos corpos e das populações como objeto de uma biopolítica na obra de Michel Foucault*. In: O legado de Foucault. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 177-198.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Rodrigo Constante. *A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Modernização e relações de trabalho na agricultura Brasileira*. Revista Agrária, São Paulo, Nº 4, pp. 165 – 184, 2006.

\_\_\_\_\_. *(Novas)Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território*. 34º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2010.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano*. In: FERRANTE, Vera Lúcia Botta. WHITAKER, Dulce Consuelo Aandreatta. (org.) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: UNIARA, 2008.

\_\_\_\_\_. *Memória: Matéria de Mimese*. Campinas: Unicamp. In: BRANDÃO, C. R. *As faces da Memória*, S.D.

MOREIRA, VÂNIA Maria Losada. *Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850*. Base de dados Scielo, 2002.

NABÃO, Maria Teresa Papa. *Lembranças que tecem diferentes fios de uma mesma história*. In: SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. (org.) *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de Vida*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. In: Les Iles de la mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984.

NORDER, Luiz Antônio Cabello. *Políticas de Assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. São Paulo: Rev. Estudos Avançados. Vol. 15, Nº 43, 2007.

\_\_\_\_\_. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. *Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade*. In: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (org.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Revista Estudos Históricos, n. 10, 1992, 280p. p.200-215.

\_\_\_\_\_, *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Revista Estudos Históricos, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRINS, Gwyn. *História oral*. BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

POKER, José Geraldo Bertocini. *A prática da vida e os desencontros da libertação*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Departamento de Ciências Sociais, 1994.

\_\_\_\_\_. Reinventando a vida: uma análise da metodologia empregada pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós graduação em sociologia da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *MST: as modalidades e o método de implementação da cooperação nos assentamentos*. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. (org.) *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de Vida*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Relatos Oraís: do indizível ao dizível*. In: *Ciência e Cultura*, 1991.

RENK, Arlene. BADALOTTI, Rosana Maria. WINCKLER, Silvana. *Mudanças socioculturais nas relações de gênero e inter-geracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense*. In: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (org.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SANTOS, Selma. Ap. dos. *A trajetória do assentamento Reunidas: o que mudou?* Dissertação de mestrado apresentada ao instituto de Economia da UNICAMP, 2007.

SANTOS, Fábio Luís B. *Renda da terra em Marx*. Ver. Mais Valia: São Paulo, v 9, p.62-69, 2010.

SCOPINHO, Rosemeire. Ap. *Em busca de “elos perdidos”*: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 12, n. 2, pp. 257-270, 2009.

\_\_\_\_\_. *Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais* Rev. *Psicologia & Sociedade*, Edição especial 1: pp. 84 – 94, 2007.

\_\_\_\_\_. *Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 15 (Supl. 1), pp. 1575 – 1584, 2010.

SCOTT, Parry. *Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações*. In: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (org.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

\_\_\_\_\_. ATHIAS, R. QUADROS, M. T. *Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas*. Recife: UFPE, 2007.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. *Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos rurais*. In: SIMONETTI, M. C. L.(org.) *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de Vida*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

\_\_\_\_\_. *A longa caminhada: a (re) construção do território camponês em Promissão*. Tese de Doutorado apresentada ao curso de pós graduação em geografia humana do departamento de geografia FFLCH. USP, 1999.

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Maria Ap. Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, Maria Ap. Moraes, MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. *Sociologias* (UFRGS), v. 12, p. 196 – 240. 2010.

SILVA, José Graziano da. GROSSI, Mauro Del. CAMPANHOLA, Clayton. *O que há de realmente novo no rural brasileiro*. Cadernos de ciência & tecnologia, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis:Vozes, 2011.

SOUZA, Américo Rosário de. *O Cavaleiro das Brumas*. Sertãozinho/SP: Edição do autor, 2000.

TAUSSIG, Michel. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Edunesp, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

THOMPSON, Paul Richard. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

WOORTMANN, Ellen F. *Prefácio*. In: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (org.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico 87, pp.11- 73. Brasília: UNB, 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel . *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro*. In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. (orgs) *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Projeto de pesquisa (mimeo) 2003.

WEBER, Max. *O caráter nacional e os “Junkers”*. In. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982. pp. 438-448.

\_\_\_\_\_. *Ética Protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## **Portais acessados**

Portal da Companhia Energética de São Paulo: acessado em agosto de 2013:  
[www.cesp.com.br](http://www.cesp.com.br)

Portal da Comissão Pastoral Da Terra, acessado em outubro de 2013.  
<http://www.cptnacional.org.br/>

Portal Datapreve, acessado em maio de 2013.  
<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>.

Portal da Fundação SEADE, acessado em maio de 2013. <http://www.seade.gov.br/>

Portal Itaipu Binacional: acessado em agosto de 2013: <http://www.itaipu.gov.br/>

Portal do Movimento dos Atingidos por Barragens, acessado em agosto de 2013:  
[www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)

Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, acessado em agosto de 2013.  
<http://portal.mda.gov.br/portal/>

Portal do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, acessado em outubro de 2013.  
<http://www.mst.org.br/>

Portal O eco. Acessado em abril de 2014  
<http://www.oeco.org.br/>

Portal Kaingang, acessado em maio de 2013. [www.portalkaingang.org](http://www.portalkaingang.org).